

Regina Céli Moraes Whitaker Franchi

AS CONSTRUÇÕES ERGATIVAS

Um estudo semântico e sintático.

Tese apresentada no Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Linguística, sob orientação do prof. Dr. Carlos Franchi.

Universidade Estadual de Campinas
IEL- Departamento de Linguística

- 1989 -

Este exemplar é a redação final da tese defendida por Regina Céli Moraes Whitaker, aprovada pela Comissão Julgadora em 27/02/89

Prof. Dr. Carlos Franchi - Orientador

Ao Antônio Carlos, sem cujo estímulo, companhia e generosidade não teria feito esta dissertação.

E ao Andrezinho, que um dia saberá por quê.

Agradecimentos.

Agradeço, inicialmente, os professores que me introduziram na teoria da sintaxe, particularmente Fernando Tarallo e Daniel Everett, com quem construí as primeiras peças desta dissertação.

Agradeço, ainda, meu marido Antonio Carlos que digitou várias vezes estas páginas, conforme as elaborava e revisava.

Reservo meu melhor agradecimento ao professor Carlos Franchi que orientou minha formação e esta dissertação, colocando-me à disposição muitas horas de seu tempo e, inclusive, suas anotações sobre o tema. Os colegas do IEL podem avaliar quanto isto significou para mim.

Esta tese foi elaborada parte com o suporte de uma bolsa da Capes e, no último ano, de uma bolsa da FAPESP.

Resumo

Esta dissertação procura descrever e explicar a correlação entre as construções causativas e as construções ergativas. Por esses termos me refiro a pares de orações como - "O guarda abriu a porta" / "A porta abriu", que outros autores tem referido como "de ação-processo" e "de processo".

Sirvo-me do quadro da teoria gerativa e transformacional, em suas mais recentes versões; no que diz respeito à sintaxe, esse quadro se estabelece nos trabalhos de Chomsky (de 1981 a esta data). Adoto, em semântica, a teoria autónoma das representações semânticas de Jackendoff (1983, 1986), com modificações sugeridas por Franchi.

Além da apresentação dos aspectos relevantes dessas teorias, a dissertação se ocupa em formular uma hipótese explicativa das construções ergativas e causativas, em termos de princípios gerais, em diferentes planos de representação e módulos. Mostra-se a relevância de uma teoria autónoma das relações temáticas e, nesse plano, o papel de uma hierarquia das funções por elas determinadas, para a projeção do sistema relacional sobre estruturas sintáticas.

A verificação da hipótese se fez pelo exame de diferentes classes de verbos do português, mostrando como a rede temática específica, que constitui uma de suas propriedades, importa na delimitação das condições de possibilidade das construções correlatas consideradas.

INTRODUÇÃO

Pretendo estudar, nesta dissertação, uma classe de construções **ergativas** e sua correlação com as construções **causativas** [*]. Esse foi um tema que tomei como exercício metodológico em minha formação na teoria gerativa e transformacional durante o programa de mestrado e é nesse projeto de formação que a dissertação deve ser entendida. Seu interesse está no fato de que, nesse tema, estão em jogo algumas das questões básicas da teoria da gramática: a teoria das relações e funções temáticas e sua projeção nas estruturas categoriais da sintaxe.

* Uso "ergativo" e "causativo" no sentido de Lyons (1968) como termos descritivos, ou no sentido de Burzio (1981), já no quadro da teoria gerativa, embora nesse autor o termo abranja uma classe mais ampla de verbos intransitivos. Essa mesma distinção se faz por termos como "incoativo" e "causativo" (em Grimshaw, 1980; Attié-Figueira, 1985), ou pela oposição entre verbos de processo e verbos de ação-processo, na gramática de casos (Chafe, 1970; Cook, 1979). Uso mais informalmente os termos "intransitivo" e "transitivo", referindo-me à estrutura sintática, em um sentido próximo do tradicional.

Não espero trazer contribuições originais para a teoria, a não ser o resultado da aplicação combinada de várias hipóteses na tentativa de explicar um conjunto de fatos gramaticais que parecem deixar sempre alguns problemas a resolver. Também não pretendo tê-los resolvido todos, mas simplesmente ter indicado as linhas fundamentais que devem ser seguidas para resolvê-los.

No caso da sintaxe, situo-me no quadro da teoria da gramática que vem sendo construída por Chomsky e inúmeros linguistas

gerativistas, com os desenvolvimentos mais recentes a partir de Chomsky (1981). No caso da semântica (dentro do que se costuma chamar de "semântica linguística" ou nocional), sirvo-me sobretudo de Jackendoff (1983, 1986), embora para tornar mais acessíveis as idéias de Franchi (1975, 1987) [*].

* Refiro-me com a indicação (1987) a uma versão incompleta de "Uma teoria autônoma das relações temáticas". Além desse manuscrito e da tese de doutorado de (1975) tive a oportunidade de servir-me do acesso a notas manuscritas e informações normalmente não disponíveis. Referir-me-ei a elas pelo nome do autor, sem outras indicações.

Depois de resumir, no capítulo 1, os princípios da gramática gerativa, no que são relevantes para meus propósitos, vou, no capítulo 2, caracterizar, por suas propriedades, a noção de ergatividade que me interessa, bem como resenhar algumas das principais hipóteses explicativas das construções ergativas. No capítulo 3, dada a importância que darei à representação semântica, exporei as principais linhas de um tratamento autônomo da teoria das relações e funções temáticas, adotando um modo próprio de notação de que me servirei. O capítulo 4 será o núcleo da dissertação; nele examinarei algumas classes de verbo, com base em sua rede temática, interessada particularmente em definir as condições semânticas e lexicais das construções ergativas e de sua correlação com as causativas. No mesmo capítulo, estudarei a projeção sintática das estruturas semânticas das orações em que esses verbos se incluem.

Capítulo 1

QUADRO TEÓRICO

Os princípios gerais da Gramática Gerativa

Num primeiro momento, a gramática gerativa foi um sistema de regras mediante as quais se construíam os indicadores sintagmáticos de base e se operava sobre eles mediante transformações específicas que projetavam as estruturas de base sobre novos indicadores. As transformações eram responsáveis pela relação entre diferentes orações, pela mediação da estrutura profunda (como no caso da correspondência entre as ergativas e causativas que me interessa). Nas versões atuais, passou-se a um sistema de condições de representação, isto é, em que as estruturas, obedecendo a certos esquemas gerais, são submetidas a avaliação de adequação a princípios gerais e abstratos (e parâmetros específicos) estabelecidos em diferentes módulos [*], relativamente autônomos, da teoria.

* Entre esses módulos, enumeram-se: o léxico, responsável pelas propriedades semânticas e formais dos itens lexicais a serem projetadas na estrutura sintática da oração; a teoria da **convenção X-barra**, que estabelece os esquemas e condições formais da estrutura hierárquica categorial dos constituintes; a **teoria-theta**, responsável pela descrição das relações semânticas estabelecidas entre os predicados e seus argumentos e pelo princípio que rege a atribuição das funções temáticas (incluindo o princípio das funções temáticas ou critério-theta); a **teoria dos casos**, em que se determinam os modos pelos quais, mediante variados recursos expressivos se explicitam, na estrutura sintática, as relações e funções relevantes para a interpretação semântica, como as funções temáticas (incluindo o "filtro de casos" eventualmente redutível ao princípio da visibilidade); a **teoria da vinculação**, que estabelece as condições de identificação referencial de pronomes, anáforas (lexicais ou não) em relação a outros elementos da oração (incluindo os princípios de vinculação); a **teoria das barreiras**, em que se estudam certos domínios restritos fora dos quais um constituinte não pode entrar em relações sintáticas ou semânticas definidas (incluindo os princípios de localidade como o da subjacência); a **teoria de comando e regência**, que estabelece certos tipos de relação sintática que serve de base à definição de domínios e à aplicação dos princípios referidos, e à distinção fundamental entre adjuntos e complementos.

Na impossibilidade de detalhar todos esses componentes, remeto a obras gerais como Chomsky (1981, 1986-a, 1986-b), Rizzi (1986), Williams (1986), Lasnik e Uriagereka (1988).

Uma das tendências atuais da teoria é a de atribuir maior

importância ao léxico e às propriedades dos itens lexicais (particularmente dos que atribuem funções temáticas); o léxico não é somente um rol de itens a serem inseridos nas posições terminais da estrutura sintática: possui propriedades que determinam essa estrutura, operações e relações internas (criativas).

A derivação de uma oração se realiza em diferentes níveis de representação: o nível da representação lexical, o nível projetado da estrutura categorial de base (dependente do léxico e dos princípios da teoria X-barra), estrutura profunda (EP), o nível das estruturas transformadas por movimento ou estruturas intermediárias (ES), o nível da forma lógica (FL) que estabelece a mediação entre a ES e a interpretação semântica. A representação semântica final e a representação fonética (FF) são componentes interpretativos da ES. Esta correlaciona aquelas entre si, atendendo ao objetivo fundamental de uma gramática: o de associar as expressões a sua significação.

1.1 - X-barra.

Antes de examinar outras questões, vou optar por uma determinada versão da teoria X-barra, basicamente a adotada em Chomsky (1986), com algumas modificações. Assumo a distinção entre categorias nucleares lexicais e não lexicais. As primeiras se distinguem, umas de outras, mediante os traços [+/- N, +/-V], correspondendo a categoria nome - N(ame) - a [+N, -V]; verbo - V(erb), a [-N, +V]; adjetivo - A(djective), a [+N, +V]; e preposição - P(reposition) a [-N, -V]. As segundas são o complementizador - C(omplementizer) - e a flexão - I(nflexion), esta analisada em

As projeções dessas categorias em categorias complexas, obedecem ao esquema (sendo a ordem parametrizada):

$$(1) \quad a - \frac{n}{X} = X^{n-1} Y, \quad n < m$$

$$b - \frac{m}{X} = Y X^{m-1}$$

A esses esquemas deve-se acrescentar aquele que corresponde a uma estrutura de adjunção que Stowell (1981) e Chomsky (1986-b) admitem poder ser engendrada na base (além de constituir um dos esquemas resultantes de movimento: o movimento por adjunção). Vou generalizar o esquema de adjunção:

$$(2) \quad X^{\pi} = X^{\pi} \cup Y$$

Os esquemas de (1) se estendem às categorias não lexicais. Assim, as categorias oracionais, convencionalmente notadas S e S' , serão renomeadas respectivamente I'' e C'' , como em

$$\begin{aligned} (3) \quad a - \delta' &= C' = \begin{bmatrix} \dots & C & I' \end{bmatrix} \\ &\quad \quad \quad C' \\ b - \delta &= I' = \begin{bmatrix} \dots & I & V \dots \end{bmatrix} \\ &\quad \quad \quad I' \quad V' \end{aligned}$$

1.2 - Propriedades do léxico: o princípio da projeção.

A partir de Chomsky (1981), têm tido cada vez um papel maior, na teoria, as relações semânticas ou temáticas. Parte-se da intuição de que, em uma oração como

(4) Pedro vendeu um livro para Maria por dez cruzados novos
se reconhece que um predicado como "vender" estabelece relações múltiplas entre os vários argumentos - "pedro", "livro", "maria", "dez cruzados novos" - cada um deles caracterizado por uma função semântica específica. Respectivamente: agente (ou fonte), objetivo, beneficiário (ou meta), valor.

A teoria gerativa tem optado por inscrever essas diferentes funções que especificam o sentido de um verbo (ou de outra categoria que tome argumentos) como propriedades do item lexical em questão [*]. Assim, no léxico, além da descrição da forma fonética e de outras propriedades semânticas associadas ao item lexical, faz-se a especificação das propriedades relacionais e seletivas dos núcleos das construções, determinantes da categoria e da função semântica dos argumentos que, com o verbo, constituirão a estrutura sintática da oração.

* No capítulo 3, optarei por um tratamento autônomo da representação semântica, com elementos primitivos, processos de construção, princípios e notação próprios, embora permaneça a importância do léxico como parte dessa teoria.

Um princípio fundamental relativo a essa estrutura temática inicial é o princípio da projeção. Por esse princípio, intuitivamente, a estrutura lexical semântica deve ser representada categorialmente em todos e cada um dos níveis sintáticos sucessivos de derivação (EP, ES, FL). Isto é, as relações temáticas especi-

ficadoras do sentido dos itens lexicais devem ser projetadas sucessivamente sobre os demais níveis de representação.

Duas consequências mais importantes derivam desse princípio. Em primeiro lugar, se algum elemento é entendido em uma posição particular como argumento temático, então ou ele existe na representação sintática como uma categoria explícita e foneticamente realizada, ou como uma categoria vazia [*], sem representação fonética. Assim, a projeção das propriedades lexicais sobre a estrutura sintática é um dos mecanismos da identificação dessas categorias vazias e, conseqüentemente, da recuperabilidade de constituintes e relações entre constituintes, cujas condições locais de visibilidade foram alteradas por transformações.

* Não me preocuparei nesta dissertação com a natureza e a tipologia das categorias vazias. Basta dizer que optaria por uma caracterização funcional (Chomsky, 1982; Bouchard, 1984), usando de modo informal o termo "categoria", certamente inadequado.

Uma segunda consequência do princípio da projeção é a de que podem reduzir-se e mesmo eliminar-se as regras sintagmáticas de formação da estrutura profunda da oração. De fato, Chomsky (1986-a) sugere, seguindo Stowell (1981) e Pesetsky (1983) que, se um item lexical seleciona uma categoria semântica C, então ele seleciona uma categoria sintática correspondente: uma realização estrutural canônica de C. Desse modo, o item lexical que toma argumentos para a formação de um sintagma oracional seleciona a realização estrutural canônica do verbo e os argumentos desse verbo, a realização estrutural canônica de nomes. Isso se aproxima, embora sob mecanismos formais e pressupostos teóricos diferentes, do engendramento das categorias a partir das relações semânticas que Franchi, já em 1975, sugeria.

1.3 - A atribuição das funções temáticas.

A relação - "atribui uma função temática" - ou, inversamente, - "ser argumento de" - é uma relação local: se define no âmbito da oração que contém imediatamente os itens lexicais envolvidos. Para a versão já tradicional da gramática gerativa, isso não quer dizer que todos os argumentos de um predicado estão localizados dentro da projeção máxima do predicado ou do atribuidor das funções. Uma clara exceção é o sintagma nominal-sujeito (especificador de I' na versão da X-barra que adotei), que está sempre fora da projeção máxima do verbo e, por isso, se costuma definir como um argumento externo (Williams, 1984; Marantz, 1984).

Para Chomsky (1986-b), a atribuição de uma função temática (Theta-marking) se dá como consequência de uma relação de irmandade (sisterhood) que se expressa em termos da teoria X-barra, independentemente de regência. De um modo simples,

- (5) X é irmão de Y, se X e Y são dominados imediatamente pela mesma categoria Z.

Essa definição exclui obviamente o especificador de I' (irmão de I') da relação necessária com V'. Para resolver esse problema, Chomsky propõe uma definição que, considerando relevante somente uma categoria lexical, estende ao sujeito e a V' a relação de irmandade:

- (6) X é irmão de Y, se X e Y são dominados pela mesma projeção lexical

Por essa definição, V' e o especificador de I' não são excluídos da definição de irmandade, podendo mesmo estender-se a esses nódulos a relação (como Chomsky o faz), considerando-se esse com-

um caso zero: como não há nenhuma categoria lexical que domine um ou outro, desse ponto de vista, eles são equivalentes, caindo sob a definição.

Entretanto, a atribuição da função temática, por essa relação de irmandade, ao especificador de I'', continua indireta e composicional, na medida em que certamente exclui o núcleo V, dominado por V'' (categoria lexical), dessa atribuição que deve ser feita, então, a partir de V''.

Desse modo se estabelece uma assimetria formal entre o sujeito e os complementos, do ponto de vista das relações temáticas. Marantz (1984) apresenta argumentos empíricos a favor dessa assimetria. Uma função temática atribuída diretamente pelo núcleo verbal a seu complemento possui um papel decisivo na especificação do sentido do verbo (Chomsky, 1986-a). É fácil ver nas orações abaixo, como o resultado da substituição do objeto direto é muito mais determinante da significação verbal (e do processo como um todo) do que a substituição de elementos na posição de sujeito:

- (7) a - Estou montando um cavalo bravo
 um quebra-cabeça
 uma estante
 a argumentação
- b - O vento está desmontando a estant
 O carpinteiro
 Pedro

Fukui (1986) mostra uma série de problemas para essa formulação. Particularmente, parece óbvio que a irmandade estender-se-á a outros inúmeros pares que não desejaríamos incluir na relação. De fato, em uma oração como (8), V'' na oração principal é não somente irmão de "Pedro", "que" e "quem", pela hipótese nula

(nenhum desses elementos é dominado por qualquer categoria lexical), como ainda V é irmão do sintagma nominal vazio, especificador de I' na oração dependente, já que entre esse sintagma e V', categoria lexical que domina ambos, não se interpõe qualquer outra categoria lexical.

(8)

[Que [que [Pedro [I [considera [[[e] [I [ser bom]]]]]]']
C' i C' I' I' V' C' I' N' i I' V'

Vou assumir, como Fukui, que a atribuição da função temática se dá sob a definição (5), isto é, pela definição mais estrita de irmandade (Marantz, 1984; Franchi e Ilari, 1986). Uma estrutura argumental ou rede temática (no sentido de Stowell, 1981), não é um conjunto não ordenado de funções mas um sistema estruturado segundo critérios de maior "intimidade" de uma função com o predicado. Uma melhor representação disto se verá no capítulo 3.

Assumirei, ainda, que a saturação das funções temáticas se dá sequencialmente sob a estrita relação de irmandade. Todas as funções temáticas serão atribuídas e saturadas no interior da projeção do predicado. Com Franchi e Fukui, deve-se entender que, salvo a função nuclear, isto é, atribuída pelo núcleo do predicado, todas as demais são atribuídas composicionalmente [*].

* O argumento de Marantz (1984) de que a substituição de um objeto direto por outro pode afetar a função temática a ser atribuída ao sujeito (agente em (i) e experienciador em (ii)),

i - John threw a baseball

ii - John threw a fit

pode reproduzir-se em relação a outro complemento, como o objeto indireto, que também receberia composicionalmente sua função. Franchi sugere o exemplo:

iii - João deu um susto em Maria (Maria, experienciador)

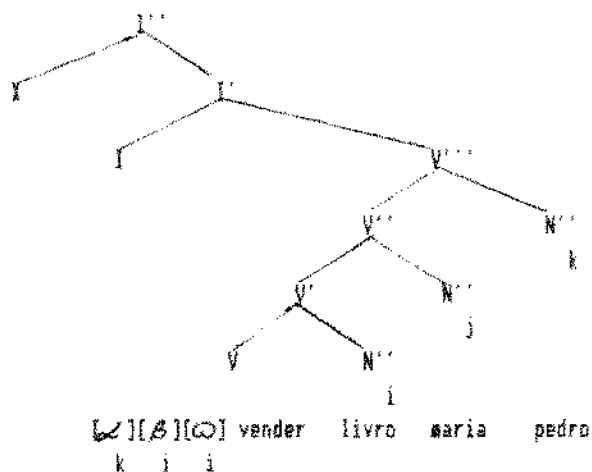
iv - João deu um livro a Maria (Maria, beneficiário)

Marantz também assume a formulação mais simples do processo de atribuição das funções temáticas:

- "Se X recebe de Y uma função semântica, então X e Y devem ser irmãos na estrutura profunda (I-S structure, em Marantz). X e Y são irmãos se são imediatamente dominados pelo mesmo constituinte" (p.42)

Sem adotar inteiramente a estrutura X-barra sugerida por Fukui, uma oração como (4) - "Pedro vendeu o livro para Maria" - teria, na estrutura profunda, todos os seus argumentos (inclusive o que se realiza na estrutura superficial na posição de sujeito) sob a projeção máxima de V, recebendo sequencialmente as funções temáticas, inscritas na rede temática do verbo "vender". De um modo simplificado e nos seus aspectos relevante, essa estrutura profunda corresponderia a:

(9)



em que ω , β e ω representam respectivamente as relações que determinam as funções do objetivo, do beneficiário e do agentivo. Quanto ao movimento, neste caso necessário, para a posição de sujeito, me ocuparei logo abaixo.

1.4 - O princípio das funções temáticas

O princípio fundamental da theta-teoria foi muito tempo formulado como:

- (10) Toda função temática deve ser atribuída a um argumento e cada argumento deve receber uma e uma só função temática

Quanto a esse princípio levantaram-se inúmeras questões (Jacken-

doff, 1972, 1983, 1986; Franchi, 1975; Marantz, 1984; Higginbotham, 1985) sempre para advertir que ele é excessivamente restritivo. Há muitos exemplos em que um mesmo sintagma nominal recebe funções temáticas de diferentes "predicados". Para citar o mais repetido, observe-se que, em

- (11) a - O rapaz chegou assustado na delegacia de policia
 b - O pai falava angustiadamente a respeito do filho

"rapaz" e "pai", além da função agentiva atribuída pelo verbo, recebem ainda, composicionalmente, uma função de experienciador que lhe vem de "assustado" e "angustiadamente".

Para aprimorar a formulação desse princípio, devo passar brevemente pela noção de "cadeia". Começo por um exemplo simples:

- (12) O menino parece [[e] ter sido assustado [e] com ...
 i i i

em que as categorias vazias são correferenciais (e coindexadas) ao sintagma nominal "menino". Pela análise habitual dessa estrutura, a segunda categoria vazia resulta do movimento do sintagma nominal "menino" da posição de objeto direto de "assustar" pela 'transformação passiva'; entretanto, na posição de sujeito de um infinitivo não flexionado, para onde foi movido, esse sintagma ainda não pode receber caso (tornar visível sua função temática), pelo que (por alçamento do sujeito) deve mover-se para a posição de sujeito do verbo principal (um verbo de "raising").

A noção de cadeia pode representar justamente a "história" do movimento de um constituinte de um modo linear, ou seja, uma sequência de posições sem repetição. O sintagma nominal movido constitui o núcleo da cadeia. No caso do exemplo acima, podemos representar essa cadeia por < menino, [e]-1, [e]-2 >, cada um dos termos dessa cadeia estando por uma diferente função sintática

(sujeito do verbo principal, sujeito do verbo dependente, objeto direto desse verbo). Em outros termos, uma cadeia pode ser tomada como a representação abstrata do sintagma nominal, núcleo da cadeia, consistindo de ocorrências particulares desse elemento, nos vários passos da derivação. Pode-se, ainda generalizar essa forma de representação, admitindo que qualquer sintagma nominal, mesmo que não movido e, pois, não associado a qualquer vestígio, é ainda uma cadeia (de grau 1, ou singular).

A noção de cadeia, que expus intuitivamente, permite uma formulação mais adequada do "filtro de caso" e do critério-Theta. Estes se aplicariam não sobre sintagmas nominais mas sobre sua representação abstrata de cadeias:

- (13) Uma cadeia $C = (a_1, a_2, \dots, a_n)$ tem o caso K, se e somente se, para algum i, a_i ocupa uma posição α que se atribui um caso

Cada SN lexical deve ser elemento de uma cadeia com caso

- (14) Cada argumento α aparece em uma cadeia contendo uma única posição temática visível e cada posição temática β é visível em uma cadeia contendo um único argumento α

Assim, no exemplo (12), "menino" se encontra em uma posição não temática (α de sujeito de um verbo de "raising": "parecer"), mas a cadeia constituída por esse sintagma e os vestígios de seu movimento contém uma posição temática (α de objeto direto de "assustar"); e essa cadeia é marcada por caso, visto que, embora as posições onde estejam os vestígios não recebam caso, a posição de sujeito de "parecer" recebe o nominativo da concordância em flexão.

Por outro lado, essa formulação já não impede que um sintag-

ma nominal receba funções temáticas múltiplas de diferentes predicados, embora deva estar em uma posição onde somente uma delas se torna visível pelo caso atribuído. No caso do exemplo (11), pode-se admitir a atribuição a "rapaz" e "pai" das funções agentiva e de experienciador, mas está claro que, em sua posição de sujeito, esses nomes recebem seu caso em uma única posição, isto é, aparecem em uma única posição visível pela atribuição do caso nominativo, característico do sujeito.

1.5 - O princípio da visibilidade

Tenho usado informalmente (e foi introduzida formalmente na definição (14)) a expressão "tornar visível". Na verdade, pode-se utilizar o termo - "visibilidade" - em um princípio que correlaciona a teoria-Theta e a teoria dos casos sintáticos abstratos.

A primeira formulação do "filtro de casos"

(15) * [[SN lexical] [-caso]]

tem o caráter de uma condição morfológica de boa formação das estruturas superficiais. Essa condição, sugerida por Vergnaud e precisada em Chomsky e Lasnik (1977), se propôs para explicar por que um sintagma nominal não parece em inglês e outras línguas, salvo os casos de "exceptional case marking", na posição de sujeito do infinitivo; em português, não aparece nos casos em que esse infinito não pode ser flexionado:

- (16) a - Eu vi os meninos sair(em) do parque
 b - * Parece os meninos sair do parque
 c - Os meninos parecem [e] estar saindo do parque
 i i

De fato, admitindo-se que a posição de especificador de I', sujeito, recebe o caso nominativo via regência por I, explica-se

por que "meninos" em (a) recebe caso e não cai sob (15), bem como não recebe caso em (b) do infinitivo não flexionado, acarretando agramaticalidade. Ao contrário, em (c), "meninos", movendo-se para a posição de sujeito de "parecer", situa-se em uma posição marcada pelo caso nominativo, recebido da concordância em I.

Lasnik e Uriagereka (1986) observam, entretanto, que essa versão morfológica (extensão abstrata dos sistemas morfológicos de marcação de casos em línguas como o latim, o finlandês) encontra dificuldades em exemplos como

- (17) * Who is it likely to be clever
 [Who [it [is likely [[e] to be clever]]]]
 i i

A agramaticalidade só pode decorrer da não marcação de caso na categoria vazia, uma variável vinculada ao operador "who". Como falar em termos morfológicos de um princípio que vale para categorias vazias, não morfológica e foneticamente realizadas?

Chomsky, (1981, 1986-a), baseando-se em proposta de Aoun (1979) oferece uma alternativa, com base na teoria-Theta [*]. Intuitivamente, posso descrevê-la assim: suponha-se que representasse, no léxico, um verbo como "comprar" na forma:

- (18) COMPRAR (agente, beneficiário, objetivo, valor)
 N — N N N
 1 2 3 4

Nessas sequências se distinguem o predicado e seus argumentos, mas a interpretação dos nomes, como associados a um e não outro papel semântico, depende de um símbolo extra (muitas vezes não considerado): a ordem dos elementos em cada uma delas.

* Veja-se, ainda, Borer (1981), Chomsky (1982), Stowell (1981).

Não basta somente, pois, para a explicitação das funções semânticas que a sintaxe corresponda a uma projeção categorial do esquema relacional formado pelo predicado e seus argumentos. Deve a gramática estabelecer mecanismos (do mesmo modo que a ordem linear na notação acima) ou recursos expressivos que explicitem a natureza da função temática e a identificação do argumento a que ela se associa. Normalmente, as línguas se utilizam de casos morfológicos, da ordem relativa entre os constituintes na sequência oracional, de certas condições estruturais (como as de regência e adjacência), de palavras funcionais como as preposições, de marcas que anunciem a diátese verbal (cf. cap. 3) na flexão do verbo, etc. Todos esses recursos de marcação de caso (que se distingue assim da atribuição abstrata dos casos; Everett, 1986-b), que permitem identificar o papel semântico, são generalizados, na proposta de Chomsky e Aoun, na teoria dos casos abstratos, com o princípio de "visibilidade":

- (19) Um elemento é visível para a interpretação de uma função temática se e somente se a ele é atribuído um determinado caso sintático.

Por esse princípio, um sintagma nominal pode receber uma função temática somente se estiver em uma cadeia que, na gramática da língua natural, receba um caso sintático (cf. (13) e (14)).

No português, por exemplo, o sujeito recebe o nominativo da flexão verbal na posição de especificador de I', o objeto direto recebe o acusativo em uma posição adjacente ao núcleo do verbo, outros sintagmas nominais recebem caso de preposições que expressam, de um certo modo, a relação temática que se estabelece entre o sintagma nominal preposicionado e um atribuidor da função.

Vou assumir essa versão do princípio da visibilidade, embora ela também não explique satisfatoriamente por que, na oração

(20) It rains

o pronome expletivo "it" deva receber caso, apesar de "rain" não atribuir qualquer função temática. Isso me leva ao princípio da projeção estendida.

1.6 - O princípio da projeção estendida

Chomsky (1981) propõe o princípio da projeção estendida para assegurar que toda oração possua o seu sujeito. Franchi (1987) sugere uma análise diferente no que diz respeito ao sujeito que devo combinar com a proposta de Fukui (1986).

Em uma estrutura como a de (9), em que todos os argumentos se engendram na projeção do verbo, para receber sua função temática sob a relação estrita de irmandade, é necessário explicar-se a "promoção" de um desses argumentos à posição de sujeito. Fukui sugere que essa explicação se prenda à teoria dos casos: um argumento não adjacente a V não pode receber caso, na projeção de V-máximo, pelo que deve ser movido à posição de sujeito.

Essa solução apresenta dificuldades: sabendo-se que além do movimento a uma posição com caso (por exemplo a de especificador de I'), outros sintagmas nominais podem recebê-lo via preposição, como explicar que um deles e não outro deva mover-se? Ou seja, por que não são gramaticais as orações (b) abaixo, em que se opta pelo movimento de outro sintagma nominal?

- (21) a - Pedro vendeu o livro para Maria
b - * Maria vendeu o livro por Pedro

- (22) a - O pescador virou o barco com o remo
b - * O remo virou o barco pelo pescador
- (23) a - Maria recebeu o livro de seu colega
b - * O colega recebeu o livro para Maria (no sentido relevante)

Além disso, dada a inoperância da posição de sujeito, na versão de Fukui e de Franchi (1975) no processo de atribuição das funções temáticas, não há por que fazer depender o movimento para a posição de especificador de I' do princípio da visibilidade. Franchi assume, então, uma concepção mais lata de sintaxe para exigir que não somente as relações temáticas, mas também relações discursivas se explicitem mediante recursos expressivos formais. Aproveitando-se da noção de "perspectiva" de Fillmore (1977), propõe que o alçamento à posição de sujeito esteja vinculado ao motivo pragmático-discursivo de instauração de uma perspectiva, marcando o argumento promovido para uma função de "tema" (aparentada com "tópico"), no sentido de Halliday (1967).

Essa "promoção" se processaria segundo uma hierarquia (parametrizável) das funções temáticas associadas aos argumentos. Voltarei a essa hierarquia no capítulo 4, bastando dizer aqui que, no português, o agente se coloca não somente na posição mais alta dessa hierarquia mas, ainda, que sua presença torna obrigatória a sua promoção a sujeito, salvo explícitas indicações (morfológicas, por exemplo) em contrário.

Isso explicaria a agramaticalidade de (21) e (22). Em (23), como o beneficiário ocupa a segunda posição (com o experienciador e o paciente) nessa hierarquia, será o argumento-beneficiário que se "promove", na ausência do agente.

Em muitos casos, como verei melhor, o português sequer se

submete a um princípio como o da projeção estendida (sobretudo se definido, como em Chomsky, com base na teoria-Theta). É o caso das construções "impessoais" e de exemplos que se situam na "perspectiva" do processo, como em

(24) Ihhh! sujou os vidro(s) de novo (#)

* O sinal "(#)", colocado após os exemplos, significa que eles foram citados por mim em conversas de que participei ou me foram cedidos por quem os anotou.

O nominativo seria assim uma espécie de "caso-default" (sugestão que Franchi credita a Mary Kato), com um papel em nada vinculado à atribuição de uma função temática determinada, o que explicaria (em línguas em que o princípio da projeção estendida tivesse inteira aplicação) o caso atribuído aos expletivos [*].

* Uma das soluções de Chomsky (1981) é a de propor que os expletivos seriam "quasi-argumentos" recebendo uma função temática dos verbos impessoais. Assim, o princípio da projeção estendida seria inteiramente dependente da teoria-theta. Prefiro não admitir isso, com base nos dados do português que apontam diretamente para uma solução parametrizada. Hyams (1987), observando dados de aquisição de crianças falantes do inglês, mostra que prevalecem orações "sem sujeito" em um período inicial, e o aparecimento das orações com sujeito dependeria justamente das evidências positivas de um parâmetro específico dessa língua: "a manifestação sintática do especificador de I'", temática e argumentalmente vazia, por um expletivo (p. 16). Observa que tais expletivos se tornam facilmente ausentes, por não responderem nem a propósitos semânticos nem a propósitos pragmático-discursivos.

1.7 - Considerações finais

Por não serem decisivos neste trabalho, que envolve somente orações simples, não me estenderei sobre outros módulos e princípios como os da teoria das barreiras e da teoria da vinculação. Convém somente explicitar algumas noções a que me referi sem defini-las. As noções de comando e regência, por exemplo.

A noção de regência expressa intuitivamente a relação entre o núcleo e seus complementos. Na teoria ela é rigorosamente

definida em termos estruturais. Em Chomsky (1986), as definições de c-comando, m-comando, exclusão e regência, estão interligadas.

A noção de c-comando (comando por uma categoria qualquer) é a de Reinhart (1976):

- (25) X c-comanda Y, se e somente se X não domina Y e cada Z que domina X domina Y

a definição de c-comando se distingue r de m-comando (Aoun e Sportiche, 1983), em que são relevantes somente projeções máximas:

- (26) X m-comanda Y, se e somente se X não domina Y e cada Z que domina X domina Y, Z uma projeção máxima

Uma definição de regência que não leve em conta as estruturas de adjunção, pode ser simplesmente enunciada como

- (27) X rege Y, se e somente se X m-comanda Y e cada barreira para Y domina X

A noção de barreira envolve a noção de categoria bloqueadora que, por sua vez envolve a relação já definida de atribuição de função temática:

- (28) X é uma categoria bloqueadora para Y, se e somente se X não é marcado tematicamente (por uma categoria lexical) e X domina Y

Uma categoria pode ser inerentemente uma barreira (29-a) ou uma barreira por herança (29-b):

- (29) X é uma barreira para Y se e somente se
a - X é uma categoria bloqueadora para Y, excetuada a categoria I
b - X domina imediatamente Z e Z é uma categoria bloqueadora para Y

Todos esses princípios, baseados na definição estrutural de algumas relações fundamentais (como a relação temática, a relação de caso, comando e regência), permitem, como vi no início deste capítulo, que a gramática gerativa j não dependa de regras

específicas relativas a determinados domínios, mas se construa como um conjunto estruturado de condições de representação.

Assim, por exemplo, cada complemento de um núcleo deve ser por ele semanticamente selecionado e sintaticamente subcategorizado (manifestando uma categoria estrutural canônica); por outro lado, um elemento que atribua funções semânticas deve saturar essas funções em posições argumentais sintaticamente apropriadas. No caso do sujeito, em vez da relação temática, usa-se a relação de predicação (Williams, 1980; Rothstein, 1983): nesse sentido um sujeito deve ser autorizado por um predicado (e vice-versa) sendo ambas essas funções definidas sintática e formalmente. Enfim, um elemento que requer uma função temática, deve recebê-la de algum elemento atribuidor. Em

(30) O navio se foi para a Inglaterra meus amigos
não é necessário fazer sua agramaticalidade depender de nenhuma regra específica que exclua um sintagma nominal ("meus amigos") dessa posição, na medida em que a ele não se pode atribuir nenhuma função da rede temática de "ir".

Do mesmo modo, um operador (quantificadores, interrogativos, relativos e mesmo constituintes em posição de tópico) deve ser autorizado por uma variável, isto é, por um pronome ou categoria vazia dentro, de seu escopo (uma expressão c-comandada pelo operador). Observe-se que seria equivocado tentar estabelecer regras que excluíssem orações como

- (31) a - Quem o menino furou a bola?
b - O que o menino furou a bola?

Sua agramaticalidade decorre do princípio da saturação e do princípio de vinculação do operado de fato, "furar" satura sua

rede temática atribuindo a função agentiva a "menino" e a função paciente a "bola". "Quem" (ou "o que") não somente fica sem receber uma função temática mas ainda não pode vincular-se a qualquer categoria vazia.

Essas condições gerais foram enunciadas por Chomsky (1986-a) sob o princípio da "interpretação plena" que requer que cada elemento da forma fonética e da forma lógica, tomadas como interfaces da sintaxe, em um sentido amplo, com os sistemas de uso da linguagem, recebam uma interpretação apropriada. Em outros termos, cada um desses elementos deve ser "autorizado" por um princípio geral. Nenhum deles pode ser simplesmente desconsiderado na interpretação.

Capítulo 2

AS CONSTRUÇÕES ERGATIVAS

Caracterização e revisão das propostas explicativas
no quadro da Teoria Gerativa e Transformacional.

Neste capítulo examinarei alguns aspectos das construções intransitivo-ergativas em sua correlação com as construções transitivo-causativas. Usarei o termo "construções ergativas" para referir-me a cer as construções que envolvem um largo grupo de verbos em Português (abrir, mover, colar, rasgar, apagar, etc.) caracterizadas pelas propriedades mínimas:

- esses verbos podem construir-se como intransitivos ou transitivos, ou, se se quiser evitar esses termos, com um ou com dois argumentos nominais nucleares que especificam a significação do verbo e recebem dele funções temáticas inerentes (no sentido da teoria gerativa);

- a relação sintática que existe entre essas construções resulta de que o sujeito gramatical do verbo intransitivo corresponde ao objeto direto do verbo transitivo (e daí o uso do termo "ergativo") e recebem do verbo a mesma função temática.

São exemplos dessas construções correlacionadas:

- (32) a - A porta abriu
b - O guarda abriu a porta
- (33) a - A camisa rasgou
b - O garoto rasgou a camisa
- (34) a - A babá adormeceu a criança
b - A criança adormeceu
- (35) a - O sol amarelou as folhas
b - As folhas amarelaram
- (36) a - Os motoqueiros assustaram a vizinhança
b - A vizinhança assustou

A extensa bibliografia sobre essas construções tem chamado a

atenção para vários tipos de expressão que partilham aspectos comuns com as construções ergativas. Para mais bem caracterizar e delimitar as construções que me interessam, arrolo algumas dessas outras construções que, embora estejam fora do domínio estrito de pesquisa que me interessa, deverão estar sempre à vista como pano de fundo e às quais farei referências uma ou outra vez.

Em primeiro lugar, em Português e outras línguas românicas, a construção intransitiva aparece muitas vezes com um pseudo-reflexivo sujeito a restrições não muito claras. Comparem-se aos pares dos exemplos anteriores, respectivamente:

- (37)
- a - A porta abriu-se
 - b - A camisa se rasgou
 - c - * A criança adormeceu-se
 - d - ? As folhas se amarelaram
 - e - A vizinhança assustou-se

Essas formas com o "se" são menos frequentes na modalidade coloquial que se usa em minha região, de que extraio a maioria de meus dados, ao contrário, por exemplo, da modalidade nordestina, em que a construção com "se" parece predominar. No caso da região mais ao sul do país (Sta. Catarina e R. G. do Sul), o apagamento do clítico pseudo-reflexivo é normal com sujeitos não animados mas seu emprego se torna aparentemente obrigatório quando as ergativas se constroem com sujeito humano [*].

Pereira (1977), rio-grandense do norte, contrapõe a tendência de apagamento do reflexivo entre os paulistas (exemplos (a)) à persistência obrigatória do "se" em seu dialeto (exemplos (b)), em orações como:

- i- a) João já barbeou cedinho
- b) João já se barbeou cedinho
- ii- a) João levantou cedo
- b) João levantou-se cedo
- iii-a) João assustou
- b) João assustou-se

Quanto ao sul do país as indicações se vêm de C. Franchi em comunicação pessoal.

Pode-se falar, de um certo modo, que as construções ergativas constituem um processo sintático em expansão no Português do Brasil, particularmente na modalidade coloquial considerada. Um sintoma disso, e com isto chego a um segundo tipo de construções paralelas a considerar, observa-se na extensão do mesmo processo (ou de um processo inverso, se preferirem) a verbos normalmente considerados intransitivos. Observe-se a transitivização ou causativização de certos verbos (sair, almoçar, doer, etc.) em exemplos como:

- (38) a - Não consegui sair o carro da garagem (#) [*]
 b - Eu vou almoçar o nenê e depois saio (#)
 c - Essa escova, não; porque ela dói a cabeça (#)

que, aparentemente excepcionais, têm sido anotados por mim mesma e por vários estudiosos em diferentes situações (Bittencourt, 1979, no falar mineiro; Attié-Figueira, 1985, no processo de aquisição da linguagem; Franchi, E., 1987, na fala de crianças da pré-escola).

Os estudos em geral, tanto na gramática de casos como na gramática gerativa, destacam um terceiro aspecto dessas construções: o fato de que elas constituem um mecanismo pelo qual se altera a diátese do verbo (no sentido de Franchi, 1975; ver p. 79), seja para incluir um novo argumento agentivo, seja para tornar totalmente inespecificado esse agentivo. Assim, as construções ergativas se associam a toda uma série de outras utilizadas no caso em que não é relevante a explicitação do agentivo para os propósitos do discurso. Estão, certamente, entre elas, as passivas (analíticas ou pronominais). Embora em uma teoria mais abstrata, como a que me fornece o quadro teórico-explicativo

desta tese, seja possível fazer dependerem essas diferentes construções dos mesmos princípios gerais, convém distingui-las cuidadosamente ao nível descritivo, para excluir estas últimas do centro de minha preocupação.

De fato, algumas propriedades mostram que as "passivas" se distinguem das "ergativas" por aquelas manterem sempre um agente-vo implícito (Roeper, 1980, para a noção de função temática implícita), com consequências não somente para a interpretação mas também para certos fenômenos sintático-semânticos como os de controle. Comparem-se as orações:

- (39) a - Pedro abriu a porta para [e] fazer passar o piano
 b - A porta foi aberta para [e] fazer passar o piano
 c - Abriu-se a porta para [e] fazer passar o piano
 d - * A porta abriu para [e] fazer passar o piano

Já se observou (Chomsky, 1981; Manzini, 1980; Roeper, 1980) que as orações infinitivas finais, sem sujeito explícito, pressupõem intencionalidade e, pois, um sintagma nominal agentivo na oração principal de cuja ação se expressa o propósito. Em (39-a), a posição vazia do sujeito da oração infinitiva (uma categoria vazia PRO) é controlada pelo sujeito da oração principal agentivo, o que possibilita a interpretação correferente de PRO e "Pedro". (39-b) e (39-c) são gramaticais, exatamente porque as orações principais, sendo passivas, possuem um agentevo implícito; embora indeterminado, esse elemento implícito controla o PRO na infinitiva, e permite uma interpretação correferente: quem abriu a porta, seja lá quem for, o fez para poder fazer passar o piano. (39-d), entretanto, na interpretação ergativa relevante, é agramatical; houve uma completa detematização do agentevo (para usar um termo de Roeper): não há meios de estabelecer a re-

ferencia de PRO, via controle (salvo a hipótese, que não vem ao caso, de considerar como controlador a própria porta).

Tudo isso mostra que a descrição das propriedades e o estabelecimento, com base nelas, de condições gramaticais das construções ergativas envolvem crucialmente a rede temática dos verbos. Nesse sentido apontam outros fatos. Por exemplo, o uso de um verbo com alteração da função temática atribuída ao sujeito ou aos complementos (objeto direto e indireto), pode dificultar a construção de estruturas intransitivas a partir de estruturas transitivas (ou vice-versa). Considerem-se, para ilustrar o ponto, os verbos "pesar" e "acertar".

"Pesar" pode ser construído como transitivo ou intransitivo. Mas a forma intransitiva ocorre somente quando o verbo se interpreta como estativo (ter peso) e não como verbo ativo-instrumental. Esses diferentes sentidos dependem da atribuição ao objeto direto de um papel semântico objetivo ou atributivo (no sentido em que usarei esses termos no capítulo 3).

- (40) a - O feirante pesou com capricho dois quilos da melhor batata
 b - * Dois quilos da melhor batata pesaram com capricho
 c - Dois quilos da melhor batata pesam muito para você

Do mesmo modo, considerem-se os exemplos abaixo com "acertar":

- (41) a - O moleque acertou uma pedra na vidraça
 b - Uma pedra acertou na vidraça
- (42) a - O moleque acertou a vidraça com uma pedra
 b - * A vidraça acertou com uma pedra

Em (41-a), o evento é representado semanticamente como uma ação que incide sobre a pedra, fazendo-a mover-se: "pedra", o objeto direto, recebe função temática de paciente ou tema (este, no sentido de Gruber, 1965); já em (42-a), é o sintagma nominal-

alvo, "vidraça" que se constrói na posição de objeto direto. Essa diferença temática corresponde a diferentes propriedades sintáticas, condicionando a gramaticalidade de (41-b) e a agramaticalidade de (42-b).

Quanto às causativas, devem, também, distinguir-se as causativas sintéticas das construções analíticas com o verbo operador "fazer". Estas possibilitam a modificação da diátese do verbo operando, pela introdução de um novo argumento agentivo, que se constrói como sujeito de "fazer". Em alguns casos, parece poder estabelecer-se uma quase-equivalência semântica entre as duas construções causativas, como em (43), pelo menos em uma de suas interpretações.

- (43) a - O menino fez virar o litro de leite na pia
 b - O menino virou o litro de leite na pia

Quando se interpreta (43-a) com uma análise estrutural em que o sujeito da infinitiva ou é um PRO referencialmente controlado por "menino" ou é um sujeito posposto, "o litro de leite" (em uma leitura ergativa de "virar"), esta não se distingue facilmente de (43-b). Mas o sujeito vazio do infinitivo "virar" em (43-a) pode ser, no caso, interpretado como um PRO indeterminado referencialmente, não necessariamente correspondente a menino, o que favorece o uso das construções causativas analíticas para expressar a causa mediata (Shibatani, 1975), ao contrário de (43-b). Esta segunda interpretação é, entretanto, a única possível de (44-a), que se distingue mais claramente de (44-b):

- (44) a - O guarda fez abrir a porta
 b - O guarda abriu a porta

Finalmente, devo distinguir as construções ergativas de

certas construções menos frequentes em português que Fiengo (1980) chama de construções mediais. Exemplos como

- (45) a - Esses carros mais econômicos vendem facilmente
b - Esse peso levanta fácil
c - Um apartamento nesse bairro aluga num piscar de olho

se aproximam bastante das ergativas, pela ausência do agente, pelo deslocamento do objeto direto para a posição de sujeito mas estão submetidas a inúmeras restrições, particularmente pelo fato de predominarem em discursos genéricos, com verbo no presente simples (atemporal) e de dependerem, muitas vezes, da presença de um advérbio ou expressão modalizadora. Em inglês, por exemplo, comparem-se

- (46) a - Foreign cars sell easily
b - * Foreign cars sell

e em português

- (47) a - A costureira cortou ontem o molde para meu vestido de noiva
b - * O molde cortou ontem para meu vestido de noiva
c - O molde corta mais fácil, se usar uma tesoura maior

Estas considerações iniciais permitem definir, mesmo que sumariamente e a nível de exemplificação, algumas das propriedades que caracterizam as construções em que estou interessada e distingui-las de outras que envolvem mecanismos gramaticais semelhantes. Insistindo sobre as estruturas ergativas, deverei certamente tratar comparativamente destas outras, embora não pretenda demorar-me sobre suas propriedades específicas.

Nos itens seguintes, faço uma síntese das propostas de descrição e explicação das ergativas e de sua correlação com as causativas, restringindo-me ao quadro da teoria gerativo-transformativa de concepção chomskyana, com uma prévia menção ao

trabalho pioneiro de Fillmore. A bibliografia sobre o tema é vastíssima, mesmo com a restrição anterior, pelo que farei um recorte dos textos que têm sido mais retomados nesses estudos, incluindo a contribuição de pesquisadores brasileiros.

2.1 - Na gramática de casos.

As construções que estamos considerando, foram utilizadas em Fillmore (1966, 1968) com o objetivo de confrontar as proposições de Chomsky a respeito da natureza puramente categorial e sintática da estrutura profunda, sobre a qual, então, se operava para a interpretação semântica dos enunciados. Para Fillmore, as categorias e as relações e funções sintáticas (sujeito, objeto direto, etc.) definidas no indicador sintagmático de base naquela versão da gramática gerativa não seriam relevantes para a interpretação semântica da oração. De fato, se considerarmos

- (48)
- a - O pescador virou o barco
 - b - O barco foi virado pelo pescador
 - c - Virou-se o barco
 - d - O barco virou

facilmente se observa que a função temática de "barco" é a de paciente (objeto afetado pela ação ou processo expressos nas orações) - cuja identificação é indispensável para a interpretação semântica - independe da função sintática em que se manifesta. Embora essa função temática se mantenha invariante, "barco" é objeto direto em (a), sujeito em (b) e (d) e, conforme a análise descritiva que se adote, sujeito ou objeto direto em (c).

Fillmore formulou a hipótese de que a estrutura profunda das orações se deveria representar não categorialmente mas mediante símbolos diretamente associados a "casos semânticos" (agentivo,

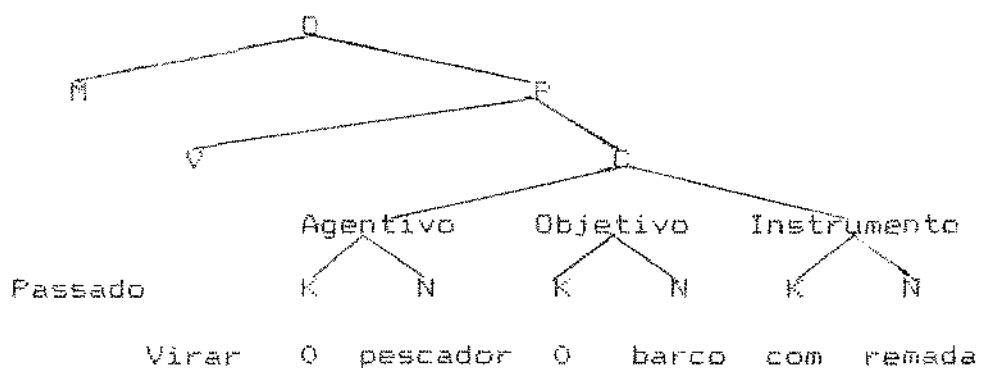
objetivo, instrumento, dativo, etc., a que tenho chamado funções temáticas), definidos intuitivamente como elementos primitivos da teoria. A descrição lexical de um verbo conteria, entre outras informações, as relativas a esses casos como parte da especificação de seu sentido.

A estrutura sintagmática de base das orações corresponderia à projeção dessa rede temática. A título de ilustração representarei as estruturas oracionais das causativas e de sua correlação com as ergativas. Um verbo como "virar" conteria a indicação dos casos que o verbo atribui a seus argumentos, distinguindo entre eles um caso fundamental e casos optativos, colocados entre parêntesis:

(49) VIRAR [(agentivo), objetivo, (instrumento)]

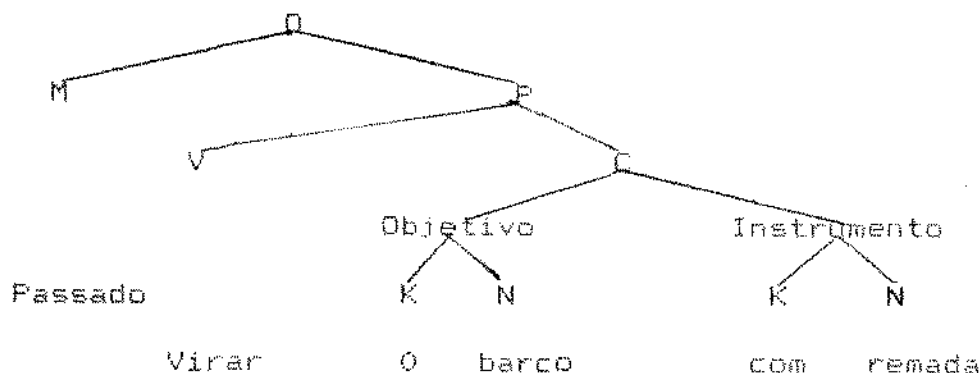
A projeção dessas propriedades temáticas na estrutura da oração possibilitaria o engendramento de diferentes indicadores sintagmáticos de base. (50-a), por exemplo, representa a estrutura em que se manifesta o agentivo e, pois, uma estrutura causativa; (50-b) representa uma estrutura ergativa, em que ocorre uma detematização do agentivo [*]:

(50) a -



(50)

b -



* Os símbolos utilizados O, M, P, V, C, K, N referem-se respectivamente a Oração, Modalidade, Proposição, Verbo, Casos, Marcador de caso, Nome. Fillmore representa a oração como constituída de um predicado e dos nomes como seus argumentos, qualificados pela função temática que recebem do verbo, lembrando a notação lógica das relações. O modelo concentra-se, assim, sobre o aspecto relacional das funções semânticas e sobre o conteúdo proposicional da oração. Entretanto, Fillmore insiste na centralidade da sintaxe o que o leva a inserir na representação sintagmática a projeção categorial desses argumentos associando-os diretamente a seus marcadores (por exemplo, preposições) e a categoria sintática do nome. Passa-se, desse modo, de uma estrutura argumental semântica a uma estrutura categorial sintática, solução que Fillmore mais tarde vai considerar um equívoco. (Fillmore, 1972: "I so frequently find myself speaking without any understanding of what I am saying..."). Vários aspectos dessa representação foram posteriormente modificados; o rol dos casos semânticos foram profundamente alterados em Fillmore (1971), quando passou de um modelo não localístico para um modelo localístico; na mesma ocasião, a oração se ramifica diretamente em um verbo e um número de casos, sendo eliminados o constituinte modalidade e os marcadores de casos. Os elementos modais (tempo, aspecto, negação, etc.) estão fora da proposição e são introduzidos na estrutura básica no processo de derivação. Por outro lado, a estrutura em constituintes passa a uma estrutura de dependência, onde o verbo é o nóculo mais alto e os casos aparecem sob ramificações desse nóculo.

O aparecimento de um ou outro dos argumentos do verbo na posição sintática de sujeito (com o correspondente arranjo dos outros argumentos em outras posições sintáticas) decorreria de uma transformação em que se promoveria um dos sintagmas nominais a essa posição. A escolha do sintagma nominal sujeito está sujeita a certas condições de hierarquia: em Fillmore (1968), a ordem de precedência é - agente > instrumento > objetivo; em Fillmore (1971), agente > experienciador > instrumento > objetivo.

A partir de (50-a) acima, obtém-se, conforme a escolha do sujeito, a estrutura causativa (51-a) e, com a alteração da ordem hierárquica pela morfologia da passiva, (51-b):

- (51) a - O pescador virou o barco com a remada
 b - O barco foi virado pelo pescador com a remada

A partir de (50-b) acima, com a detematização do agentivo, obtêm-se as construções instrumental e ergativa:

- (52) a - A remada (do pescador) virou o barco
 b - O barco virou

Apesar de sumárias, estas indicações mostram a predominância de uma perspectiva lexical no tratamento das construções ergativas. De fato, dá-se conta da relação entre as duas formas, transitiva e intransitiva, não a partir de operações sintáticas mas com base na própria descrição das propriedades temáticas do item verbal em questão. Embora o papel da promoção do sujeito seja relevante na construção das várias formas possíveis, ela não expressa a relação entre as causativas e as ergativas: isso depende das condições temáticas já prescritas na descrição lexical, particularmente a opcionalidade da função temática agentiva. Ao contrário do exemplo com "virar", um verbo que não possibilita a correlação entre as duas construções - causativa/ergativa - se representaria no léxico com dois casos fundamentais. Assim, um verbo como "abdicar" em que a forma intransitiva é agramatical -

- (53) a - Pedro II abdicou o império
 b - * O império abdica somente em casos extremos

- teria a descrição lexical de suas propriedades temáticas:

- (54) a - ABDICAR [Agentivo, Objetivo]

É importante lembrar que, mais tarde voltou-se a reconhecer a relevância, para a interpretação semântica, das funções sintáticas (sujeito e objeto) e da promoção de um argumento a sujeito. Assim, Fillmore (1977) introduz a noção intuitiva de "perspectiva" para expressar que diferentes configurações sintáticas

representam diferentes "pontos de vista" em relação ao evento ou processo descritos na oração. Estendendo um pouco essa noção, poderia dizer que, em

- (55)
- a - O pescador virou o barco com uma forte remada
 - b - O barco foi virado com uma forte remada (do pescador)/ pelo pescador com uma forte remada
 - c - A forte remada do pescador virou o barco
 - d - O barco virou
 - e - Nossa! virou o barco!

configuram-se diversas perspectivas conforme a escolha do sujeito. Em (a), o evento se descreve na perspectiva do agentivo; em (b), esse agentivo se implícita ou se desloca para uma posição sintática periférica na oração para colocá-la na perspectiva do objetivo; em (c), a perspectiva toma como ponto de referência o instrumento; em (d), detematiza-se o agentivo para expressar o evento como um processo envolvendo o barco; a perspectiva que põe ênfase sobre o processo é ainda mais clara em (e).

Últimas observações: o próprio Fillmore reconhece (cf. nota da p. 34) as confusões a que foi levado em sua notação. Para falar da mais importante, nela se misturam categorias sintáticas (como oração, nome, verbo) e funções semânticas (como agentivo, objetivo): uma representação autônoma das funções temáticas exige que se coloque de maneira mais cuidadosa a questão da projeção das estruturas relacionais em estruturas categoriais sintáticas (Franchi, 1975). Do ponto de vista empírico, anote-se somente que a descrição proposta das ergativas dificilmente explicaria o aparecimento de pseudo-reflexivos em Português ("a porta abriu-se"). Enfim, inúmeros exemplos do português parecem mostrar que as construções ergativas nem sempre dependem exclusivamente do verbo da oração; como veremos mais adiante, a presença ou

ausência de determinados tipos de objeto ou de certos adjuntos adverbiais modificam as condições de gramaticalidade e aceitabilidade das construções ergativas. Embora a estrutura argumental e a natureza das funções temáticas atribuídas aos argumentos do verbo tenham um papel fundamental nessas condições, não há como tratar, no modelo de Fillmore, outras restrições independentes.

2.2 - Burzio: uma solução transformacional na sintaxe

Fiengo (1980) sugere que as construções intransitivas, mediais e ergativas, estão relacionadas às correspondentes causativas por uma transformação sintática, como na passiva. Justifica essa solução pelo fato de que o sujeito das ergativas e mediais recebe a mesma função temática (tema) do objeto direto das causativas, o que faz supor uma mesma posição sintática na estrutura profunda, em que tais relações se estabelecem e se atribuem. O mecanismo básico envolvido na interpretação, dando conta do problema levantado por Fillmore, seria a relação anafórica entre o sintagma nominal movido para a posição de sujeito e seu vestígio na posição de objeto: este, determinando a função gramatical profunda, na cadeia de funções formada, possibilita a identificação da função temática adequada.

Para motivar essa transformação Fiengo sugere a condição geral de que um sintagma nominal lexical tem que receber caso (primeira versão do "filtro de casos") e sugere que a classe de verbos considerada, nas construções mediais e ergativas, não atribui caso à posição de objeto direto (do mesmo modo que nas passivas (Chomsky, 1981), embora por outras razões

O estudo das propostas de Burzio (1981) tornará mais claras essas sugestões. Esse autor distingue, entre os chamados intransitivos, duas classes de verbo: os intransitivos propriamente ditos e os ergativos, os primeiros com seu argumento singular engendrado na posição de sujeito e os segundos, na de objeto direto.

Um dos argumentos básicos utilizados por Burzio para essa distinção tem a ver com a possibilidade ou não de construir esses verbos com o clítico genitivo "ne", no italiano. Esse clítico aparece em construções como:

- (56) a - I studenti hanno fatto molte domande
b - I studenti _i ne hanno fatte molte [e] _i

A condição do uso do "ne" é que o sintagma nominal vazio, a ele coindexado, seja o núcleo de um objeto direto determinado por um quantificador (como "molti"). Vê-se isso, pela agramaticalidade do exemplo (57-c) e (57-d) em que o clítico "ne" se relaciona com a categoria vazia do núcleo do sujeito:

- (57) a - Molti studenti hanno fatto domanda
b - Hanno fatto domanda molti studenti
c - ** Molti ne hanno fatto domanda
d - * Ne hanno fatto domanda molti

(57-c) e (57-d), embora gramaticais se interpretadas como relacionadas a orações - "muitos fizeram pedido de várias coisas" em que o clítico "ne" se ligaria a "várias coisas", são agramaticais se interpretadas com "ne" referido a "studenti".

Consideremos agora os exemplos com verbos intransitivos

- (58) a - Molti studenti hanno telefonato
b - Hanno telefonato molti studenti

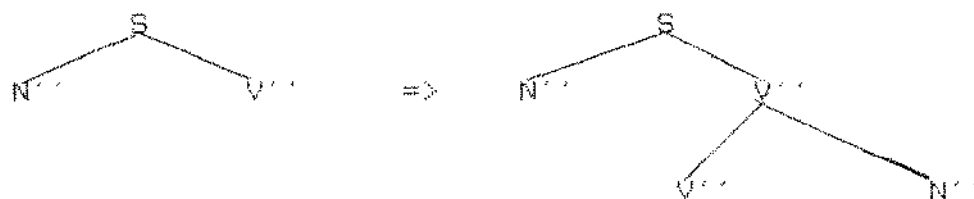
- (59) a - Molti studenti arrivano
b - Arrivano molti studenti

Como se observa, o sujeito pode aparecer tanto em posição inicial, como em posição pós-verbal. Como decidir se as construções em (b) resultam ou não de movimento? Se compararmos os exemplos acima com as construções com o clítico genitivo, teremos:

- (60) a - * Ne telefonano molti
b - Ne arrivano molti

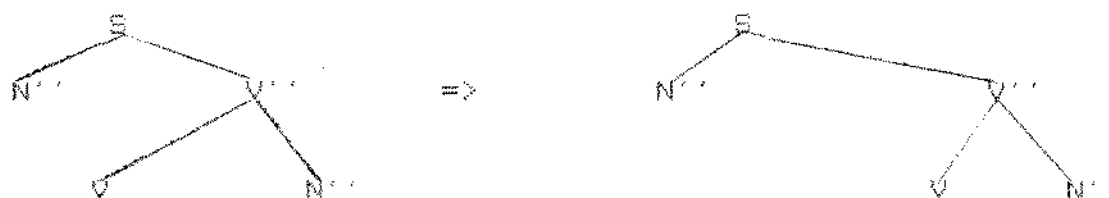
Considerada a restrição de que o "ne" se vincule anaforicamente ao núcleo de um objeto direto, pode-se justificar a hipótese de que, em (60-a), agramatical com o clítico "ne", "molti studenti" deve ser engendrado na posição de sujeito; em (60-b), ao contrário, a gramaticalidade do uso de "ne" indicaria que a posição original de "molti studenti" deve ser a de objeto direto. Assim, para o caso de (58), teríamos as estruturas [*]:

(61)



Molti studenti telefonano [e] telefonano molti studenti

(62)



[e] arrivano molti studenti molti studenti arrivano [e]
i i

* Uso "" em lugar das barras. Adoto desde logo a convenção notacional sugerida por Chomsky (1986) de supressão das projeções intermediárias quando não ramificadas para a inclusão de complementos ou especificadores.

No caso de (61), o sujeito do verbo intransitivo é movido, por adjunção a V'', à posição pós-verbal. No caso de (62), ao contrário, o objeto direto de um verbo ergativo é que se move

para a posição de sujeito. Explicar-se-ia, assim, a impossibilidade do emprego de "ne", com base em uma estipulação de vinculação desse clítico a um sintagma nominal objeto direto [*].

* Burzio sugere que essa restrição seja, em parte, definida em termos das condições gerais da teoria da vinculação "by assuming the relation between "ne" and "..." (let us say its trace)... to simply be an anaphoric relation thus falling under the general binding conditions". Ne will then c-command its trace" em (31) mas não em (30). Isto não parece muito adequado, dado que deveria ser adotada uma relação de a-comando (Aoun e Sportiche, 1983) e não de c-comando (Reinhart, 1976), a-comando definida em termos de máxima projeção e c-comando em termos do primeiro nó nulo ramificante) para obter o efeito desejado. Em termos de c-comando, a vinculação seria adequada em ambos os casos. Observe-se, entretanto, que é justamente a relação de c-comando que Chomsky (1986) mostra determinar as condições de vinculação. Aliás, como o próprio Burzio admite em nota, definir a restrição em termos de a-comando criaria um outro problema: não se conseguiria excluir da relação com "ne" (como se deveria) objetos indiretos.

A hipótese de Burzio se reforça observando o comportamento do clítico "ne" em outras construções normalmente descritas mediante movimento do objeto direto para a posição do sujeito. Mostra-se nelas que a restrição de uso leva em conta não a estrutura superficial mas as relações definidas na estrutura profunda. No caso da passiva analítica, da passiva pronominal com "si", das ergativas relacionadas a causativas e das construções "si-ergativas" (isto é, as ergativas com pseudo-reflexivo), sempre é possível o emprego do "ne". Para não me alongar, deixo somente os exemplos, remetendo o leitor para o texto citado:

- (63) a - Molti studenti furono arrestati
b - Ne furono arrestati molti
- (64) a - Si guardano molte manifestazioni sportive
b - Se ne guardano molte (Se = Si)
- (65) a - La marina americana ha affondato quattro navi
b - Sono affondate quattro navi
c - Ne sono affondate quattro
- (66) a - Giovanni rompe la finestra
b - La finestra si rompe
c - Si rompono molte finestre
d - Se ne rompono molte

Como Fiengo, Burzio nota que esses verbos, nas construções ergativas, apresentam peculiaridades em relação à atribuição de funções temáticas. Lembra que, ao contrário da posição temática dos objetos, que sempre aparece na estrutura de subcategorização do verbo no léxico, a posição de sujeito pode vir desprovida de uma função temática. É o caso dos verbos de alçamento, como "parecer" que, diferentemente de "querer", não atribuem função temática à posição de sujeito. Teríamos, assim, dois tipos de verbo, subcategorizados para um complemento oracional:

- No caso de verbos, com complemento nominal, espera-se a reprodução do mesmo paradigma, correspondendo a uma oposição entre os causativos e os ergativos:

- 41

Para explicar a forma ergativa de "virar", Burzio propõe uma regra lexical aplicada a esse verbo, ou melhor, a toda uma classe específica de verbos:

- (69) Deixei de atribuir uma função temática à posição de sujeito

Essa propriedade fundamental dos verbos ergativos é associada a um princípio que generaliza a intuição de Fiengo:

- (70) Se um verbo não atribui função temática a seu sujeito, então esse verbo também não atribui caso ao objeto direto.

Combinadas essas análises e princípios com outros princípios gerais da teoria gramatical, teríamos (aqui de modo resumido) a explicação das construções ergativas e de suas relações (expressas transformacionalmente) com as causativas correlatas. O movimento do objeto direto para a posição de sujeito (respeitando-se o princípio das funções temáticas, visto que se trata de uma posição não tematizada) seria motivado pelo princípio da visibilidade, ou seja, pelo fato de não atribuir-se caso à posição de objeto, tornando necessário o movimento a uma posição marcada, em que possa receber caso e tornar visível, para a interpretação, sua função temática.

Uma questão, aí já, a resenhar refere-se ao uso de um clítico "se" com os ergativos. Burzio distingue, em italiano, um "impersonal-'si'" e um "ergative-'si'", Retomando essencialmente a análise de Rizzi (1976), observa que o "si", em exemplos como

- (71) a - Si mangia bene in questo ristorante
b - Si guarda queste manifestazioni sportive con interesse

tem aproximadamente o sentido de um pronome indefinido sujeito (alguém/você/a gente). E o considera, de fato, um "sujeito" em

certo sentido, por sua distribuição complementar com um sujeito lexical:

- (72) a - Con un po di musica si lavorebbe meglio
 b - Con un po di musica uno lavorebbe meglio
 c - * Con un po di musica uno si lavorebbe meglio

O "si" impessoal, pois, relacionar-se-ia a uma posição de sujeito sob a qual seria inserido na estrutura profunda, vinculando-a referencialmente e nela recebendo caso. Uma cliticização obrigatória se daria a partir dessa posição: uma propriedade específica da sintaxe desse clítico.

No caso da construção com "si" possuir um objeto direto, como em (71-b) pode dar-se movimento deste sintagma para a posição esvaziada pela cliticização (Rizzi, 1976; Ruwet, 1972, para em casos semelhantes do francês), levando o verbo a concordar com esse sujeito derivado:

- (73) Le manifestazioni sportive si guardano con interesse

Para solucionar a questão do caso (que agora tem que ser atribuído tanto ao "si" quanto ao sujeito derivado), propõe que o clítico possa absorver (ou receber), seja o nominativo, seja o acusativo. (71-b) manifestaria a primeira e (73), a segunda opção.

Quanto ao "si" ergativo, assume que é simplesmente o reflexo da perda da função temática do sujeito envolvida na derivação das entradas lexicais ergativas a partir das causativas pela aplicação da regra (69). Burzio assume que o "si" ergativo não desempenha qualquer papel sintático relevante (não recebe qualquer função temática; não necessita, conseqüentemente, de caso), embora relacionada de algum modo à posição de sujeito detematizada.

2.3 - Soluções envolvendo operações no léxico

Keyser e Roeper (1984) adotam a distinção de Burzio entre intransitivos propriamente ditos e ergativos, mas se distanciam dele, propondo, como Fiengo, uma distinção entre os verbos ergativos e os verbos médios [*]. Distanciam-se de ambos por tratar os médios em uma análise transformacional na sintaxe e os ergativos em uma análise inteiramente lexical.

* Napoli (1986), que considera essa distinção baseada em argumentos bem sólidos, observa que, em trabalhos mais recentes, Hale e Keyser (Some Transitivity Alternations in English e A view from the Middle; Lexicon Project, Working Papers, respectivamente 7 e 10; Cambridge(Mass): MIT; 1986 e 1987) mostram que as construções ergativas e médias são sub-classes de um grupo maior, envolvendo os mesmos processos e mecanismos gramaticais. Infelizmente, não tive ainda acesso a esses textos.

Das construções médias, basta dizer que seriam engendradas por movimento, como na proposta de Burzio, e os verbos seriam transitivos no léxico: uma regra lexical detematiza a posição de sujeito, permitindo o movimento para essa posição do objeto direto. Embora as construções médias não possuam características morfológicas explícitas (como no caso da passiva analítica ou pronominal) elas requerem operações lexicais sobre sua estrutura temática e de caso. O fato de que o objeto direto é, nas construções médias, um sujeito derivado na estrutura superficial se justifica pela atribuição óbvia do nominativo a esse sintagma nominal:

- (74)
- a - O comércio vende mais facilmente brinquedos no Natal
 - b - Brinquedos vendem fácil no Natal
 - c - Eu, certamente, prefiro trabalhar, em minha loja, com brinquedos.
 - Eles vendem fácil no Natal
 - * Vende-os fácil no Natal

O tratamento das ergativas, nesses autores, supõe uma regra

lexical que opera em vários passos. Primeiramente, ela opera sobre a estrutura temática do verbo, detematizando a função agentiva. Há vários argumentos que justificam essa completa detematização, somente apontada em Burzio. Além do argumento relativo ao controle de PRO usado no exemplo (39), pode-se acrescentar o fato de que, nas construções ergativas, a presença de um agentevo explícito em um sintagma preposicionado ("By-phrase") torna a oração agramatical, como aliás em português [*] :

- (75) a - * The boat sinks by the navy
b - * O barco virou pelo pescador

Essas construções também rejeitam a modificação adverbial com "intencionalmente", "por gosto", "voluntariamente", e mesmo com beneficiários explícitos ou expressões de finalidade, que se referem implicitamente a um agentevo:

- (76) a - * O barco virou intencionalmente
b - * A porta abriu por gosto
c - * O fogo apagou para a cozinheira
d - * A cadeira quebrou para o uso das peças em uma fogueira

* De passagem observe-se que este primeiro fato não constitui um argumento forte pois a mesma agramaticalidade resulta nas construções com "se" apassivador, em que, entretanto, não se pode falar de uma completa detematização, como se observa em (39-c). De fato, embora (i) seja agramatical (no português atual), todas as demais são gramaticais, mostrando um agentevo implícito:

- i - * Virou-se o barco pelo pescador
ii - Virou-se o barco intencionalmente
iii - Apagou-se o fogo para a cozinheira
iv - Quebrou-se a cadeira para o uso das peças em uma fogueira
v - Abriu-se a porta para fazer passar o piano

Em um segundo passo, ainda no léxico, se dá uma transformação da entrada lexical, alterando a subcategorização dos verbos ergativos para fazer corresponder, à posição de sujeito, o sintagma nominal objeto direto na entrada transitiva. Assim, dá-se o movimento já na estrutura descritiva do item lexical. Em princí-

pio, não há o que objetar-se a essa manobra, dado que atualmente se estende "move-x" a outros componentes da gramática, como o movimento dos quantificadores na forma lógica. A descrição lexical dessa transformação seria:

```
(77)      X :      [-N, +V]
                [[+ transitivo [+Y]]]
                [  N'  _____ N' ]
                agente_____ tema
                .....
                Regra: agente --> O
                [N' [____ [N' ]]] ==> [N' [____ [ t ]]]
```

em que se diz que um verbo "X", de uma subclasse "Y" dos verbos transitivos, pode sofrer, ainda no léxico, um processo que detemiza a função agentiva e o transforma em intransitivo, movendo-se o N' - objeto para a posição de sujeito e deixando um vestígio que assegura a interpretação temática correta.

Para justificar a transformação no léxico, Keyser e Roeper lembram o princípio da projeção da representação lexical sobre a representação sintática. Esse princípio, mostram os autores, também funciona entre diferentes níveis de derivação do léxico; eles, porém, limitam essa exigência aos casos de composição e derivação por afixos, excluindo os ergativos do princípio de projeção no léxico. Preocupam-se, também, em justificar empiricamente sua proposta. A presença do vestígio na posição de objeto, por exemplo, é o que impede a construção desses verbos com um "objeto direto cognato", ao contrário dos verdadeiros intransitivos, que o admitem:

- (78) a - A cozinheira cantava uma canção tristonha
 b - * O barco afundou um afundamento surpreendente
 c - ? O barco afundou em um afundamento surpreendente

Além disso, procuram mostrar que a regra é produtiva (embora

tivessem que explicar algumas idiossincrasias que aponta Napoli (1988) e que apontarei para o português no próximo parágrafo). Mostram como esses verbos não suportam derivações com sufixos "er" em inglês, "ador" em português, para produzir o sentido de um argumento tema. Com razão, "abridor", "assustador", "quebrador", "apagador", etc. correspondem sempre a aquele ou aquilo que abre, assusta, quebra, apaga, etc. no papel de agente ou instrumental e nunca no papel de tema ou paciente. Os processos de derivação incidiriam, pois, sobre a forma transitiva de base. Ainda dentro dos processos de formação de palavras, os verbos ergativos admitem derivações com o prefixo "re", ao contrário de outros transitivos, porque se requer, nesse caso, um vínculo com o sintagma nominal objeto (requisito satisfeito pelos verbos ergativos em virtude do vestígio deixado pelo movimento lexical):

- (79) a - *rechorar, *resorrir, *reandar, ...
 b - reabrir, revirar, requebrar, reassentar, ... [*]

‡ O fato de que esses processos lexicais tomam como base formas ergativas constitui um forte argumento para manter a nível do léxico a transformação que as caracteriza. De fato, dentre os critérios de Wasow (que retomarei à página 52), uma transformação lexical não pode nunca tomar como base o resultado de uma transformação sintática, ao contrário das transformações sintáticas que podem tomar como base o resultado de processos tanto lexicais como sintáticos prévios.

Uma outra observação: Napoli (1988) apresenta a cada um desses argumentos alguns contra-exemplos, reconhecendo embora que as constatações de Keyser e Roeper vão no sentido de tendências bastante gerais. Em virtude desses contra-exemplos rejeita as propostas transformacionais tanto de Burzio quanto de Keyser e Roeper. Sua exigência é mais forte do que a de Wasow, que admite regras transformacionais (mesmo sintáticas) independentemente da ocorrência de alguns casos que lhes façam exceção. Não me parece, pois, que Napoli tem razão: esses contra-exemplos é que devem ser anotados no léxico como idiossincráticos, justamente em relação a uma regra que expresse a tendência geral como a transformação ergativa.

De um certo modo, a proposta de Keyser e Roeper refina e justifica melhor a proposta transformacional de Burzio; entretanto, por ter descrito somente fatos do inglês, não leva em conta as questões relativas à presença possível, nas ergativas, de um

clítico "se". Ao contrário, Everett (1986-a, 1986-b), descrevendo os fatos do português, insere sua discussão sobre os ergativos no quadro de uma teoria dos clíticos, com a qual deverei começar, para melhor compreender suas propostas. Limito-me a ilustrá-la aqui com o estudo do "se" apassivador (ou impessoal na distinção de Burzio) e o "se" ergativo.

Para Everett, a descrição lexical dos clíticos exige a utilização de um conjunto de traços, além dos categoriais, para indicar se: (a) se projetam ou não em posições argumentais, (b) se recebem ou não caso, (c) se estabelecem ou não uma relação anafórica com outro argumento, enfim (d), se comportam como termos dependentes ou independentes. As múltiplas ocorrências do clítico "se" nas línguas românicas são decorrentes de variações estruturais e de processos aplicáveis na sintaxe e no léxico e não de diferenças na descrição lexical básica desse item:

- (80) SE : [+N, -V]
 [+ ARG(umento)]
 [+ C(aso)]
 [+ AN(anáfora)]
 [+ T(ermo) D(ependente)]

Os traços +ARG, +C, +AN referem-se claramente às noções funcionais/relacionais tal como se utilizam geralmente na teoria gerativa. O traço +TD se refere à dependência do item em relação ao núcleo de outra categoria (verbal, no caso do português) que torne necessária sua cliticização.

O "se" apassivador, que aparece em exemplos como

- (81) a - Abriu-se a porta (para fazer passar o piano)
 b - Vende(m)-se sapatos

satisfaz o traço +ARG absorvendo a função temática externa, agentiva. Por outro lado, o traço +C é satisfeito pela atribuição

do caso acusativo pelo verbo, de que o clítico se torna dependente: nesse sentido, o "se" absorve esse caso, o que motiva o movimento do sintagma nominal objeto para a posição do sujeito, que, embora tenha perdido sua função temática, continua com o caso nominativo disponível para atribuição ao sujeito derivado. Pode-se, também, pensar que tal atribuição se faz sem movimento. Ficam, desse modo, satisfeitas as propriedades lexicais, bem como satisfeito o princípio da projeção que Everett adota de Rothstein (1983):

- (82) Todo caso e toda função temática (enquanto traços) do núcleo devem ser saturados na estrutura profunda e mantidos através das derivações subsequentes.

Na hipótese de Everett, o "se" apassivador é engendrado sob o nó-nominal de Flexão (F1): para poder receber caso, já que a posição de sujeito está vazia, deve ser cliticizado, isto é, adjunto ao núcleo verbal do qual se torna dependente, recebendo caso acusativo. Trata-se de um processo sintático, em consequência do qual o "se" apassivador deixa de comportar-se anaforicamente. Resumo somente a argumentação do autor dizendo que a estrutura de adjunção a V (-zero), núcleo do sintagma verbal, em que o "se" apassivador se cliticiza, constitui uma "barreira" ("anaphoric island") que impede a relação anafórica.

O "se" ergativo não se distingue do "se" apassivador em sua descrição lexical (80). Mas os processos envolvidos na construção ergativa são diferentes: em vez de saturar a função temática agentiva do verbo na sintaxe, esse processo se dá no léxico. Já nesse componente, satisfaz-se a propriedade lexical +ARG que, conseqüentemente, se torna indisponível na sintaxe, tornando ainda invisível essa função temática para a interpretação poste-

rior na forma lógica. Por isso, a função temática agentiva das formas causativas se torna, nas construções ergativas, totalmente inativa.

A regra de cliticização também opera no léxico, fazendo corresponder o "se" ergativo a um "se" inerente (de verbos como "arrepender-se", "compadecer-se", etc.). Como o caso nominativo não é disponível no léxico (não sendo atribuído pelo verbo, mas pelas relações estruturais do sujeito com F1), o "se" ergativo satisfaz também no léxico seu traço +C, absorvendo o caso acusativo [*], em virtude da dependência direta em relação ao verbo a que se cliticiza. Consequentemente, esse caso também se torna indisponível na sintaxe, motivando a transformação de movimento (esta na sintaxe) do sintagma nominal-tema para a posição de sujeito, em que pode receber o caso nominativo.

* Além das diferenças em relação ao estatuto lexical do clítico e aos processos lexicais envolvidos, também nisto a proposta de Everett se distingue da de Burzio. Para este autor o "se" ergativo seria totalmente inoperante, na sintaxe e no léxico, sem absorver a função temática (resultado de uma regra geral como (69)) e sem receber caso. A proposta de Everett vai mais no sentido do princípio chomskyano da interpretação plena, atribuindo um papel operativo a esse clítico.

O processo de saturação no léxico distingue-se, também da proposta de Keyser e Roeper: já não se trata de uma "detemáticação" (ou de uma "perda") da função temática mas de sua absorção no léxico pelo clítico "se" inerente. Também não se precisa postular uma regra de movimento no léxico porque a entrada lexical, embora seja a de um verbo transitivo, já não tem disponíveis nem a função temática agentiva nem o caso acusativo ao nível da representação sintática, com as consequências, que levam ao resultado desejado, determinadas por outros princípios gerais da gramática. É claro que o sucesso dessa hipótese depende da concepção de "argumento" e "caso" como traços classificatórios dos itens lexicais.

Esses processos lexicais acabam por confundir a entrada lexical de base, causativa, em uma entrada correspondente à de um verbo ergativo, no sentido de Burzio. O "se" não mantém disponíveis na sintaxe senão os traços categoriais e o traço +AN. Isto explica por que falantes do português entendem esse clítico como,

de certo modo, referido reflexivamente ao sujeito derivado em orações como:

- (83) a - A porta se abriu
 b - A criança assustou-se

Posso, agora, resumir o tratamento dado por Everett às construções ergativas. Reoloco alguns exemplos para facilitar a exposição. Considerem-se as orações:

- (84) a - O menino chegou tarde
 b - A porta se abriu
 c - A porta abriu

Em (84-a), tem-se o caso de uma construção ergativa simples, construída com verbos estritamente ergativos, que não atribuem qualquer função temática ao argumento externo. Seu tratamento decorre inteiramente dos princípios gerais da gramática: o argumento singular se engendra na posição de objeto onde recebe a função de tema; pelo princípio da projeção estendida (e não pela generalização de Burzio, que Everett rejeita com argumentos a que voltarei) o sintagma nominal-objeto direto se move para a posição de sujeito, onde recebe o caso nominativo.

Em (84-b), trata-se de uma construção ergativa complexa que se caracteriza por permitir a absorção da função temática pelo "se" ergativo com as consequências já estudadas. (84-c), entretanto, coloca um problema suplementar, ocasionado pela perspectiva de Everett centrada no estatuto dos clíticos. De fato, não se pode explicar pelos processos envolvidos nas construções ergativas complexas. Por isso, Everett simplesmente admite que a entrada lexical desses verbos (compare-se com (77)) inclui a função temática agentiva como facultativa:

(85) ABRIR [+N, +V]
 [+ transitivo [+Y]]
 [N' N']
 (agentivo) tema

Nesse caso, ou a função temática agentiva chega à sintaxe, nas construções causativas, ou é absorvida ainda no léxico por um "se" nas construções ergativas complexas, ou simplesmente não se realiza, comportando-se o verbo como no caso das ergativas simples.

2.4 - Revisão crítica das propostas resenhadas.

Encerro o capítulo com possíveis objeções aos trabalhos resenhados. De início, anotarei que, a solução transformacional sintática de Burzio parece esbarrar em alguns dos critérios propostos por Wasow (1977) [*], a que já fiz referências, para se decidir entre um tratamento puramente lexical e um tratamento sintático. Esse mesmo autor aplicou-os à proposta de Fiengo relativa aos ergativos e médios, mostrando que, por pelo menos três deles, o estudo de algumas construções do inglês favorece uma análise lexical. Nem sempre posso estabelecer uma correspondência entre os fatos do inglês, utilizados por Wasow, e os fatos do português. Observo, porém, que nesta língua ocorrem inúmeras idiossincrasias, um dos critérios para excluir um tratamento transformacional.

* Wasow, embora em termos de uma gramática de regras, estabeleceu esses critérios de modo preciso:
 - As regras lexicais sempre preservam a estrutura. Isto é, nos casos em que as duas estruturas relacionadas pela regra possam ser engendradas pelas regras de base; em que as formas morfológicas que aparecem em uma construção sejam previsíveis a partir da outra; em que, finalmente, a ocorrência de restrições seletivas em uma construção sejam previsíveis a partir da outra. As regras transformacionais podem, eventualmente, não preservar a estrutura.
 - As regras lexicais podem relacionar itens de diferentes categorias gramaticais (por exemplo, derivar um verbo de um nome ou de um adjetivo, ou vice-versa), enquanto as regras transformacionais

não podem alterar as etiquetas categoriais dos nós na estrutura sintagmática de base (o que exclui, por exemplo, o antigo processo transformacional da "nominalização").

- As regras lexicais são, em um certo sentido, estritamente locais, envolvendo apenas sintagmas nominais que mantêm relações gramaticais (inerentes ou específicas) com itens relacionados (por exemplo, sujeito, objeto direto, objeto indireto, etc. em relação ao verbo). As regras transformacionais podem operar sobre sequências representadas em termos exclusivos de categorias e podem envolver processos não locais no sentido acima (sujeitas embora a outros princípios de localidade, como o da subjacência).

- Uma regra lexical é aplicada antes de qualquer transformação sintática e, conseqüentemente, o resultado da aplicação de uma transformação não pode servir de base a sua formulação. Uma transformação, ao contrário, pode ser formulada sobre o resultado da aplicação de uma regra lexical ou de uma outra transformação.

- O léxico sempre foi considerado o componente adequado para o tratamento de idiossincrasias. Assim, uma regra lexical pode ter inúmeras exceções, ao contrário das transformações que devem ter poucas exceções ou nenhuma: são produtivas.

Há verbos relacionados semanticamente de modo muito próximo em que a pretendida transformação produz resultados contraditórios nos juízos de gramaticalidade:

- (86) a - A costureira rasgou/cortou ontem o molde para meu vestido de noiva
 b - * O molde para meu vestido de noiva cortou ontem
 c - O molde para meu vestido de noiva rasgou ontem

Além disso, a correspondência entre as construções transitivas e intransitivas depende às vezes de condições contextuais não muito claras:

- (87) a - * O molde para meu vestido de noiva cortou ontem
 b - O molde corta mais fácil, se usar uma tesoura maior
- (88) a - O advogado concluiu o trabalho com uma questão perturbadora
 b - ?? O trabalho concluiu
 c - O trabalho concluiu com uma questão perturbadora

Estes fatos exigem, ou que se abandone a solução transformacional como propôs Napoli (cf. nota da p. 47), ou que se defina com maior precisão de critérios a classe de verbos que constitua o domínio de sua aplicação. Não basta somente supor tal classe ou defini-la (como por exemplo em Fabb, 1984) como formada por verbos de mudança ou estado/locação que atribuem uma função de

tema a seu argumento.

Observe-se que problemas desta natureza não se resolvem também por um mero deslocamento da transformação, da sintaxe para o léxico. Como adverte Napoli (1988), a conclusão de Keyser e Roeper de que a transformação no léxico se aplica a cada nova entrada (em alguns casos sim, em outros não, em outros ainda na dependência de certas condições contextuais), deve ser criticada: por que deveriam os critérios de produtividade lexical ser mais frouxos do que os critérios da produtividade sintática, se existe mesmo uma regra envolvida?

Uma objeção, porém, mais direta e radical diz respeito à própria generalização de Burzio em (70). Rothstein (1983) mostra que existem instâncias de verbos, em Russo e em Islandês, que contrariam essa generalização e mesmo a hipótese transformacional. Por exemplo, verbos que descrevem "estados psicológicos" que se constroem como impessoais (não atribuindo função temática ao sujeito) mas mantêm a atribuição de caso ao objeto estrutural profundo (acusativo ou genitivo de negação) [*] :

- (89) a - Menja mutilo
Eu (acusat.) me-sinto-doente
b - Ni odnoj debushki ne mutilo
Não alguma garota (genit.) neg. se-sente-doente
"Nenhuma garota se sente doente"

* C. Franchi se lembra que também no latim os verbos de estado psicológico fazem exceção à generalização de Burzio. O verbo pode ser impessoal (não atribuindo função temática à posição de sujeito) mas construir-se com um objeto direto acusativo (o experienciador) e com um complemento de causa em genitivo:

- i - Paenitet me criminis
Arrepende (3a. imp.) eu (acusat.) crime (genit.)
"Eu me arrependo do crime"
ii- Pudet me tui
Envergonhar (3a. imp.) eu (acusat.) tu (genitivo)
Eu me envergonho de ti

Outros verbos, expressando desastres naturais, têm uma forma transitiva com agente e uma forma intransitiva correspondente, instrumental, sem que entretanto se altere a atribuição dos casos estruturais aos elementos eventualmente movidos:

- (90) a - Voda zalila ulitsu
 água (nomin.) inundar rua (acus.)
 "A água inundou a rua
 b - Ulitsu zalilo vodoj
 rua (acus.) inundar água (instr.)
 "A rua inundou de água

No português coloquial do Brasil, também ocorrem construções em que não parece ter havido o movimento do objeto para a posição de sujeito, mantendo-se a atribuição do caso acusativo. Arrolamos alguns exemplos:

- (91) a - [As crianças brincam com balões de ar coloridos em
 festinha de aniversário:]
 Ahhh! que pena! estourou a bexiga (#)
 b - Que droga! Cortou a luz outra vez (#)
 c - [Observando o gravador em uma entrevista:]
 (Você viu se) está gravando direito aí (Projeto
 Nurc. SP. Inq. 343)
 d - Dá uma uva incrível no nordeste. Com irrigação.

Esses e outros muitos exemplos (como o caso dos chamados impessoais - "faz tempo", "há qualquer coisa", "tem aula") pressupõe também uma detematização da posição de sujeito, sem que ela se faça seguir por uma transformação baseada no princípio da projeção estendida.

Everett (1986-b) levanta, também, fatos do português que contradizem frontalmente a generalização de Burzio. Orações como

- (92) a - Pedro furou o pneu do carro
 b - Pedro operou o pé

podem ser interpretadas em dois diferentes sentidos: em uma delas "Pedro" é o agente e, nessa interpretação, não interessa à minha questão. Mas, também, podem ser interpretadas no sentido de

- (93) a - O peneu do carro de Pedro furou, quando vinha de Santos
 b - O pé de Pedro foi operado
 c - Lhe furou o peneu quando vinha de Santos
 d - O pé lhe foi operado

em que "Pedro" é um possessivo ou um experienciador. As orações causativas correspondentes poderiam ser, por exemplo,

- (94) a - O moleque furou o peneu do carro de Pedro
 b - Dr. Joaquim operou o pé de Pedro

Everett propõe que as orações em (92), na interpretação (93), resultam de uma perda da função temática agentiva (provavelmente no léxico); na estrutura profunda, a posição de sujeito estaria, pois, vazia e não tematizada. O alçamento do complemento nominal (ou mesmo do experienciador como complemento do verbo) para a posição de sujeito é suficientemente motivada, sem alusão ao filtro de casos, pelo princípio da projeção estendida. Entretanto, o objeto direto continua recebendo caso acusativo.

Dados esses contra-exemplos, ou se modifica a versão da generalização de Burzio, ou se motiva o movimento por outro princípio que não envolva a necessidade de despojar de seu caso a posição de objeto direto como, na sugestão de Everett, o princípio da projeção estendida. Mas preciso destacar que os fatos de "impessoalização" descritos em relação aos exemplos em 91) levam mais longe do que isso: exigem que se reveja a própria motivação das transformações com base na teoria dos casos sintáticos e que se reestude o estatuto do princípio da projeção estendida. De fato, por que nesses casos não se dá o movimento do sintagma objeto? E este problema envolve não somente a proposta de Burzio, mas também as de Keyser e Roeper e de Everett.

Há, ainda, outras dificuldades conceituais e teóricas rela-

tivas à análise das construções com "se". A uma delas já aludi na nota da página 40, que diz respeito à vinculação da categoria varia pelo clítico. Convém, ainda, lembrar que, morfologicamente, se esse clítico deve receber (ou absorver) caso como leva a crer a argumentação de Burzio, o reflexivo (mesmo em seus empregos como pseudo-reflexivo) corresponde à forma do acusativo, o que recomendaria um tratamento sintático similar de diferentes empregos do "se" que explicasse esse fato. A solução de Burzio o leva, entretanto, a distinguir drasticamente um "se" impessoal de um "se" ergativo (além de distinguir destes, em outro lugar, um "se" reflexivo e um "se" inerentemente reflexivo).

Acrescente-se outra fraqueza: a descrição do "se" impessoal supõe a cliticização a partir da posição do sujeito (com caso nominativo) e, diante dos problemas das construções "passivas pessoais", com objeto direto na estrutura profunda, Burzio deve admitir uma solução alternativa - o "se" ou recebe o caso nominativo na posição do sujeito ou o caso acusativo da posição de objeto - extremamente excepcional e claramente "ad hoc", além das inconveniências teóricas de uma descrição com disjuntivas.

Para rever o tratamento do "se", de nada nos servem Keyser e Roeper, que praticamente não se referem a isso. Neste particular aparece bem mais adequada, empiricamente, a solução proposta por Everett: a identidade dos diferentes "se"'s está assegurada por uma única descrição lexical desse clítico; em todos os casos, independentemente do papel de absorver a função temática agentiva (no léxico ou na sintaxe), o "se" recebe ou absorve o caso acusativo. Entretanto, essa proposta apresenta sérios problemas conceituais, na medida em que atribui estatuto de tipos categoriais

classificatórios a noções evidentemente relacionais como as de "argumento", "caso", "anáfora", pecado de que não está livre nem o próprio Chomsky (que usa o traço +AN em sua tipologia dos nomes e fala de diferentes categorias vazias), apesar de ser ele mesmo quem nos adverte contra o procedimento (Chomsky, 1966).

Ficam, desse modo, mais ou menos claras quais são as minhas tarefas. Em primeiro lugar, é preciso investigar com maior cuidado os critérios de classificação dos verbos que me permitam delimitar com maior precisão a subclasse dos ergativos, como domínio de aplicação de certas regras sintáticas ou lexicais. Observo, logo, que em todas as propostas estudadas se torna extremamente relevante o papel da rede temática associada aos verbos. Isso me obriga a proceder em dois passos: rever a teoria das funções temáticas de modo a torná-la útil a meus propósitos; examinar os verbos do português sob a perspectiva resultante desse primeiro estudo.

Em seguida, devo verificar se análises e hipóteses teóricas mais recentes sobre a estrutura da oração me permitem encontrar explicações mais convincentes das construções ergativas que:

- permita a representação das relações que essas estruturas mantêm com outras construções, particularmente as transitivo-causativas;

- justifique melhor as transformações, processos e operações envolvidos, levando em conta os problemas levantados para a utilização, seja do princípio da visibilidade (em que se funda a generalização de Burzio que deverei rejeitar), seja do princípio da projeção estendida, cujo estatuto deverei reinvestigar;

- de conta da aparente identidade do clítico "se" em seus diferentes empregos, justificando estruturalmente os diversos efeitos de sentido que com esses empregos se produzem;

- reduza ao mínimo as estipulações específicas sobre itens e processos, servindo-me quanto possível de operações conseqüentes derivadas dos princípios gerais da gramática.

Capítulo 3

A TEORIA DAS FUNÇÕES TEMÁTICAS

Representação autônoma do componente
semântico-nocional da Linguagem

Como no capítulo anterior, farei o estudo da teoria das funções temáticas [*] seguindo a linha dos textos de alguns poucos autores fundamentais, como Jackendoff (1972, 1976, 1983, 1986), incorporando-lhes, dentre os nossos, as idéias de Franchi (1975, 1987). Trarei outros autores à discussão sobre pontos específicos, seja para ilustrar outras tendências, seja para incorporar intuições de outras fontes.

* Continuarei usando o termo "funções temáticas" seguindo a tradição de Gruber e Jackendoff, pioneiros nesse estudo dentro da Gramática Gerativa, por ter sido esse termo incorporado a toda uma bibliografia na área. Reconheço sua impropriedade, e por duas razões: facilmente se confunde com a noção discursiva e informativa de "tema", na tradição da escola funcionalista de Praga e de Halliday; além disso, deriva da função "tema", no sentido de Gruber, tomada como uma função abrangente e fundamental que tratarei de modo diverso e com outros nomes.

O sistema de relações temáticas vem merecendo estudos mais detalhados entre os gerativistas somente nos últimos anos, em quase todos os textos e teses. Além de Jackendoff, vejam-se Marantz (1984), Higginbotham (1985). Essas relações, antes consideradas irrelevantes para a teoria gramatical (por exemplo, em Chomsky, 1972), pouco pouco invadiram todos os módulos da gramática: a caracterização de propriedades no léxico, a base para a projeção das representações categoriais, a teoria dos casos via princípio da visibilidade, e recentemente a teoria da regência e da subjacência pela noção de "barreiras".

Entretanto, apesar disso, poucos autores cuidam de estabelecer uma teoria completa das relações temáticas, tratando-as nos aspectos mais diretamente relacionados a outros módulos da teoria

e de modo dependente da sintaxe ou de propósitos de descrição sintática. Por isso, Jackendoff tem insistido em que antes de perguntar-se sobre a forma de uma teoria sintática, deve-se perguntar sobre a forma de uma teoria linguística e, em particular, a respeito da interação entre a estrutura semântica (especificamente da teoria das funções temáticas) e a estrutura sintática. Nessa linha, adotei como hipótese de trabalho a necessidade de uma descrição autônoma dessas funções e de suas interrelações com a sintaxe, como o recomendam Jackendoff, Marantz e Franchi.

Minha questão é a de verificar como as construções ergativas e sua correlação com as causativas tem a ver com a rede temática dos verbos envolvidos. Uma classificação desses verbos para melhor caracterizar essas condições ou, em outros termos, as razões pelas quais certos verbos transitivos se comportam ou não como intransitivos, exige uma resposta prévia às perguntas:

- quais são as relações temáticas primitivas?
- em que interrelações entram?
- como classificar os verbos em função delas?

Para responder a essas questões, voltar-me-ei inicialmente para a Gramática de Casos (Fillmore, Anderson, Cook, Chafe sobretudo): nela buscarei um conjunto de noções intuitivas prévias que me auxiliem na análise e representação das diferentes estruturas semânticas das orações.

3.1 - Os "casos semânticos" da Gramática de Casos.

Neste inventário das funções semânticas relevantes para meu trabalho, adotarei seguinte posição:

- Embora se deva preferir, em uma teoria gramatical, um número finito e restrito de funções temáticas, estas devem ser as necessárias para uma classificação dos verbos que sirva à explicação das propriedades sintáticas e transformacionais das construções; não tentarei, por isso, fechar em princípio a lista dessas funções.

- Trata-se de uma questão empírica a ser resolvida à medida em que a análise progride e o papel desempenhado pela natureza das funções temáticas envolvidas se torne explícito.

Por isso, aqui, simplesmente arrolarei as funções temáticas que têm sido consideradas em uma bibliografia limitada, para uma posterior definição das relevantes a meus propósitos.

O **agentivo**, entendido como em Fillmore, é a função desempenhada por um ente animado que é responsável, voluntária ou involuntariamente, pela ação ou pelo desencadeamento dos processos. Fala-se, também, do agentivo como o elemento "controlador" da ação. Halliday (1967) distingue do agentivo o **causador** ou **iniciador** (que, embora responsável pela ação ou processo, o faz de maneira indireta, não manipulativa e mediata (Shibatani, 1975)). Chafe (1970) não assume a propriedade "animado" como intrínseca do agentivo, incluindo nessa função "causas" e "forças naturais" que dão início a um processo.

Distinguirei claramente, como Franchi e Jackendoff, **agentivo** de **causa**. Em primeiro lugar, porque a relação de causa se estende não somente a processos ativos, mas a estados e descrições:

- (95)
- a - O assaltante matou o motorista por uns miseros cruzados
 - b - Uns miseros cruzados fizeram o assaltante matar o motorista

- (96) a - A receita está ilegível por causa da letra do médico
b - A letra do médico torna a receita ilegível
- (97) a - A casa é linda mais pela paisagem do que pelo estilo
b - A paisagem, mais que o estilo, fazem linda a casa

Além disso, a presença do agentivo impede a construção da oração em uma perspectiva puramente causativa (causa na posição de sujeito e nas construções ergativas o agentivo é excluído mas não a causa:

- (98) a - * Uns miseros cruzados mataram o motorista pelo assaltante
b - O motorista morreu por uns miseros cruzados
c - * O motorista morreu pelo assaltante

Como observa Jackendoff, absorver o agentivo em uma função mais abrangente de causa é uma falsa generalização. De acordo com a "grammatical constraint" (como verei no parágrafo seguinte) a descrição semântica tem que levar em conta as propriedades gramaticais das orações descritas e estas distinguem claramente as duas funções.

Vários autores, aliás, como Franchi (1975), Dowty (1979), Jackendoff (1983), tratam a relação de causa como uma relação entre eventos ou processos e não como uma relação entre um verbo e um se argumento. Fica óbvio, nesse caso, que se trata de uma causação mediata, não manipulativa, que seleciona elementos não animados, ao contrário do agentivo.

O experienciador (Fillmore, 1971; Cook, 1972) é o papel desempenhado pelo ente animado como sujeito de experiência em um processo psicológico ou estado mental. Em Chafe (1970), esse papel incorpora relações semânticas de sensação, emoção, cognição e em Ogacki (1988), além dessas, as de vontade e percepção,

excluindo ambos as relações de posse e transferência de propriedade. Uma forte justificativa para a consideração autônoma dessa função (em Fillmore, 1968, absorvida pelo **dativo**) é o fato de que as orações em que entram essas relações são contruídas de modo muito diverso nas línguas naturais, ora interpretando o experienciador como um verdadeiro agentivo, ora como um objeto afetado pelo processo, ora construído como um elemento interessado no processo (Franchi, 1987). Além dos exemplos (89) e sua nota, observe-se que, em português, os verbos típicos de ação contrastam com os verbos de estado psicológico que engendram o experienciador na posição de objeto direto:

- (99) a - A costureira ontem cortou o molde do vestido
 b - Cortou-se, ontem, o molde do vestido
 c - * O molde do vestido, ontem, se cortou (pela costureira)
 d - ?? O molde do vestido, ontem, cortou (* pela costureira)
- (100) a - A velha e enrugada senhora assustou as crianças
 b - Assustou-se (assustaram-se) as crianças
 c - As crianças se assustaram (com a velha senhora)
 d - As crianças assustaram (com a velha senhora)

Por outro lado, o experienciador se distingue claramente do beneficiário. O **beneficiário**, como o definem Cook e Chafe, é o elemento interessado no resultado de uma ação verbal, que altera relações de posse, obtenção, perda e transferência de objetos. De um modo geral, o beneficiário se distingue na estrutura superficial pela presença de uma preposição "dativa" e pela posição sintática de objeto indireto em português. Há, entretanto, sintagmas nominais-beneficiário que aparecem na posição de objeto direto e de sujeito (101), como no caso do experienciador (102):

- (101) a - Maria ajuda seus irmãos
 b - Maria recebe gorjetas

- (102) a - Maria ama seus irmãos
b - Maria odeia gorgetas

Entretanto, há elementos sintáticos que distinguem essas duas funções. Considerem-se os sintagmas nominais correspondentes a essas orações. A escolha das preposições que tornam visíveis essas funções temáticas, exigem que elas sejam claramente distinguidas [*] :

- (103) a - A ajuda de Maria a seus irmãos ...
b - * A ajuda de Maria por seus irmãos ...
- (104) a - O amor de Maria a seus irmãos ...
b - O amor de Maria por seus irmãos ...
- (105) a - O recebimento das gorgetas por Maria ...
b - * O recebimento de Maria pelas gorgetas ...
- (106) a - * O ódio das gorgetas por Maria ...
b - O ódio de Maria pelas gorgetas ...

* Franchi credits este argumento a um trabalho de classe de Vera L. Medeiros Maia, no IEL-Unicamp.

Não adoto a generalização que se poderia obter com a hipótese localística dos "casos semânticos" ou funções temáticas. Vários autores (como Anderson, 1971; Fillmore, 1971; Gruber, 1966; Jackendoff, 1983), baseando-se na observação de que muitas línguas naturais tratam sintaticamente o beneficiário com os mesmos recursos expressivos utilizados para o adlativo, preferem tratar essa função como uma extensão da função locativa, como termo de um movimento ou processo, com o nome *meta* ou "goal" .

Não se confunda o beneficiário com o caso aparentado do *benefactivo* (Fillmore, 1971) que corresponde a um elemento interessado no acontecimento ou processo, sem envolver, entretanto, uma ação de troca, doação ou transferência de propriedade. Franchi considera-os resultantes de uma única relação semântica, o

primeiro condicionado a um contexto ativo (como função "inerente" ou, em seus termos, "especifica", fazendo parte integrante do sentido do verbo) e o segundo, como uma função "acessória" ou não específica.

As funções temáticas acima - agentivo, experienciador, beneficiário - são as que selecionam, nas definições, um elemento animado, quando não humano.

O **paciente** ou **objeto afetado** expressa a função do elemento que é modificado no processo ou na ação: mudanças de estado, condição, lugar, descrição, etc. Chafe incorpora sob esta função aquilo que Cook distingue como **objeto estativo**, ou mais simplesmente **estativo**, que corresponde ao elemento que especifica aquilo que está em determinado estado ou recebe uma determinada descrição. Por sua vez, Fillmore (1968) alude a uma distinção entre o paciente e o **resultativo** (ou factitivo), este definido como o objeto resultante de uma ação ou processo construtivos. Enfim, Franchi (1987) sugere que se distinga ainda o objeto de verbos de "dizer" sob o nome de **tema**.

Este último termo é, porém, muitas vezes ambíguo. Lembre-se que ele se usa para designar uma função informativo-discursiva aparentada com a noção de tópico, como em Halliday (1967). E, ainda, o nome da função temática fundamental de Gruber (1966), em sua hipótese localística. As entidades que aparecem, nessa hipótese, como **tema** são os objetos em movimento ou sendo locados, estendendo-se essa noção de movimento ou locação a inúmeros outros processos, ações, estados de modo que o tema acaba por recobrir, por exemplo, os objetos modificados (que "passam", "vão" de um estado a outro), o experienciador ("onde" se dá um

processo psicológico), etc.

Uma última nota sobre estas funções aparentadas: como Jackendoff (1986), devo rejeitar um certo tipo de função temática "neutra", como o objetivo de Fillmore (1968) ou o absolutivo de Anderson (1971, 1977). "Não pode haver uma relação temática "default" no sentido de um caso (semântico) neutro"... pois a "um sintagma nominal deve corresponder uma posição argumental específica na estrutura conceitual e, portanto, deve ter uma função temática específica".

Adotarei uma distinção clara entre o **paciente** (como o objeto afetado ou modificado no processo e nas ações), o **resultativo** (como o objeto resultante do processo ou ação construtivos) e o **objetivo** (em um sentido específico, como o objeto em relação ao qual se dá uma atividade ou processo que não o modifica e de que não resulta). Exemplifico, nessa ordem, em cada um dos pares abaixo, o paciente, o resultativo e o objetivo, na posição de sujeito e na posição de complemento:

- (107) a - O lápis caiu
 b - Eu quebrei o lápis
- (108) a - Um broto nasceu
 b - Eu podei o broto
- (109) a - Uma nuvem surgiu no horizonte
 b - Eu observava a nuvem

Um refinamento destas distinções parece necessário, mas farei isso quando as questões de classificação dos verbos e estudo das estruturas ergativas me obrigue. Desde já posso adiantar que estas construções parecem estar correlacionadas a causativas em que o objeto direto se associa à função paciente ou objeto afetado. Comparem-se:

- Mas, embora condição necessária, não parece suficiente:

- O instrumento foi definido por Fillmore (1968) como a causa imediata de um evento (podendo corresponder também ao estímulo de processos ou estados psicológicos que afetam o experienciador). É nessa função que Fillmore incluiria os elementos animados que, involuntariamente, dão início a uma ação ou processo (que Halliday distingue no par agentivo/iniciador), além de forças naturais (que Chafe incorpora ao agentivo) e o próprio instrumento manipulado como mediador das ações. Vou restringir a função de instrumento aos objetos utilizados como mediador das ações (de um agentivo) como preferem Chafe e Franchi (1987).

65

causa, como se poderá ver relendo as observações que fiz no início deste parágrafo a respeito da distinção entre causa e agentivo.

Como tratarei extensamente as funções locativas no parágrafo 3.3, resta-me observar que as funções acima não esgotam certamente o rol das que se encontram na bibliografia, nem as que são necessárias para a descrição de algumas construções específicas. Halliday (1967), por exemplo, destaca uma função temática - *range* - a que Franchi (1987) chama *valor*. Halliday a caracteriza como uma função secundária que especifica a extensão do escopo do processo ou sua relevância. Tal caracterização parece pouco clara, pelo que valem os exemplos:

- (114) a - Comprei o livro por Cz\$ 7.200,00
 b - O livro me custou Cz\$ 7.200,00
 c - A casa durou a vida inteira

Uma outra função merece uma referência: é a de propósito ou finalidade que teria, como o instrumento, no sentido que adotei, uma vinculação direta com processos ativos e com a função temática agentiva. Como no caso do beneficiário, ela vem sendo tratada localisticamente como meta ou "goal", mas parece marcar as construções em que entra com propriedades específicas. Considerem-se os exemplos, em que (a) possui um beneficiário, (b) um lugar "para onde" e (c) uma finalidade:

- (115) a - Construí o galpão para as crianças
 b - Mudei o galpão para o terreno vizinho
 c - Mudei/construí o galpão para maior conforto dos amigos

Uma primeira observação (Franchi, 1987) é a de que a substituição dos sintagmas em questão por elementos dêitico-pronominais (os que morfologicamente mais apontam para distinções de caso)

produzem resultados diferentes e incompatíveis, como se nota se interpretamos (a), (b) e (c) abaixo como correspondendo respectivamente a (115) a, b e c:

- (116) a - Eu lhes construí o galpão
b - * Eu lhe mudei o galpão
c - * Eu lhe mudei/construí o galpão
- (117) a - Eu construí o galpão para elas
b - ? Eu mudei o galpão para ele
c - * Eu mudei/construí o galpão para ele
- (118) a - * Eu construí o galpão para isso
b - * Eu mudei o galpão para isso
c - Eu mudei/construí o galpão para isso

Outra observação é a de que, em uma construção ergativa, a presença de um adjunto de finalidade, permite inferir uma certa intencionalidade, própria de um agenteivo "implícito":

- (119) a - ?? O galpão mudou para o maior conforto das pessoas
b - Cristo morreu para nos salvar (Cook)
c - A criança caiu para chamar a atenção dos pais

3.2 - O estatuto das funções temáticas.

Jackendoff, em seus últimos trabalhos, julga crucial tomar as funções temáticas como dotadas de "vida própria", ou seja, como independentes da sintaxe. Ele coloca seu estudo dentro de um quadro psicológico mais geral, sobre a estrutura dos conceitos e do pensamento. Argumenta que a estrutura conceitual é, em essência, a forma pela qual o pensamento é estruturado e se expressa (no sentido de Fodor, 1975). Regras de inferência e regras pragmáticas são afirmadas como princípios que associam estruturas conceituais a estruturas conceituais; além disso, é pela conexão entre a estrutura conceitual e os níveis de representação apropriados a modalidades não linguísticas que o significado lin-

guístico pode ser coordenado ao entendimento do mundo percebido.

E', portanto, requisito fundamental na semântica conceitual que os significados sejam mentalmente representados ("cognitive constraint"). Essa representação conceitual é que torna a semântica conceitual de Jackendoff diferente de uma abordagem embasada na lógica. Aquela toma os princípios que motivam a sintaxe e a fonologia gerativas; por exemplo, a necessidade de uma representabilidade finita (já que se interessa por processos que ocorrem na mente do ser humano, desconsiderando a existência de mundos possíveis), a aplicação criativa dos conceitos em situações novas e, sobretudo, a necessidade de que a aquisição dos conceitos tenham sua origem em uma base inata suficientemente rica.

Jackendoff se afasta, ainda, dos sistemas lógicos na medida em que se impõe exigências como a da "cognitive constraint", referida acima, e a da "grammatical constraint". Esta restrição diz que se deve preferir uma teoria semântica que possibilite, ao mesmo tempo, explicar generalizações relativas à sintaxe e ao léxico das línguas naturais.

Do ponto de vista da aquisição, Jackendoff lembra a argumentação de Wexler e Culicover (1980) de que a sintaxe é formalmente insuscetível de aprendizado, se o aprendiz não faz uso da informação que vem da estrutura profunda da oração que, como na versão atual da gramática gerativa, corresponde a uma projeção da estrutura semântica e temática do léxico. Por outro lado, muitas das restrições aparentemente sintáticas são provenientes de restrições semânticas (Jackendoff, 1972). Claro que isso não quer dizer que todo aspecto da sintaxe deva ser explicado em termos semânticos: o ponto da "grammatical constraint" é somente atentar p

minimizar as diferenças entre as estruturas sintática e semântica [4] mesmo que não se possa eliminá-las totalmente.

† As descrições semânticas do tipo proposto pela semântica gerativa são um exemplo claro de violação dessa restrição, complicando excessivamente a correlação entre as estruturas sintáticas e semânticas. O esforço de Dowty (1979) vai na direção da "grammatical constraint": embora servindo-se das intuições da gramática gerativa, insiste em um dos postulados teóricos de Montague (a quem o autor se filia) - o de que não se deve utilizar a notação clássica da lógica na descrição semântica das orações das línguas naturais, mas alterá-la de modo a aproximá-las, o quanto possível das realizações sintáticas nestas línguas. Essa exigência já está explícita em Franchi (1975), embora servindo-se ele de outros instrumentos lógico-formais de representação; para este autor, o mesmo formalismo de base deve poder receber uma interpretação semântica e uma interpretação sintática, o que as aproxima em um mesmo quadro de relações, categorias e funções projetadas de um componente sobre o outro. Veja-se, também, Marantz (1984), particularmente o seu capítulo 8.

O sistema proposto por Jackendoff faz duas alterações fundamentais no que se refere à organização da gramática gerativa. Uma delas consiste em se tratar as relações temáticas como parte do nível da estrutura semântica conceitual e não como parte da sintaxe, como propriedade do componente sintático-lexical. A outra vai de encontro à idéia de que a capacidade criativa da gramática se situe exclusivamente na sintaxe e que a fonologia e a semântica sejam componentes meramente interpretativos (que derivam suas estruturas de um outro nível, a estrutura sintática). Para Jackendoff, a organização da linguagem inclui três níveis estruturais autônomos, descritos cada um por um conjunto de regras próprias de formação, com base em princípios gerais da gramática universal (e, pois, inatos), que geram as estruturas bem formadas do nível: têm seus próprios primitivos característicos, seus princípios de combinação, sua própria organização em subcomponentes ou módulos e são, igualmente, criativos.

Em relação a estas observações gerais, gostaria de colocar em paralelo a concepção de Franchi (1975). Em primeiro lugar, o

autor não considera necessário nem adequado postular estruturas conceituais inatas, especificadas, como Fodor e Jackendoff, filiando-se a uma linha piagetiana, constructivista. Não toma como objetivo da teoria (Chomsky, 1986) uma "linguagem" interna (cerebral e biológica) mas a linguagem "externa" em um sentido público e aberto: uma atividade ou trabalho construtivo, histórico e social, de caráter antropológico e cultural, que se pode estudar enquanto processo e não pelos resultados variáveis de seus produtos. Nessa atividade se constituem os sistemas de representação do "mundo" (aquilo a que Jackendoff chamaria de "mundo projetado" ou projeções representativas do real): é via linguagem (enquanto processo construtivo), a partir de processos cognitivos mais gerais, que o homem, na interação social com o outro e no curso do tempo, constrói representações de si mesmo e do mundo.

Pela mediação desse sistema, as expressões são interpretadas em objetos, propriedades, eventos e circunstâncias da realidade (meta-termos estes já de um outro sistema de referência descritivo construído "a posteriori"), correspondendo a determinados estados de fato (são verdadeiras ou falsas). É o que corresponde à "dimensão semântica" da linguagem, determinada por relações "predicativas", em um sentido próximo ao de Bierwisch [*].

1 A citação é de Franchi (1975). Bierwisch distingue dentre os traços dos itens lexicais, "traços predicativos" ou descritivos de "traços delimitativos". "Predicativo" se refere, intuitivamente, a relação entre expressões que possuem um conteúdo representacional específico próprio, como nomes, adjetivos qualificativos, verbos (não os chamados de ligação), advérbios de modo qualificativos (como "tristemente"). Os "delimitativos" de Bierwisch compreendem as relações dêiticas, espaciais e temporais, bem como operações de quantificação em geral. Em uma oração

1 - As pessoas mais pobres esperavam ansiosamente ali outras notícias
são predicativas as relações entre as expressões "pessoas"- "pobres", "pessoas"- "esperavam ansiosamente...", "esperavam"- "ansiosamente", "notícias"- "esperavam". Já as expressões "as", "mais", "ali", "outras" (inclusive os morfemas temporais e pessoais do verbo) entram em relações delimitativas, de quantificação ou dêiticas.

Franchi (1987) fala em diferentes dimensões da linguagem. Além da dimensão semântica, refere-se à dimensão dêitico-referencial: é na linguagem que se selecionam as coordenadas dêitico-discursivas mediante as quais as expressões das línguas naturais se "localizam" em relação a determinadas situações de fato, bem como em relação ao próprio discurso em que se inserem. Há uma certa heterogeneidade a levar em conta: nessa dimensão se contam os mecanismos linguísticos da dêixis e da anáfora demonstrativas, os mecanismos de explicitação das informações textual-informativas, os da modalização e os da quantificação, que deveriam considerar-se "dimensões relativamente autônomas".

Uma exigência interessante em Franchi é que tanto a dimensão semântico-predicativa quanto os aspectos dêitico-referenciais e discursivos devam ser levados em consideração na dimensão sintática. Em termos gerais, é na linguagem que se constituem os recursos expressivos mediante os quais essas diferentes classes de múltiplas relações se explicitam e se manifestam.

Nesse quadro, noções funcionais como "agente", "experenciador", "beneficiário", "tempo", etc. ou categorias como "evento", "ação", "coisa", "relação", "processo", "estado", etc. fazem parte do aparato descritivo com que nos referimos a aspectos do sistema nocional de referência com que se representa a realidade segundo parâmetros culturais e antropológicos.

Embora com distintos pressupostos sobre a natureza da linguagem e o objeto da teoria linguística, Franchi e Jackendoff coincidem quanto ao estatuto das funções temáticas (salientando-se, porém, a larga precedência do texto do primeiro), pelo menos no que diz respeito ao caráter relacional e dependente dessas noções. De fato, na gramática de casos, as funções temáticas são habitualmente definidas em termos de categorias semânticas intuitivas e correspondem a elementos primitivos na teoria [*].

* Por exemplo, o conjunto dos "casos semânticos" é primitivo para Fillmore, embora a definição intuitiva de cada um deles se formule em termos de uma relação entre categorias semânticas. Assim, a definição de "agentivo" se faz por uma relação entre as categorias semânticas "elemento animado" e "ação": agentivo é o elemento animado responsável pela ação.

Estou usando os termos meta-teóricos "categoria", "relação" e "função" pela caracterização de Franchi. Categorias são propriedades ou conjuntos estruturados de propriedades que servem a delimitação, em um dado sistema de representação e em um dado universo, das classes a que pertencem seus elementos (um princípio de classificação). Relações são ligações de dependência que se estabelecem entre dois ou mais objetos e que os caracteriza um por intermédio do outro. Funções se entendem como os papéis desempenhados na estrutura relacional pelos objetos que contratam uma relação.

Já nesses autores, os primitivos do sistema semântico conceitual (ou semântico-nocional como prefere Franchi), não são as funções temáticas. Em Jackendoff, os primitivos do sistema semântico conceitual são um vocabulário de categorias conceituais que incluem entidades como "thing", "event", "state", "action", "place", "path", "property", "amount". Esses elementos se expandem e se combinam em expressões relacionais complexas mediante regras de formação, como

- (120)
- a - PLACE $\rightarrow$ [PLACE-FUNCTION (THING)]
Place
 - b - PATH $\rightarrow$ $\left[\begin{array}{c} \text{TO} \\ \text{FROM} \\ \text{TOWARD} \\ \text{AWAY FROM} \\ \text{VIA} \end{array} \left(\begin{array}{c} \text{THING} \\ \text{PLACE} \end{array} \right) \right]$
Path
 - c - EVENT $\rightarrow$ $\left\{ \begin{array}{l} \text{GO (THING, PATH) } \\ \text{Event} \\ \text{STAY (THING, PLACE) } \\ \text{Event} \end{array} \right\}$

Essas regras analisam os constituintes conceituais pertencentes a uma dada categoria básica (presumivelmente universal e inata) em relações e argumentos, que representam a estrutura semântica de diferentes orações. Embora não tenhamos estabelecido, ainda, a correspondência entre essas estruturas e as estruturas sintáticas, tomemos alguns exemplos simples para somente ilustrar o entendimento dessas regras:

- (121)
- a - A empregada esperou em casa
 - b - A flecha indica o centro
 - c - O menino foi para a escola

A oração (a) expressa um evento (EVENT) que se analisa em uma relação de permanência (STAY) tomando como argumentos uma coisa

(THING = a pessoa que permanece) e um lugar (PLACE). PLACE, por sua vez, se analisa em uma relação de um só argumento - PLACE-FUNCTION - e uma coisa (THING). A representação de sua estrutura semântico-conceitual seria, pois, a de (122-a); e o roteiro acima permitirá compreender facilmente as representações de (121-b,c) em (122-b,c):

(122)

```

a - [ STAY ([ empregada], [ IN ([ casa])])]
      Event   Thing      Place  Thing

b - [ ORIENT ([ flexa], [ TOWARD ([ centro])])]
      State   Thing      Path   Place

c - [ GO ([ menino], [ TO ([ escola])])]
      Event   Thing      Path   Place

```

Nesse sistema, a atribuição de uma função temática, como a de tema a "menino" em (c) e a de locativo a "casa" em (a), decorre da função mais abstrata de argumento de determinadas relações, respectivamente de GO e PLACE-FUNCTION. Franchi deriva também as funções temáticas dos argumentos como consequência das relações em que entram. Formaliza, porém, esse processo de modo diferente. Em primeiro lugar, estabelece uma definição mais geral de função:

(123) Uma função é o papel de determinado (constituído) por uma relação linguística nos termos dessa relação.

Refere-se a uma relação que se dá não entre categorias de um sistema conceitual, mas aquela que se estabelece entre representações das expressões. O elemento determinante (um functor) toma o elemento determinado como seu argumento, para formar uma expressão complexa. Nessa forma mais geral, na medida em que não se assumem categorias como elementos primitivos, não se pode, nem

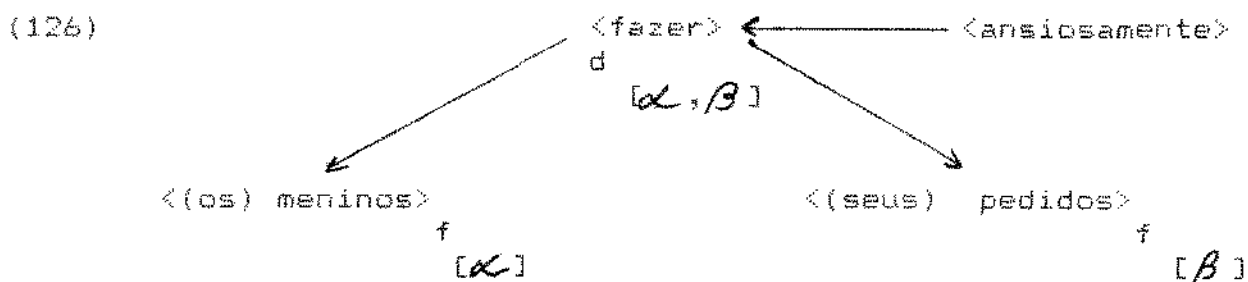
restringir a atribuição de funções temáticas ao verbo, nem restringir seus argumentos a nomes. Trata-se, pois, de uma primeira extensão da teoria das funções, dentro da qual se podem definir especificamente as funções temáticas:

- (124) Todo e qualquer elemento determinado em uma relação predicativa (no sentido já estabelecido) será caracterizado por uma função temática
 Todo e qualquer elemento determinante em uma relação predicativa será caracterizado por uma diátese

Consideremos um exemplo simples:

- (125) Os meninos faziam ansiosamente seus pedidos

As relações nele estabelecidas podem ser representadas, para melhor visualização, em um diagrama de dependências como



em que <x> representa a estrutura lexical, flechas representam as diferentes relações em compreensão que se estabelecem entre "fazer" e seus argumentos "meninos" e "pedidos" e entre "ansiosamente" e "fazer", a orientação das flechas representa a distinção entre determinantes e determinados. A "meninos" e "pedidos" se associam funções específicas deriváveis de sua relação com "fazer", respectivamente $f[\alpha]$, agentivo, e $f[\beta]$, resultativo. Por sua vez, "fazer", enquanto determinante nas relações com "meninos" e "pedidos", caracteriza-se por uma diátese complexa - $d[\alpha, \beta]$. Voltarei mais tarde às consequências da relação semântico-predicativa entre "ansiosamente" e "fazer".

Franchi representa essas relações em expressões construídas

na linguagem aplicacional da lógica combinatória. Substituindo as variáveis que designam meta-predicados por expressões à moda de Jackendoff, como ACT para a relação ativa e RES para a relação resultativa, o diagrama (126) corresponderia a

(127) (([ACT (RES <fazer>)] pedidos) meninos)

expressando (ACT (RES <fazer>)) a diátese complexa do verbo "fazer".

Dada a importância neste trabalho, esta última noção merece destaque: um functor pode tomar vários argumentos e caracterizá-los tematicamente de modo diverso. Pode-se, assim, distinguir a diátese de um functor:

a - pelo número de argumentos que toma,

b - pelo sentido da relação que estabelece com seus argumentos, ou, em outros termos, pela qualidade da função temática associada a seus argumentos,

c - pela perspectiva que instaura (para usar o termo de Fillmore a que me referi às páginas 19 e 35), ou seja, pela orientação da relação que estabelece, por sua mediação, entre os argumentos.

Embora a teoria das funções temáticas seja elaborada autonomamente (no sentido de Jackendoff), um item lexical, como um verbo, pode expressar uma diátese (ou várias), que constitui uma de suas propriedades lexicais fundamentais. Nos exemplos:

(128) a - A cozinheira matou o frango
b - O frango morreu

(129) a - O autor vendeu o livro para Maria por sete mil e duzentos cruzados novos
b - O livro custou sete mil e duzentos cruzados novos

"matar" se distingue de "morrer", e "vender" se distingue de

"custar", em suas diátesses, pelo diferente número de argumentos a que atribuem funções temáticas próprias. Por outro lado, "matar" se distingue de "custar" pela qualidade das funções temáticas que associam a seus dois argumentos: "matar" toma como argumento interno um paciente e como argumento externo um agentivo, enquanto "custar" toma como argumento interno um valor (a que Halliday, 1967, chamaria "range") e como argumento externo um estativo (objeto estativo no sentido de Cook, 1979). Por outro lado, em exemplos como

- (130) a - O autor vendeu o livro para Maria por Cz\$ 7.200,00
 b - Maria comprou o livro do autor por Cz\$ 7.200,00
- (131) a - O moleque acertou Maria com uma pedra
 b - O moleque acertou uma pedra em Maria

"vender" e "comprar" se distinguem em sua diátese pela diferente perspectiva em que situam o evento e, pois, pela diferente orientação da relação que estabelecem entre seus argumentos interno e externo; "acertar" em (131-b) aparece em uma diferente diátese em relação a "acertar" em (131-a), pela diferente perspectiva em que situa a relação entre seus argumentos internos ("Maria", "pedra"), constituindo cada uma dessas orações diferentes modos de representar o mesmo evento.

Nesse entendimento, a descrição da rede temática associada a um elemento, como o verbo, no léxico, corresponde a fixação de seu uso histórico ou atual, e nesse sentido é que condicionam a projeção sintática das orações em que entram. Mas as línguas naturais dispõem de mecanismos sintático-morfológicos que indicam alterações na diátese, particularmente a mudança de orientação da perspectiva em que situam o evento representado.

Como última observação nesta resenha, lembre-se que Franchi considera não somente as funções como determinadas pelas relações sistemáticas entre os termos: também as categorias são, para ele, construídas a partir da função categorial (no sentido de Lyons, 1968) associada aos termos das relações [*]. Assim, não é necessário tomar as categorias como termos primitivos em sua teoria, mas estabelecer as regras de correspondência que "interpretam" categorialmente as estruturas relacionais.

† Em sua tese de 1975, Franchi toma como questão central justamente os mecanismos formais de engendramento das representações categoriais a partir das relações e de suas funções categoriais. Dada a "neutralidade" de seu modelo quanto a uma distinção inicial entre semântica e sintaxe, a derivação categorial diz respeito tanto às categorias semânticas a que me refiro aqui, quanto às categorias sintáticas (como verbo, nome, advérbio, etc.) Neste particular, trata-se de uma antecipação (com um aparato formal explícito) da atual tendência na sintaxe gerativa de considerar as regras e etiquetas categoriais do indicador sintagmático de base como projeções da estrutura temática dos itens lexicais. Veja-se Chomsky (1986-a) e, nesta dissertação, a página 8

Assim, estruturas de (122-b) e (127), reescritas em (132):

- (132) a - ([[ORIENT (TO <indica>)] centro) flecha)
 b - ([[ACT (RES <fazer>)] pedidos) meninos)

projetam categorias conceituais determinadas (estado, no caso de (132-a) e evento-ação no caso de (132-b)) como resultado das relações nelas envolvidas; ou, então, o primeiro argumento "meninos" de (132-b) é um indivíduo animado, e não um evento, uma proposição ou um indivíduo não animado, porque recebe sua função categorial temática da relação ACT com "fazer".

3.3 - A hipótese localística de Gruber e Jackendoff

Posso passar agora à hipótese localística de Gruber e Jackendoff. A hipótese de Gruber, ("Thematic Relations Hypothesis") é a de que, em qualquer campo semântico de evento e de estado, as

* Franchi (1975, 1987) não adota a hipótese localística e fala de uma "criatividade vertical" da linguagem como responsável pela extensão analógica de esquemas relacionais constituídos para a representação de determinadas situações a outras situações. Nesse sentido, observa as extensões das relações espaço-temporais a outros domínios. Considera, entretanto, que essas extensões acabam por constituir-se com propriedades gramaticais específicas (veja-se a discussão dos exemplos em (115) em 3.1) que justificam um tratamento independente.

```
(133)      s - [PLACE (x)]                                [*]
           b - [PLACE-FUNCTION ([THING] x)]
```

```
[ BE ([ livro], [ aqui])]
State      Thing      Place
```

```
[ BE ([ livro], [ IN ([ gaveta])]) ]
```

State Thing Place Thing

92

As relações de caminho (Path) entram em relações complexas de movimento, orientação e extensão, tomando como argumento um lugar (Place). Elas se distinguem, em primeiro lugar, por serem "a termo" (bounded paths), realizando-se pelos predicados específicos FROM (para a fonte) e TO (para a meta); de "direção", realizando-se pelos predicados AWAY FROM e TOWARD, distinguindo-se dos anteriores, por não permitirem inferências de que o objeto em movimento esteve locado na fonte ou concluído o movimento locando-se na meta; finalmente, "rotas", expressas pelo predicado VIA, que indica o lugar "por onde". A exemplificação abaixo esclarece essas distinções:

- (136) A termo:
a - O correio foi de São Paulo a Campinas
b - A cerca vai da divisa do sítio até à estrada de rodagem
- (137) Direção:
a - Os manifestantes se dirigem para o palácio
b - O satélite se afasta do sol
- (138) Rota:
a - Passeamos por toda a fazenda
b - A cerca margeia o rio

Uma outra distinção tem a ver com os diferentes predicados necessários para a descrição de tipos de evento ou estado em que a relação se dá. Assim, o movimento em sentido estrito se representa por um predicado GO; a mera orientação em relação a um objeto fonte ou meta, se expressa pelo predicado ORIENT; finalmente, a extensão, que também se pode avaliar pela indicação de fonte e meta se expressa pelo predicado EXTENT. No caso desses últimos, como todos os verbos que expressam extensão são também verbos de movimento, Jackendoff adota o predicado qualificado GO<ext>. Ilustro estas distinções nos exemplos analisados abaixo:

(139) O gato saiu de baixo da mesa

```
[ GO ([ gato], [ FROM ([ UNDER ([ mesa]))])]) ]
Event Thing Path Place Thing
```

(140) A seta aponta o erro

```
[ ORIENT ([ seta], [ TO ([ seta])) ]
State Thing Path Place
```

(141) A cerca margeia o rio

```
[ GO<ext> ([ cerca], [ VIA ([ rio])) ]
State Thing Path Place
```

Considerem-se, agora, alguns exemplos mais complexos:

(142) a - O vento levou as folhas dentro da casa
 b - O menino jogou a bola pela janela
 c - Sara guardou o anel na gaveta

Todas elas permitem inferir (e, pois, contém como parte de seu sentido), respectivamente, as orações:

(143) a - As folhas entraram em casa
 b - A bola saiu pela janela
 c - O anel permanece na gaveta

que se analisam como relações espaciais ou de movimento. Estas devem entrar em uma outra relação com os argumentos causadores - "vento", "menino" e "Sara", em uma relação especificada pelo predicado CAUSE (x, y). Esse predicado toma, pois, como primeiro argumento uma "coisa" e como segundo argumento, um evento:

(144) [CAUSE ([x] , [y])]
 Event Thing Event

A análise das orações em (142) seria pois:

(145)

```
a - [ CAUSE ([ vento], [ GO ([ folhas], [ TO ([ IN ([ casa]))])]) ]
      Event Thing Event Thing Path Place Thing

b - [ CAUSE ([ menino], [ GO ([ bola], [ TO ([ OUT ([ janela]))])]) ]
      Event Thing Event Thing Path Place Thing

c - [ CAUSE ([ Sara], [ STAY ([ anel], [ IN ([ gaveta]))]) ]
      Event Thing Event Thing Place Thing
```

Essa análise nos recoloca o problema da correlação entre as construções intransitivas e transitivas (ou ergativas e causativas). Jackendoff adota, em uma linha lexicalista que vem de Fillmore (1968) e passa por Chomsky (1970), a posição de que essa correlação (pelo menos no inglês) não é sintática mas, sim, exclusivamente lexical. Em outros termos, adota simplesmente uma regra de redundância no léxico para estabelecer que os ergativos constituem, na verdade, a expressão do evento tomado como segundo argumento da relação CAUSE. Essa solução tem, obviamente, os mesmos problemas que já levantei no capítulo anterior relativos a uma classificação mais fina dos verbos. De fato, os dois exemplos abaixo teriam uma análise relacional temática semelhante (em (148)), na concepção de Jackendoff:

- (146) a - O piloto pousou o avião na pista externa
 b - O avião pousou na pista externa
- (147) a - O piloto colocou o avião na pista externa
 b - * O avião colocou na pista externa
- (148) [CAUSE ([piloto], [GO ([avião], [TO ([IN ([pista]))]])])]]
 Event Thing Event Thing Path Place Thing

Entretando, como se observa facilmente, um deles apresenta uma forma ergativa correspondente gramatical ("pousar"), enquanto a outra, é agramatical. Esse fato exige que se incorporem à descrição outros elementos como, provavelmente, indicações aspectuais. Convém, por isso, passar logo a outras dimensões (não temáticas, no sentido de Jackendoff ou, em outros termos, não localísticas) - a dimensão da ação e a dimensão temporal.

Jackendoff modifica bastante, em seu artigo de 1986, a versão de 1983. Por isso, referir-me-ei somente àquela, mesmo que

colocada pelo autor ainda em termos especulativos e programáticos. Seguindo uma sugestão de Culicover e Wilkins (1985), propõe que a representação das funções semânticas, na estrutura conceitual, seja organizada em três diferentes planos ("tiers") independentes. O primeiro deles corresponde ao plano temático em que as relações temáticas se explicam localisticamente, tendo como base o campo semântico da locação e do movimento [*]. O outro plano é o da ação, que possui como relações fundamentais as que determinam as funções de agente e paciente. Descrevo mais amplamente este plano.

* Para não me alongar muito, anoto algumas das traduções intuitivas do tratamento localístico de Jackendoff. As relações temporais, por exemplo, são uma extensão analógica do sistema espacial, com a diferença de que são eventos e estados que aparecem como tema e as expressões temporais se referem a objetos-ponto ou regiões na dimensão temporal, desempenhando o papel da locação. No sistema da posse, propriedade, transferência de propriedade, a coisa possuída aparece como tema, o possuidor como a locação ("y possui x", como o paralelo de "x está em y") e a transferência de propriedade como o movimento de um possuidor a outro, ou seja, de um "path" fonte a um "path" meta. E assim por diante. Jackendoff cuida de justificar linguisticamente essas projeções do sistema espacial por inúmeras construções paralelas como:

- i - a) O menino se mantém calmo
- b) O menino se mantém na onda
- c) O menino se mantém na escola
- ii- a) O pai entristeceu com o resultado
- b) O pai teve uma grande tristeza com o resultado
- c) O pai entrou em grande tristeza com o resultado
- etc.

Não discutirei aqui a dificuldade de decidir, para a análise temática, as várias "paráfrases" possíveis em termos de "locação" ou movimento.

O objetivo de Jackendoff, ao propor esta divisão, é tornar claro que, ao se fazer uma análise temática, devem-se levar em conta os casos em que os planos temático e da ação são tomados independentemente, e aqueles em que esses dois planos se combinam. Por exemplo, as orações

- (149) a - Maria derrubou o papel no chão
- b - Maria recebeu os papéis de casamento
- c - Maria detesta [que joguem papel no chão]

correspondem: (a) a um evento que se caracteriza como uma ação, podendo (para utilizar o critério de Jackendoff) tomar-se como argumento tanto da expressão "o que aconteceu foi...", quanto da expressão "o que x fez foi..."; (b), embora corresponda também a um evento (o que aconteceu foi que Maria recebeu...), já não se caracteriza como um evento ativo (? o que Maria fez foi receber...) finalmente, (c) corresponde a um estado. (a) deve, por isso, ser analisada tanto no plano temático, quanto no plano da ação, ao contrário de (b) e de (c) cuja análise se esgota no plano temático.

Nesse sentido, a oração (149-a) deve analisar-se em uma estrutura complexa, em que os dois planos (temático e da ação) se correlacionam:

(150)

```
[ CAUSE ([ Maria],[ GO ([ papel],[ TD ([ UPON ([ chão]))]))])]
Event   Thing   Event Thing   Path Place   Thing

[ ACT ([ Maria],[ papel])]
Event   Thing   Thing
```

de modo que as funções semânticas envolvidas se analisam em dois diferentes esquemas relacionais.

No plano temático, "papel", claramente movido, é o tema e "chão" é o termo do movimento ou meta; nesse sistema, "Maria" seria a fonte. Entretanto, essa análise é insatisfatória para caracterizar semanticamente o agentivo. Isso porque, além do papel que o agentivo desempenha em relação ao movimento ou mudança do objeto tema (como instigador extrínseco do processo), desempenha, também, um papel sobre o próprio evento resultante, caracterizando-se por propriedades categoriais específicas (animado, humano, intencional,...). Isto se expressa pela relação

ACT, na representação do plano da ação.

Jackendoff ainda distingue, no agentivo, três diferentes partes semi-autônomas. No plano da ação, há um agente-ator que corresponde ao primeiro argumento da relação ACT e, eventualmente, um agente-ator (com um traço) volicional, que se distingue do primeiro, pela intencionalidade da ação, selecionando entidades humanas ou animadas [*]. Finalmente, um instigador extrínseco do evento que corresponde ao primeiro argumento da relação CAUSE, no plano temático.

* Isto significa que Jackendoff não restringe o primeiro argumento de ACT a um agente animado. De fato, na análise de orações como

i - O carro bateu na árvore

ii- O mestre bateu no aluno com a régua

Jackendoff vai decompor a representação semântica de modo a incluir nela, tanto a 'ação do carro sobre a árvore' quanto a 'ação da régua sobre o aluno'. Trarei essas representações mais abaixo.

Assim, conforme a interpretação do exemplo (149-a), a relação ACT, seria simplesmente ACT (Maria derrubou o papel sem querer) ou ACT<vol> (na interpretação de uma ação intencional). Em ambos os casos, no plano temático, "Maria", como primeiro argumento de CAUSE, seria um instigador extrínseco e, nesse plano, correspondente a outros desencadeadores do evento, como no caso de ser substituído por "vento", "gesto", etc.

Além desses dois planos, Jackendoff considera a necessidade de um plano temporal. Nesse plano, se assumem dois primitivos: um ponto P e uma região R no tempo que, com duas regras de expansão

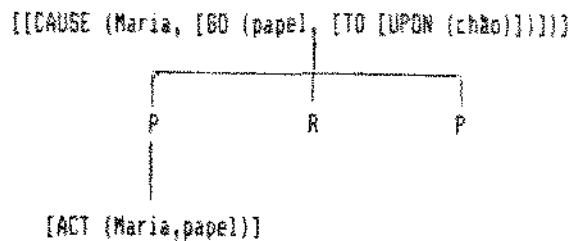
(151) a - R $\rightarrow$ R P R

b - P $\rightarrow$ P R P

correlacionam sub-eventos no plano da ação e no plano temático. Se voltarmos às estruturas correlacionadas de (150), a análise

temporal deve explicitar que a ação do agente sobre o papel se situa no ponto inicial do evento, o que se representaria em

(152)

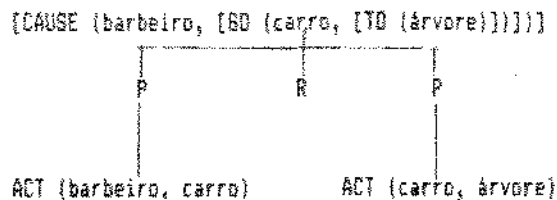


Uma comparação com outros dois exemplos ilustrará melhor a representação no plano temporal. Em

(153) O barbeiro bateu o carro na árvore

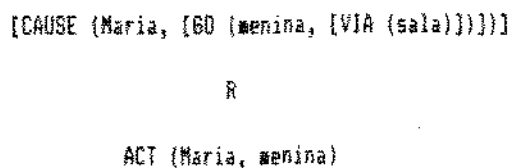
Jackendoff pretende explicitar, no plano temático, o movimento do carro para a árvore (em um Path a termo, TO, e não somente direcional), bem como, no plano da ação, a ação do barbeiro na direção do carro e a ação do carro sobre a árvore. Essas duas distintas ações são relacionadas ao plano temático pelo esquema temporal: uma delas se situa no ponto inicial do processo e a segunda no termo do processo:

(154)



A representação é diferente no caso de (155), pois a ação de "puxar" se estende durante todo o processo do movimento causado:

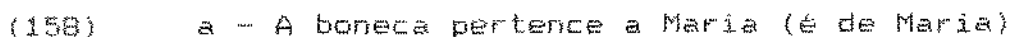
(155) Maria arrastou a menina pela sala



(156) O mestre bateu no aluno com a régua

(157)

ACT(vgl) (bestenfalls durch)



90

(158) b - Maria perdeu a boneca

[GO<Pos> ([boneca], [FROM<Pos> ([maria])])]
 Event Thing Path Thing

c - Maria deu a boneca para Joana

[CAUSE ([maria], [GO<Pos> ([boneca], [FROM<Pos> ([maria])]
 Event Thing Event Thing Thing
 TO<Pos> ([joana])])]]
 Path Thing

d - Maria comprou a boneca c Joana por NCz\$ 7,20

CAUSE ([maria] [GO<Pos> ([boneca], [FROM<Pos> ([joana])]
 Thing Thing Thing
 TO<Pos> ([maria])])]
 Event Path Thing
 GO<Pos> ([NCz\$ 7,20], [FROM<Pos> ([maria])]
 Thing Thing
 TO<Pos> ([joana])])]]
 Event Path Thing

Sem outros comentários, por enquanto, mostro exemplos do "campo semântico", chamado identificacional (por Gruber e Jackendoff), que se refere às expressões descritivas, em que se categorizam os argumentos ou se atribuem propriedades. Nesse campo, as "coisas" (Thing) aparecem como tema, "coisas-tipo" (Thing-Types) e "propriedades" (Property) aparecem como objetos referidos; ser uma instância de uma categoria ou ter uma propriedade corresponde a uma locação. São exemplos:

(159) a - A luz é vermelha

[BE<Ident> ([luz], [AT<Ident> ([vermelha])])]
 State Thing-token Place Property

b - As folhas amarelaram

[GO<Ident> ([folhas], [TO<Ident> ([amarelo])])]
 Event Thing Path Property

c - O bolo ficou pequeno

[GO<Ident> ([bolo], [TO<Ident> ([pequeno])])]
 Event Thing Path Proper

(159) d - Gelo derrete

[	GO<Ident>	[[	gelo],	[	FROM<Ident>	[[	solido]]	]
Event		Thing-type		Path		Property		
					TO<Ident>	[[	liquido]]	]]
						Property		

O modelo de Jackendoff merece alguns reparos. Em primeiro lugar, observando algumas das representações (particularmente a derivação do instrumento em (158-c) e as de transferência de posse como (158-d)), vê-se como a análise distanciou-se de uma das condições da representação semântica que ele mesmo impôs: a de que esta se aproxime o quanto possível da projeção sintática em que deve ser explicitada pelos recursos expressivos das línguas naturais (a "grammatical constraint"). A projeção dessas estruturas sobre a sintaxe requer um custoso processo de indexação dos argumentos a suas posições na descrição sintática, em virtude da decomposição do verbo e rearranjo dos argumentos em relação aos predicados elementares; a vinculação de nódulos conceituais entre si para estabelecer correspondências referenciais e conceituais ("arguments-binding"), como consequência da recorrência deles como no caso de "Maria" em (158-c); processos de fusão e redução de argumentos, etc. [*]. De certo modo, valem contra Jackendoff, os argumentos que ele mesmo utilizou contra a semântica gerativa de Lakoff e MacCawley.

* Deixo de resenhar esses processos, de que não me servirei. Veja-se, particularmente, Jackendoff 1986.

Por outro lado, a hipótese localística se mostra uma falsa generalização. Descrições como a do verbo "dar" ou "comprar" (158-c,d) não se contrapõem a descrições de "jogar fora" e "subs-

tituir" em orações como

(160) a - Maria jogou a boneca para Joana

[CAUSE ([maria], [GO ([boneca], [FROM ([maria]) TO ([joana])])])]

b - Maria substituiu o livro pelo caderno nas estantes
(em que estavam, um pelo outro)

[CAUSE ([maria], [GO ([livro], [FROM ([estante-i]) TO ([estante-j])])
[GO ([caderno], [FROM ([estante-j]) TO ([estante-i])])]

a não ser pelo diacrítico POS. Ora, se necessitamos desses traços para distinguir as funções semânticas relativas à transferência de propriedade das funções semânticas espaciais, por que não distingui-las desde o início? A economia obtida também é ilusória, porque GO, GO<Pos>, GO<Ident>, GO<Ext>, GO <Extent <Ident>>, etc. são distintas relações, determinando distintas funções categoriais, mesmo com a aparente identidade do prefixo GO.

Jackendoff, indiretamente, reconhece isto quando observa que essas diferentes relações devem ser tomadas em um sentido abstrato, distinguido-se quando se apliquem a diferentes campos semânticos. Mas, nesse caso, não se pode falar com propriedade de uma extensão do campo espaço-temporal a outros domínios, a não ser no sentido de Franchi (1977), como extensão analógica (uma analogia formal), em que os análogos, em cada campo, se caracterizam por propriedades semânticas e sintáticas específicas.

No sentido de atender a restrição gramatical e de abandonar a falsa generalização do localismo, a notação de Franchi (1975) e os mecanismos formais de composição das diferentes relações que constituem a estrutura semântica das orações, parecem oferecer soluções mais interessantes.

3.4 - Revisão da teoria das relações temáticas.

Neste ponto, posso fazer uma síntese dos elementos descritivos e teóricos acumulados neste capítulo, inclusive para definir uma forma única de notação. Seguirei de perto os textos de Franchi (1975, 1987) [*].

* Para não entrar nas dificuldades técnicas do modelo, farei uma adaptação aproximando-o da notação de Jackendoff. Espero não estragar, com isso, ambas as propostas. Quando necessário, farei referência a alguns aspectos mais formais. Limitar-me-ei, porém, ao que seja indispensável para o caso em estudo, sem preocupar-me em oferecer uma visão global desse sistema, que me exigiria tempo bem maior de estudo.

As relações temáticas são representadas mediante meta-predicados que se compõem com expressões predicativas, independentemente das categorias sintáticas a que venham corresponder. Eles tomam como argumento um functor (por exemplo, um verbo) e constroem um novo functor que toma outro argumento para formar uma expressão categoremática complexa (por exemplo, uma oração). Forma-se, assim, um esquema relacional que se toma como uma "unidade predicativa elementar de construção" na forma $[(R \langle x \rangle) \langle y \rangle]$ ou, se convencionamos eliminar a parentetização à direita, $R \langle x \rangle \langle y \rangle$.

! Expressões sincategoremáticas (como os funtores) e expressões categoremáticas (como os argumentos ou as expressões autônomas) são deriváveis pela interpretação categorial mais abstrata dos esquemas relacionais. Vale também lembrar que Franchi (1975) relaciona esse formalismo aos "esquemas de ação" que Piaget situa na base dos processos de "identificação" e "classificação" dos objetos no esquema.

Quanto à meta-linguagem, usa-se a notação polonesa; (...) representa a estrutura semântica de um "predicado" ou, com abuso de linguagem, de um item lexical predicativo; usarei parêntesis, colchetes e chaves uns pelos outros, quando conveniente para tornar mais visíveis as relações em jogo.

Uma última observação sobre o termo "argumento". Neste item, estou usando o termo em um sentido puramente funcional e não como se usa no quadro da Gramática Gerativa.

Nesse formalismo simples, considerem-se as orações

- (161) a - O pasto é verde
 c - Maria anta
 d - Criança sofre

do objeto "vaso" em um determinado lugar - IN <x> <y>. Em (163-c), se devem compor as relações que determinam o objeto possuído (expressa pelo mesmo meta-predicado OBJ) e o possuidor (expressa pelo meta-predicado POS) - POS <x> <y>. Os esquemas relacionais compostos, que representam a estrutura temático-predicativa dessas três frases seriam, respectivamente

(164)

- a - [ACT (OBJ <canta>)] (hino) (maria)
- b - [LOC (IN <u>)] (mesa) (livro)
- c - [OBJ (POS <u>)] (professora) (livro)

resultantes da composição dos esquemas relacionais simples

(165)

- a - (ACT <cantar> <maria> e (OBJ <cantar> <hino>
- b - (LOC <u>) livro e (IN <u>) mesa
- c - (OBJ <u>) livro e (POS <u>) professora

pela regra de construção [*]:

(166)

$$\begin{array}{c}
 (R \langle a \rangle) \langle x \rangle \\
 i \\
 (R \langle a \rangle) \langle y \rangle \\
 j \\
 \hline
 [R (R \langle a \rangle)] \langle y \rangle \langle x \rangle \\
 i \quad j
 \end{array}$$

† Nesses esquemas relacionais, <u> representa um functor não específico (ou um "predicado universal") que expressa uma relação abstrata, especificada somente pelos meta-predicados; serve (morfologicamente) de suporte para elementos dêiticos como os que se realizam na flexão verbal. Corresponde, no caso concreto, ao verbo "ser" (veja-se a nota da p. anterior) a que Franchi chama de "verbo dêítico". Por não ser predicativo e, pois, não atribuir uma função temática própria, esse verbo (morfológico) também não atribui caso: daí a necessidade de tornar visíveis as funções temáticas associadas aos argumentos por meio de preposições.

Não pretendo trazer aqui todas as regras de construção de Franchi (1975). Duas delas, porém, devem ser indicadas. Como se observa, em (166) o esquema construtivo se baseia na identidade do argumento. Consideremos o caso da identidade do argumento do meta-predicado; então, o esquema construtivo seria

(167)

$$\begin{array}{c}
 (R \quad \langle x \rangle) \langle a \rangle \\
 \quad \quad \quad i \\
 (R \quad \langle y \rangle) \langle a \rangle \\
 \quad \quad \quad j \\
 \hline
 (R \quad \langle y \rangle [R \langle x \rangle \langle a \rangle])
 \end{array}$$

Alguns exemplos simples: as orações

(168) a - O pasto verde é do vizinho
 b - O livro na mesa é velho
 c - Joana canta um hino alegre

seriam analisadas e construídas do seguinte modo

(169) a - QUAL $\langle \text{verde} \rangle$ $\langle \text{pasto} \rangle$
 (OBJ (POS $\langle u \rangle$)) $\langle \text{vizinho} \rangle$ $\langle \text{pasto} \rangle$

 b - (OBJ (POS $\langle u \rangle$)) $\langle \text{vizinho} \rangle$ [QUAL $\langle \text{verde} \rangle$ $\langle \text{pasto} \rangle$]

(170) a - IN $\langle \text{mesa} \rangle$ $\langle \text{livro} \rangle$
 QUAL $\langle \text{velho} \rangle$ $\langle \text{livro} \rangle$

 QUAL $\langle \text{velho} \rangle$ (IN $\langle \text{mesa} \rangle$ $\langle \text{livro} \rangle$)

(171) a - OBJ $\langle \text{canta} \rangle$ $\langle \text{hino} \rangle$
 QUAL $\langle \text{alegre} \rangle$ $\langle \text{hino} \rangle$

 OBJ $\langle \text{canta} \rangle$ (QUAL $\langle \text{alegre} \rangle$ $\langle \text{hino} \rangle$)
 ACT $\langle \text{canta} \rangle$ $\langle \text{joana} \rangle$

 (ACT (OBJ $\langle \text{canta} \rangle$)) [QUAL $\langle \text{alegre} \rangle$ $\langle \text{hino} \rangle$] $\langle \text{joana} \rangle$

Lembre-se que, na definição mais geral de Franchi (cf. (123) e (124)), as funções temáticas se determinam em quaisquer relação entre elementos "predicativos". Por isso, elas se definem na relação sintática do adjunto adnominal (como determinante) e o nome, na formação de um argumento complexo, bem como no caso de adjuntos adverbiais que modificam um functor (o "verbo") para formar um outro functor complexo (um "verbo complexo"). Neste caso, tem-se a regra de construção que depende da identidade do primeiro argumento em um esquema relacional, com o argumento do meio -predicado:

(172)

R	$\langle x \rangle$	$\langle a \rangle$
i		
R	$\langle a \rangle$	$\langle y \rangle$
j		
R	(R	$\langle x \rangle \langle a \rangle \langle y \rangle$
j	i	

que se pode exemplificar com

(173)

a -	Joana fala ansiosamente
b -	EXP $\langle$ ansiosamente $\rangle$ $\langle$ falar $\rangle$
	ACT $\langle$ falar $\rangle$ $\langle$ joana $\rangle$
c -	ACT [EXP $\langle$ ansiosamente $\rangle$ $\langle$ falar $\rangle$] $\langle$ joana $\rangle$

Esses poucos exemplos me permitem duas observações que me serão úteis. Em primeiro lugar, observe-se que (QUAL $\langle x \rangle$), (ACT $\langle x \rangle$), (OBJ (POS $\langle x \rangle$)), (ACT (OBJ $\langle x \rangle$)), etc. indicam claramente a diátese de $\langle x \rangle$, ou seja, nesses casos, a diátese verbal de $\langle x \rangle$, distinguindo-se, seja pela qualidade das relações estabelecidas, seja pelo número dos argumentos. Também se deve considerar o caso de uma alteração da diátese pela diferente orientação da relação entre seus argumentos. Se compararmos (163-c) e (164-c) com (174), observaremos exatamente uma dessas situações:

(163) c - O livro é da professora

(164) c - (OBJ (POS $\langle u \rangle$)) $\langle$ professora $\rangle$ $\langle$ livro $\rangle$

(174) a - A professora tem um livro

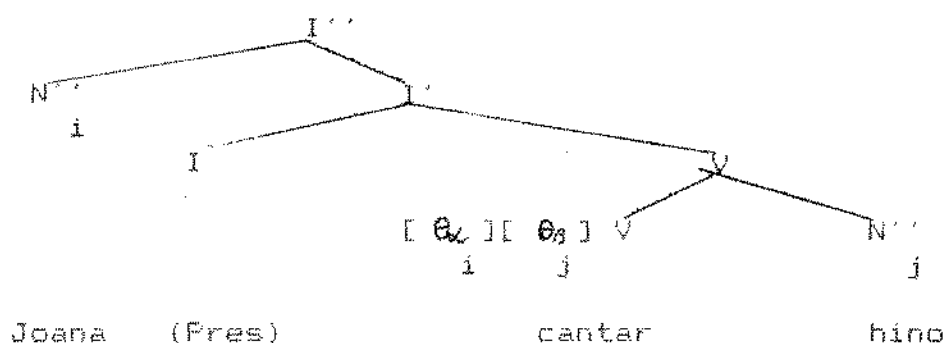
b - (POS (OBJ $\langle$ ter $\rangle$)) $\langle$ livro $\rangle$ $\langle$ professora $\rangle$

A mudança da diátese verbal é marcada por diferentes lexicalizações ("ser"/"ter"), como em outros casos ("comprar"/"vender", "dar"/"receber", "pagar"/"receber", ...), ou, ainda, morfologicamente (caso da passiva) e por outros elementos como, no português, o clítico "se" (o que verei melhor adiante).

Essa representação da diátese verbal pode ser comparada com a sugestão de Stowell (1981). Esse autor, em uma perspectiva

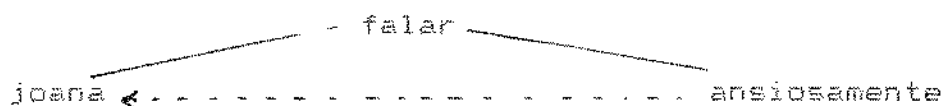
categorial diferente da relacional aqui adotada, representa a diátese verbal mediante "slots", ou traços inerentes do verbo, marcados para uma determinada função temática e coincidiados, na estrutura sintática, aos argumentos que a recebem. Nesse sistema, o exemplo (171) teria a seguinte representação:

(175)



Uma outra observação diz respeito a certos processos composicionais na atribuição da função temática. Franchi (1987) chama a atenção para o fato de que, em estruturas do tipo "x determina y que determina z", x pode determinar transitiva e composicionalmente z. Esse é o caso do exemplo (173) que represento aqui em um diagrama, para tornar mais visível esse processo composicional:

(176)



Esse processo composicional não se realiza para quaisquer x, y, z: depende da compatibilidade semântica entre x e z. Apesar das consequências teóricas dessa sugestão, coloco somente alguns exemplos que ilustrem esse processo. Assim, em

(177)

- a - O menino saiu rápido/rapidamente
- b - Pedro chegou angustiado/angustiadamente

"rápido/rapidamente" e "angustiado/angustiadamente" não somente modificam o verbo mas, ainda, atribuem composicionalmente uma função temática (experienciador) a "menino" (o que explica a

oscilação da projeção categorial desses modificadores como adjetivo ou como advérbio). Reveja-se, neste particular, 1.4.

Já em (178), o processo composicional se dá com o objeto direto, atribuindo-lhe, também, transitivamente, uma função temática específica:

- (178) a - O garoto pagou caro o livro
b - Ele pronuncia as palavras muito claramente

Em casos raros, porém, como em (179), a não compatibilidade semântica do advérbio com o argumento impede que se produza uma interpretação composicional:

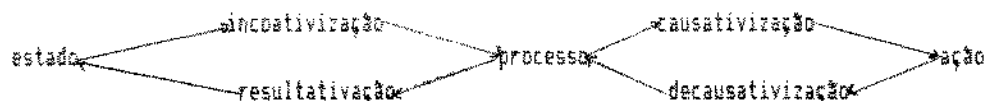
- (179) A menina fala alto

Com essas notas, volto à exposição de algumas questões sobre as relações temáticas mais relevantes para os meus propósitos.

Com exceção das orações ativas, em que entra a relação ACT, os exemplos que utilizei são de orações estativas. Seguindo uma tradição bem firmada na gramática de casos [*], orações que expressam estado se relacionam a orações que expressam processos. Estas, por sua vez, relacionam-se às causativas.

* Na gramática de casos, os predicados são relacionados entre si através de um sistema bidirecional de unidades derivacionais, dentre as quais estado, incoativo, processo, causativo, ação, decausativo, resultativo (Chafe, 1970; Cook, 1979). Isso significa que as regras derivacionais estabelecem as condições gerais de mudança da rede temática de um verbo (redução ou ampliação dos casos semânticos em relação a um verbo considerado básico).

Esse processo pode ser visto esquematicamente em



Esse esquema é realizado, em sequência, nos exemplos

- i - A sala é quente > a sala aqueceu > Maria/o sol vai esquentar a sala
ii - A empregada engrossou o mingau > o mingau engrossou > o mingau está grosso.

Não se pressupõe que todos esses processos sempre se lexicalizem. Nem todos, como Chafe, assumem a necessidade de um forma básica a partir da qual se dá a derivação; Cook tenta estabelecer critérios lexicais e sintáticos para determinar essa forma.

iii - AFET [FROM (NOT (QUAL <verde>))] <y>
 iv - AFET [TO (QUAL <verde>)] <y>
 que se compõem no esquema
 v - AFET (TO <a>) [FROM <y>]
 pela aplicação da regra de derivação em (167). Desse modo, podemos agora definir
 vi - (AFET [QUAL] <x>) <y> = [AFET (TO (QUAL <x>))
 (FROM (NOT (QUAL <x>)) <y>)]
 ou, de um modo mais geral,
 vii - (AFET [X] <x>) = [AFET (TO (X)) (FROM (NOT X) <x>)]
 estendendo-a aos demais processos incoativos.

As vezes, cada passo nesses processos se lexicaliza de modo diferente. Observem-se os exemplos:

- (182) a - Pedro tem um livro
 b - POS (OBJ <ter>) <livro> <pedro>
- (183) a - Pedro obteve um livro
 b - AFET (OBJ <obter>) <livro> <pedro>
 [POS]
- (184) a - Pedro perdeu o livro
 AFET (OBJ <perder>) <livro> <pedro>
 [NOT POS]

cuja interpretação, em termos de AFET, TO, FROM, deixo ao leitor. Entretanto, nem sempre se fundem na significação de um item lexical todas essas relações. Os verbos experienciais, por exemplo, como "sofrer", "padecer", de um argumento experienciador, e "amar", "odiar", com outro argumento objetivo, não parecem poder ser usados com o mesmo valor incoativo, nem possuir itens lexicais correspondentes, salvo as expressões perifrásticas como "passar a sofrer" e semelhantes. Como já observei antes, nem todas as diáteses que se podem engendrar mediante a combinação das relações elementares primitivas se lexicalizam, seja por "falhas" do léxico, seja por incompatibilidade semântica.

Por outro lado, certas expressões reconstituem sintaticamente todo o complexo relacional "abreviado" em outros itens, como

(185) O pasto mudou de seco para verde

AFET (TO (FROM <seco> <u>)) [QUAL <verde> <u>]) <pasto>

Esse processo pode ser comparado com a representação proposta por Jackendoff para um verbo "incoativo" - "to melt":

(186) a - The metal melted

b -

		$\left[\begin{array}{l} \text{FROM}(\text{Ident}) ([\text{solid}]) \\ \text{Property} \\ \text{TO}(\text{Ident}) ([\text{Liquid}]) \\ \text{Property} \end{array} \right] \text{))}$
[GO(Ident) ([metal],		
Event	Thing	
	Path	

c - AFET <melt> <metal>
[QUAL]

em que estão as mesmas intuições mas, também, diferenças significativas.

Em primeiro lugar, os meta-predicados FROM e TO, na definição de AFET [X], embora expressem o termo inicial e final de um processo (e, eventualmente, de um movimento no caso de AFET [LOC]) são meta-predicados mais abstratos, sem qualquer conteúdo necessariamente locativo: não se entendem como análogos de relações na dimensão espacial, pelo que se dispensam diacríticos como <Ident>. Além disso, a abreviatura de esquemas relacionais complexos, que descrevem exhaustivamente a mudança de estado, não constitui somente um recurso de simplificação formal. Possui uma interpretação linguística muito clara: traduz o fato de que, nas línguas naturais, de um modo geral, embora itens lexicais como os verbos possuam uma significação que funde vários e diferentes processos, eles os expressam de um modo extremamente simples, sintetizado em sua diátese com um número pequeno de argumentos.

Nesse sentido, eu disse acima que, pela própria "grammatical constraint" que Jackendoff impõe à representação semântica, o

sistema proposto por Franchi leva algumas vantagens. Em particular, tratando as categorias como resultantes ou deriváveis do processo relacional e da função categorial dos elementos, simplifica grandemente a representação semântica e a aproxima, em outro sentido, do que hoje predomina na sintaxe (no caso das categorias gramaticais).

É importante, ainda, chamar a atenção para o estatut puramente descritivo (não teórico) de termos como "agentivo", "objetivo", "paciente", "beneficiário", "tema", etc. A representação autônoma da estrutura semântica se faz com base em processos construtivos e propriedades e princípios abstratos a que posso referir mediante termos descritivos [*], como "agentivo", para referir-me ao primeiro argumento de ACT; "objetivo", ao argumento de OBJ ou mesmo de LOC; "paciente", ao argumento de AFET, etc.

* Esta é exatamente a mesma posição metodológica que se assume na sintaxe. Termos como "passiva", "verbos de alçamento", "ergatividade", etc. são etiquetas cómodas para referir-nos a certas construções e processos; mas o que define teoricamente as estruturas e operações envolvidas são condições e princípios gerais abstratos definidos nos vários módulos da teoria (Chomsky, 1961).

Examinando, agora, o processo de causativização. Já me referi (em 3.2) à decisão de distinguir, da relação ACT, a relação CAUSE; esta, na linha de Franchi (1975, 1987), de outros autores (como Dowty, 1979) e, com pequena mudança, de Jackendoff, deve-se considerar uma relação de segunda ordem: toma sempre um eventos, processos ou excepcionalmente estados como argumentos, mesmo quando um deles se deva inferir pela explicitação de um só termo. A análise semântica habitual de CAUSE que trata o efeito de uma causa como o resultado de uma ação como em:

nos exemplos (96) e (97) em 3.1. X, também, pode tomar seu valor em qualquer dos meta-predicados por não estar restrito a uma categoria determinada.

* CAUSE [X] também resulta de uma definição precisa. Represente-se uma oração como (188) por:

i - CAUSE [AFET[EXP] <assustar> <criança>] <mendigo>
[ACT <assustar> <mendigo>]

no caso da interpretação ativa daquela oração. A atribuição a mendigo de seus papéis semânticos de agente e causador do evento causado se expressa em

ii - CAUSE [[AFET <assustar>] <criança>] <mendigo>
[ACT] [EXP]

por um processo de redução que passa pelo emprego da regra construtiva de (166). Pode-se, assim, definir CAUSE [ACT] a partir de representações complexas como (i), ou de um modo geral CAUSA [X], conforme se interprete a expressão causadora diferentemente.

A exemplificação deixará mais claro o emprego dessa relação:

(192) O garoto quebrou o vaso

CAUSE [AFET <quebrar> <vaso>] <garoto>
[ACT]

(193) O pai deu o livro ao garoto

CAUSE [[AFET (OBJ <dar>)] <livro> <garoto>] <pai>
[ACT] [POS]

(194) A paisagem encanta os turistas

CAUSE [AFET <turistas>] <paisagem>
[QUAL] [EXP]

(195) O menino levou a bola para a escola

CAUSE [(TO (AFET <levar>))] <bola> <escola>] <menino>
[ACT] [LOC]

(196) O pai fez o menino chorar

CAUSE (RES <fazer>) [ACT <chorar> <menino>] <pai>

Algumas observações finais sobre esta representação. Um aspecto importante é que, nessas expressões causativas, o elemento causador é, em certo sentido, um argumento externo já na própria representação semântica. Isto é, faz parte de um estado, ação ou processo que ocasionam o efeito expresso, de um modo

relativamente autônomo e fechado. Nesse sentido a relação CAUSE (e a função temática associada a seu argumento) não faz parte da diátese interna do verbo causativo, correspondendo, aproximadamente a outros adjuntos, como as expressões de tempo e lugar.

Comparem-se, para maior clareza, os exemplos:

- (197) a - As fazendas começam na borda c floresta, nesta região
 b - Lia encontrou um brinco no lixo, perto de casa
 c - O trabalho durou uma eternidade

com

- (198) a - As cidades eram maravilhosas no sul
 b - A menina escreve a estorinha em sua casa
 c - O soldado prendeu meu amigo ontem pela manhã

Em (197), os locativos "na borda da floresta", "no lixo" e o temporal "uma eternidade" fazem parte da diátese interna do verbo (ou seja, constituem relações que especificam o sentido de "começar", "encontrar", "durar") e não se distinguem de outros argumentos "inerentes" (para usar a terminologia da gramática de casos) ou **específicos** como os chama Franchi. Fazem, pois, na projeção sintática, parte da subcategorização do item lexical, como complementos. Diferentemente, os locativos "no sul", "em sua casa" e o temporal "ontem pela manhã" em (198) e os locativos "nesta região" e "perto de casa" em (197-a,b) correspondem a relações que não especificam o sentido de "ser maravilhoso", "escrever", "prender", "começar", "encontrar", mas que podem constituir extensões espaço-temporais de qualquer estado, processo, evento ou ação. São **relações periféricas**.

Essa distinção fica mais óbvia quando tentamos operar sobre os locativos de (197-a,b). A posição periférica dos adjuntos

"nesta região" e "perto de casa" contrasta com a natureza interna de "na borda da floresta" e "no lixo", logo que ensaiamos deslocá-los para a posição inicial de advérbio de "frase":

- (199) a - Nesta região, as fazendas começam na borda da floresta
b - * Na borda da floresta, as fazendas começam nesta região.
- (200) a - Perto de casa, Lia encontrou um brinco no lixo
b - * No lixo, Lia encontrou um brinco perto de casa

Os exemplos (b) são agramaticais na interpretação relevante.

A representação semântica dessa diferença se assemelha à que propus para a representação da causa. Um locativo interno se integra como complemento à diátese do verbo, como em

- (201) [AFET (IN (OBJ <encontrar>))] <brinco> <lixo> <lia>
[POS]

enquanto um locativo não inerente se representa externamente, como em

- (202) IN [QUAL <maravilhoso> <cidade>] sul

Esse paralelo traçado entre CAUSE e outras relações periféricas tem sua razão: embora justificada por argumentos independentes (a própria análise semântica dessa relação) é um começo de explicação da possibilidade de estar presente ou não na correlação entre as ergativas e as causativas. Já não se pode falar o mesmo da relação ACT. A não ser quando se confunde com CAUSE, trata-se de uma relação inerente e específica. ACT, por exemplo, caracteriza e especifica claramente a diátese de certas atividades tipicamente humanas como "chorar", "escrever", "advogar", etc.

Essas observações me permitem introduzir outra definição que me ajudará na exposição do próximo capítulo. Além da distinção

entre relações específicas e inespecíficas (estas chamadas acima de periféricas), devo distinguir, dentre as primeiras uma **relação nuclear**. É a que caracteriza o vínculo mais estreito com o núcleo verbal e corresponde, formalmente ao argumento mais interno. Marantz, como vi em 1.3 (particularmente exemplo (7)) trata esse fato como sintático, referindo-se à assimetria entre o sujeito e o objeto direto [*]. Mas essa assimetria está bastante reforçada pela decisão de considerar (com Fukui e com Franchi), a posição de sujeito como uma posição não tematizada (p. 19).

* Observe-se que, mesmo quando a função temática nuclear é movida para a posição de sujeito (caso do paciente com verbos cuja diátese inclui a relação AFET), o sentido é mais profundamente alterado pela substituição do argumento associado a essa função (independentemente da função sintática):

É o caso das passivas, em que a substituição do sujeito é mais decisiva do que a do argumento periférico agentivo:

- i - O cavalo bravo foi montado(a) por mim
 Um quebra-cabeça
 Uma estante
 A argumentação
- ii - A estante foi desmontada pelo vento
 pelo carpinteiro
 pelo cupim
 por Pedro

O mesmo se observa em construções ergativas:

- iii - A chuva caiu a tempo
 O lápis
 O governo
 O argumento

Aqui, a noção de relação nuclear se define em termos da representação semântica e terá um papel fundamental no processo de projeção sintática.

Faço algumas observações finais. No que diz respeito às relações locativas, apesar das sutilezas de Jackendoff (que distingue, como vi, as relações GO, ORIENT, EXT, dentro dos tipos de Path - a termo, direção e rota), devo considerar ainda uma outra. Há verbos em que a relação AFET, terá menos a locação e mais a

posição. São verbos como "girar", "abaixar", "virar", etc. cuja relação nuclear representarei por um meta-predicado AFET [SIT]. Assim, a representação de

(203) O boiadeiro girou o laço

será

(204) (ACT (AFET <girar>)) <laço> <boiadeiro>
[SIT]

Uma outra pequena questão está na distinção entre os verbos de transferência de propriedade ou troca e outros que também exigem um beneficiário. No primeiro caso, sugeri acima tratar essa relação com o elemento interessado no resultado da ação pelo meta-predicado AFET [POS] (ex.(193)). Entretanto, usarei tanto para um, como para o outro tipo de verbos ("ajudar", "auxiliar", etc.) um meta-predicado BEN que, no caso dos primeiros, corresponderá, por definição a AFET [POS]. Assim, em (a) e (b) de

(205) a - Pedro deu o livro a Maria

[ACT (BEN (OBJ <dar>))] <livro> <maria> <pedro>

b - Pedro ajudou Maria

[ACT (BEN <ajudar>)] <maria> <pedro>

o argumento beneficiário não se distingue senão por entrar (em (b)) ou não entrar (em (a)) e uma relação nuclear.

Duas outras funções temáticas que decidi distinguir em 3.2, a de instrumento (no sentido Chafe, de objeto manipulado mediador da ação) e a de resultativo, serão determinadas pelas relações que noto, respectivamente, USE e RES.

3.5 - Uma nota sobre a incorporação lexical

Os autores em geral (particularmente Cook, 1979; Jackendoff,

1983; Bogacki, 1988), têm-se referido ao problema da "lexicalização" ou da "incorporação" de relações, de predicados e de argumentos no próprio item lexical verbal. No caso da lexicalização de relações, servem de exemplo verbos como "entrar", "percorrer", "penetrar"; o primeiro, lexicaliza um caminho TO, como se pode ver pela representação semântica de (206) na notação de Jackendoff, comparada com sua instanciação sintática em que somente se realiza a palavra funcional da relação Place:

(206) Maria entrou na sala

```

[ GO ([ maria], [ TO ([ IN ([ sala]))]) ] ]
Event Thing Path Place Thing

```

"Percorrer" lexicaliza, no mesmo sentido, um caminho VIA

(207) Maria percorreu a cidade

```

[ GO ([ Maria], [ VIA ([ cidade])) ] ]
Event Thing Path Thing

```

e "penetrar" lexicaliza não somente um caminho TO e uma função de lugar IN, mas ainda um caminho VIA, que lhe dá o seu caráter extensional:

(208) A sonda penetrou no solo (arenoso)

```

[ GO ([ sonda], [ TO ([ IN ([ solo])) ] ] ) ]
Event Thing Path Place Thing
[ GO ([ sonda], [ VIA ([ solo]) ] ) ]
Event Thing Path Thing

```

Com verbos como "a arelar", "amenizar", pode-se falar, um pouco impropriamente, em incorporação do predicado (além de, na notação localística) a incorporação de um caminho complexo (que "vai" do "não-amarelo" ao "amarelo"). Interessam-me mais, porém, os diferentes casos de incorporação de argumentos. Vou simplesmente tipificá-los e exemplificá-los aqui.

Um dos procedimentos mais usuais para distinguir os casos de

incorporação dos argumentos é a utilização, como critério, da função temática que lhe é associada. Bogacki (1988) critica essa tendência alegando que se deveria proceder mediante uma descrição a partir de predicados primitivos. Mas ele não se dá conta de que construir os esquemas relacionais primitivos ao nível da teoria (como vimos em Jackendoff) permite derivar comodamente as mesmas funções temáticas. Quero dizer: relações e funções são termos correlatos e não há por que excluir umas em favor de outras ao nível puramente descritivo. E, na verdade, ele se serve das funções temáticas (quando fala em "objeto" incorporado, "localizador" incorporado, "objeto localizado" incorporado, etc.).

Outros autores, como Bendix (1970) e Gari-Prieur, em sua tese de doutorado de 1977, que cito a partir de Bogacki, se utilizam, em uma linha distribucional, de algumas paráfrases construídas com alguns "verbos básicos" - FAZER, DAR, POR, ... - associadas ou não à indicação das funções temáticas. Procederei desta forma com intuito puramente descritivo, arrolando alguns dos principais esquemas parafrásticos, exemplificando-os.

Um dos grupos mais numerosos é o de verbos que incorporam o instrumento; eles têm aproximadamente o sentido de (209), e se exemplifica com verbos como "alfinetar", "martelar", "pincelar".

(209) FAZER O QUE SE FAZ com X [instrumento] (sobre) Y

Com o mesmo valor ativo, mas bem mais raros, são os verbos cujo elemento incorporado desempenha a função de resultativo, como "embolorar", "manchar", "pigmentar", correspondendo a paráfrase:

(210) FAZER APARECER X [resultativo] em Y

ou ainda verbos que incorporam o modelo do agentivo como "bacharelar", "macaquear", com um sentido aproximado de

(211) FAZER COMO X FAZ

Sobre estes últimos verbos vale a pena antecipar uma observação. Quase todos os autores que tratam da lexicalização de argumentos se referem à raridade, quando não à inexistência, de incorporação dos agentivos (e da causa). Bogacki considera que verbos semelhantes, em francês, (como "singer": macaquear) e "annonner": ler mal como leria um asno) são exemplos de incorporação do agentivo. Entretanto, há duas razões para não segui-lo. Esses verbos, ao contrário dos demais, nunca permitem a redução do argumento agentivo explícito na estrutura da oração. Comparem-se (212) e (213). No primeiro par, ambas as orações retomam o argumento incorporado em um argumento explícito, o primeiro funcionando como um "modelo" do segundo:

(212) a - O malvado espetou o garoto com a tesoura
b - O palhaço macaqueava (imitava) todo mundo

mas, se é possível (e até o caso habitual) reduzir o instrumento redundante (fazendo valer "espeto" como um instrumento), já não é possível (no sentido relevante de (212-b) reduzir o agentivo considerando-o identificável pelo argumento incorporado "macaco":

(213) a - O malvado espetou o garoto
b - * Macaqueava todo mundo

Vou por isso rejeitar a possibilidade de incorporação do agentivo, tratando esses casos como incorporação do modo ou "modelo".

Dentre os verbos que incorporam relações locativas ou de caminho, considerem-se os que correspondem à paráfrase

(214) POR X [paciente] em Y

que lexicalizam a "substância" ou o objeto colocado em um determinado lugar ("aromatizar", "empapelar", "etiquetar", etc.); os que respondem a

(215) FDR Y em X [locativo]

como "aprisionar", "arquivar", "armazenar", "engarrafar", etc. A maioria desses verbos se aproxima muito dos instrumentais, na medida em que a interpretação do processo que incide sobre o elemento incorporado inclui "manipulação". Outros, poderiam ser parafraseados com um valor dativo, como "asilar" (dar asilo a), "abrigar" (dar abrigo a), etc.

Alguns poucos incorporam lugares, mas em uma relação de caminho (geralmente Path TO, ou direção):

(216) a - IR a X (lugar "para onde")

como "alunizar", "aterriçar", "adentrar".

Dentre os chamados verbos "dativos", ou seja, verbos que podem descrever-se com "dar", considerem-se

(217) DAR X [paciente] a Y

como "alertar", "alimentar", "apoiar", "socorrer", etc.

Há outros grupos menores que não pretendo arrolar. Para concluir, faço algumas observações de caráter geral. Há razões para considerar que se tem usado o termo "argumentos incorporados" com abuso de linguagem: são, na verdade, não argumentais em um sentido mais técnico. Uma delas decorre da observação de que os elementos incorporados não possuem nunca uma função referencial. De um certo modo, expressam uma "qualificação" da ação ou processo expressos pelo verbo e, nesse sentido, possuem um valor adverbial. Em outros termos, modifica-se o verbo caracterizando-o por uma relação temática interna. Uma consequência disso é que a

incorporação desses "quasi-argumentos" não absorve nem bloqueia a atribuição da mesma função temática a um argumento lexicalizado, como já observei quando me referi à incorporação do agentivo. No caso de haver esse argumento redundantemente retomado na estrutura sintática, o elemento incorporado pode interpretar-se com um valor genérico de que o argumento explícito é uma variedade (Bogacki, 1988):

- (218) a - Eu besuntei as peças com graxa
 b - O garoto manchou a camisa nova com borrões de tinta
 c - O general aquartelou a tropa no quartel da vila
 d - Não se engarrafa o vinho em vidro de remédio

ou o elemento incorporado se interpreta como um modelo

- (219) a - O malvado espetou o garoto com a ponta da tesoura
 b - Vou engaiolar o bem-te-vi em uma caixinha furada
 c - O vendeiro enrolhou as garrafas com papel enrolado
 d - O general acampou as tropas na praça da cidade

Uma das consequências desse caráter dos "argumentos" incorporados (e agora com aspas) é o fenômeno comum nas composições e derivações lexicais de uma transposição ou suplemento de sentido que os distanciam, às vezes muito, do sentido do item lexical correspondente.

Seguindo uma idéia de que a descrição lexical deve servir-se dos mesmos esquemas relacionais com que se representa a estrutura semântica da oração (implícita em todas as teorias que adotam a "decomposição" do item), adoto uma notação em que os elementos incorporados se situam dentro dos limites "<" e ">", com que represento um item. Assim, "martelar" e "manchar" seriam representados por

- (220) <USE <martelar>>
 <RES <manchar>>

entrando na representação de orações como

(221) O menino martelou o dedo

[ACT (AFET (USE (martelar))) (dedo) (menino)]

(222) O Andrezinho manchou a camisa

CAUSE [AFET (RES (manchar)) (camisa)] (andrezinho)

[ACT]

Síntese das definições de funções temáticas na gramática de casos

	Fillmore (1968)	Fillmore (1971)	Chafe (1970)	Cook (1979)
AGENTIVO	Tipicamente animado, tomado como instigador da causa principal de uma ação.	Instigador de uma ação: a causa principal de um evento, excluindo forças naturais	Algo que realiza a ação. Inclui animados, forças naturais e inanimados.	Iniciador de uma atividade: causador da ação ou estímulo (animado, inanimado ou força natural).
EXPERIENCIADOR		Experenciador de um estado mental ou psicológico. (Absorve o DATIVO de Fillmore 68, exceto o caso de transferência de propriedade e mudança de estado.	Dá conta do caso dativo: estado psicológico ou de cognição. Exclui-se a transferência ou de propriedade	Especifica a pessoa que passa por uma mudança de estado psicológico ou estado mental.
INSTRUMENTO	Força inanimada ou objeto casualmente envolvido na ação ou estado.	Causa imediata dos eventos, o estímulo de eventos psicológicos; inclui forças naturais.	Objeto usado pelo agente para realizar as ações. Exclui força motivadora, causa, instigador ativo.	
OBJETIVO	Caso semanticamente neutro, restrito a indivíduos animados ou não afetados pela ação ou estado.	Entidade movida, ou que passa por uma mudança de estado. O conteúdo de uma experiência psicológica. Caso neutro.	(Chamado PACIENTE): o que está em determinado estado ou tem alterado estado ou condição	O mesmo que tema em Gruber: objeto em movimento ou locado. Absorve o paciente de Chafe e objetivo de Fillmore.
BENEFICIÁRIO	(Chamado DATIVO): elemento animado, interessado no resultado do estado ou ação		Quem se beneficia com o que se comunica na frase, incluindo posse e transferência de propriedade.	(Chamado BENEFATIVO): definido como em Chafe.
FACTITIVO	O objeto criado pela ação e o que resulta como parte do sentido do verbo.		(Chamado COMPLEMENTO): O resultado da ação, incorporado ao verbo (ajudar > ajuda)	Variação do caso objetivo porque em distribuição complementar com o objeto afetado.
LOCATIVO	Identifica a localização ou orientação espacial de um estado ou ação.	A localização de um objeto; limitado a locativos estativos.	A localização de um objeto.	A localização de um objeto
FONTE		Origem de um movimento processo ou de curso no tempo ou da mudança de propriedade ou estado. Absorve BENEFICIÁRIO.		
META		Termo final de um movimento ou processo. Absorve o FACTITIVO.		
TEMPO		Período ou ponto no tempo em que ocorre o evento.		Época ou período de tempo em que o evento ocorre.

Quadro 11

Classificação de verbos, no modelo matricial de Cook:

Características	Experiencial	Benefactivo	Locativo	Temporal
Definição	Expressam eventos psicológicos de sensação, emoção, cognição e experienciamento de uma comunicação.	Expressam posse ou obtenção ou perda, ao referir-se a transferência de propriedade.	Expressam localização ou mudança de lugar.	Expressam predicções de tempo.
ESTADO	+ [- E, D (estat.)] Ex.: João ouviu a explosão.	+ [- B, D (estat.)] Ex.: João tem uma casa	+ [- D (estat.), L] Ex.: Maria mora no Rio	+ [- D (estat.), T] Ex.: O vinho data de 1975
variação na estrutura de caso	+ [- E, D ₁] Ex.: Maria está angustiada. + [- X, Y ₁] denota duas funções com o mesmo elemento exponenciador.	+ [- D ₁ , B] Ex.: A casa pertence a João.	+ [- L, D ₁] Ex.: A caixa contém canetas.	
PROCESSO	+ [- E, D] Ex.: João sonhou coisas terríveis	+ [- B, D] Ex.: Maria recebeu flores.	+ [- D, L] Ex.: A bola rolou barranco abaixo.	+ [- D, T] Ex.: A trégua durou trinta anos.
variação na estrutura de caso	+ [- D, E] Ex.: O sonho perturba o menino.		+ [- L, D] Ex.: O rio acumulou sujeira.	
AÇÃO	+ [- A, E, D] Ex.: João ensinou o menino em gramática	+ [- A, B, D] Ex.: John gave Mary a book	+ [- A, D, L] Ex.: João levou a bola para casa.	+ [- A, D ₁ , T] Ex.: The president spent his weekend.
variação da estrutura de caso	+ [- A, E ₁ , D] Ex.: Maria olhou a paisagem. (olhar = ativo, diferente de "ver")	+ [- A, B ₁ , D] Ex.: João achou o que procurava	+ [- A, D, L ₁] Ex.: João engarrafou o vinho (L ₁ indica um caso lexicalizado no verbo.)	+ [- A, D ₁ , T ₁] Ex.: The president week-ended (in Acapulco)
	+ [- A, D ₁ , E] Ex.: Maria aborrece João	+ [- A, B, D ₁] Ex.: João alimentou o gato	+ [- A, D ₁ , L] Ex.: Maria se mandou pra escola.	

Capítulo 4

A CORRELAÇÃO ENTRE ERGATIVAS E CAUSATIVAS

Condições semânticas, lexicais e sintáticas

Neste capítulo, proporei algumas soluções para as questões que levantei a respeito das construções ergativas e de sua correlação com as causativas. O meu problema pode ser sintetizado do seguinte modo:

- ao justificar a adoção de um processo de atribuição das funções temáticas em um sistema como o de Fukui (1986), acompanhando as sugestões de Franchi (1987) sobre a natureza do princípio da projeção estendida, distanciei-me dos elementos teóricos e de análise que sustentam a hipótese de Burzio e aspectos substantiais das hipóteses concorrentes para explicar essas construções.

Lembremo-nos, revendo o item 2.2 no que diz respeito às propostas de Burzio, de que esse autor propõe:

a - que as orações intransitivas se distingam das ergativas pelo fato de que aquelas têm o seu argumento engendrado na posição de sujeito, sendo eventualmente movido, por adjunção a V', para uma posição pós-verbal, enquanto as ergativas têm o seu argumento engendrado na posição de objeto direto, sendo movido para a posição de sujeito.

b - que a correlação entre os verbos causativos e ergativos decorra de uma detematização daqueles (a regra (69)), tornando equivalente a projeção da rede temática de uns e outros;

c - que a motivação da transformação de alçamento à posição de sujeito é motivada pela generalização (70), em última instância pela teoria dos casos.

Minhas questões: quanto a (a), como distinguir as duas construções em uma teoria em que todos os argumentos se engendram sob a projeção de V'/? Quanto a (b) e (c), interdependentes, tendo rejeitado a generalização de Burzio, com base em Rothstein, Everett e os exemplos discuti, como explicar a correlação entre as ergativas e causativas?

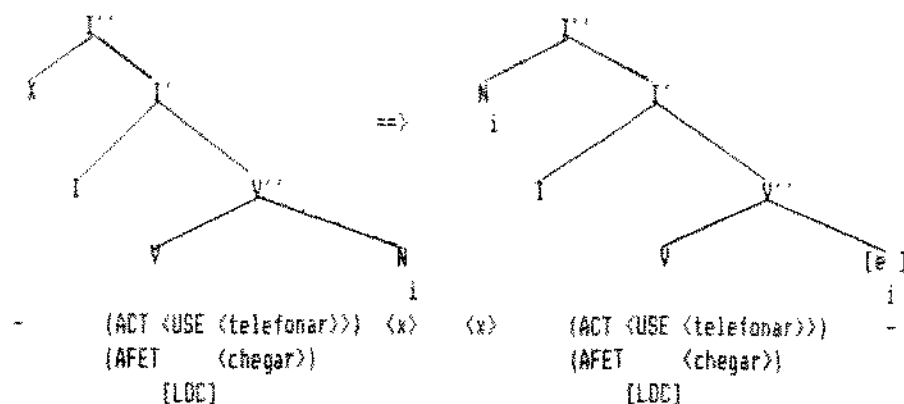
A hipótese de que me sirvo é a de que tal distinção já se deve fazer no plano da representação temática. As propriedades sintáticas das orações, bem como as possibilidades de causativização ou decausativização devem ser projeções ou consequências dessa representação. No caso do exemplo clássico de Burzio, contrapondo "telefonar" a "chegar", observe-se que o primeiro tem seu sentido especificado por uma relação ACT, determinando uma função temática agentiva, inclusive porque incorpora um instrumento; o segundo, ao contrário, teria em Jackendoff uma descrição pelo meta-predicado GO, determinando um tema; Cook o trataria como um verbo que possui eventualmente um agente, mas associado ao mesmo argumento objetivo, sendo caracterizado no léxico pelo traço [__ (*A), 0]/ A=0. Na notação que venho utilizando, os dois verbos se contraporiam nas representações:

- (223) a - [ACT <Use<telefonar>>] <x>
 b - TO [(AFET <chegar>) <x>] <y>
 [LOC]

A projeção sintática dessas representações teria, no aspecto relevante, uma estrutura profunda semelhante; como se dispõe de um único argumento específico, este se desloca para a posição de sujeito pelo princípio da projeção estendida, produzindo estruturas sintáticas superficiais, outra vez indistintas, salvo pela

diátese dos verbos envolvidos:

(224)



É necessário, portanto, mostrar que as propriedades dessas construções são, de fato, sensíveis às estruturas temáticas envolvidas. Em um certo sentido, a correlação em estudo dependeria menos da sintaxe e mais da semântica dos verbos em questão, para não dizer "do conhecimento do mundo". Seria como aceitar as observações de Jo Napoli (1988), citando Guerssel (1986), de que a possibilidade de uma alternativa ergativa resultaria da estrutura conceitual primitiva das entradas lexicais, que representa informações pré-lexicais, talvez mesmo pré-linguísticas (Hale e Keyser, 1987) em relação aos processos e entidades em jogo.

Lembre-se, entretanto, de que venho trabalhando com a hipótese de uma representação semântica autônoma e, portanto, devo buscar nesse componente algumas condições e princípios gerais que expliquem, pelo menos em parte, os fatos observados na gramática do português, envolvendo a correlação entre as ergativas e causativas. Em outros termos, as condições semânticas dos processos de causativização e de decausativização [*].

* Desde logo quero advertir de que os termos "causativização" e "decausativização" estão sendo usados para distinguir uma relação estabelecida principalmente no léxico e um processo sintático peculiar do português, ambos relacionados a certas propriedades da representação semântica. E s

termos descritivos não devem ser tomados, como sugerem, como implicando qualquer precedência histórica de uma forma sobre outra. Por exemplo, não quero fazer supor que todas as formas intransitivas seriam de algum modo "primitivas" em relação às "transitivas". Há casos mais óbvios de um processo de transitivização em curso ou em extensão no português, como o emprego excepcional de "doer", "suar" em exemplos já vistos como:

i - Essa escova... dói a cabeça (#)

ii- A bicicleta soa (sua) você (#)

e casos de um emprego intransitivo de verbos mais tipicamente transitivos, como

iii - Cuidado que o papel está mastigando na máquina (#)

iv - A Fátima funcionou o mimeógrafo ontem? (#)

Mas não pretendo parar nessas condições semânticas. Tentarei ver como os princípios gerais nesse nível interagem com as propriedades e princípios do léxico e com as propriedades e princípios da sintaxe, convergindo todos para uma explicação mais geral das estruturas consideradas. Estou querendo dizer que não basta remeter para um determinado componente a resposta a uma questão, já que os princípios de diferentes componentes e módulos se articulam dialeticamente na construção das expressões gramaticais e significativas das línguas naturais (Franchi, 1987).

Situo-me, assim, em um quadro de preocupações que, por um lado, incorpora o avanço formal da Gramática Gerativa e, por outro lado, quanto ao modo de fazer teoria, se incorpora na tradição dessa gramática: na busca de princípios abstratos e na adoção de um procedimento derivacional que resulta da correlação formal desses princípios.

No primeiro parágrafo deste capítulo, exporei a hipótese geral que proponho, somente exemplificando cada passo do processo explicativo. No segundo e terceiro parágrafos, examinarei os resultados da aplicação dessa hipótese sobre classes de verbos do português, sem preocupação de exaustividade. Em um último parágrafo, tratarei as questões correlatas como o problema das cons-

truções com o clítico "se".

4.1 - Hipóteses explicativas.

Em linhas gerais, proponho que certas condições semânticas, em termos de representação temática dos enunciados, determinam a possibilidade ou não da correlação entre ergativas e causativas. Particularmente, excluem dessa correlação, uma certa classe de representações. Entretanto, as propriedades do léxico, particularmente a diátese específica que caracteriza um item verbal, estabelecem condições suplementares: certas construções, em princípio possíveis, no que diz respeito às relações temáticas envolvidas, são excluídas por razões mais internas ao léxico da língua considerada. Finalmente, diferentes manifestações dessas estruturas em expressões da língua, dependem de princípios gerais da sintaxe. De um modo particular, devem-se considerar as consequências do princípio de projeção e do princípio da visibilidade, além de recursos expressivos próprios a cada língua para marcar uma alteração da diátese verbal.

4.1.1 -

No plano semântico, as construções ergativas se caracterizam pela representação semântica (225), envolvendo a relação AFET, que expressa processos:

(225) Y ...[(AFET <x>) <y>] ...<z>

em que "Y" é uma relação periférica, por exemplo temporal ou locativa. AFET (como vi na p. 100 e sgs.) corresponde ao operador da incoativização que associa estados a processos ou expressa diretamente processos. Exemplifico com a relação DAL (em (226)),

característica de orações descritivas e com a relação ORIENT (em (227), ambas estativas segundo Jackendoff (1983):

(226) a - As águas do Atibaia estão bem baixas (em Sousa)

IN [(QUAL <estar>)] <baixas>] <sousas>

b - As águas do Atibaia baixaram (em Sousa)

IN [(AFET <baixar>)] <águas>] <sousas>
[QUAL]

(227) a - A seta aponta o centro

[ORIENT (TO <apontar>)] <centro> <seta>

b - A seta apontou outra direção
(implicando mudança)

[AFET (TO <apontar>)] <direção> <seta>
[ORIENT]

As construções causativas, no mesmo plano semântico, resultam simplesmente da inclusão de uma relação CAUSE, definida (como vi na p. 103 e segs.) como uma relação que toma um evento como primeiro argumento, sendo periférica em relação a esse evento nuclear. Dada a caracterização das ergativas, a correlação entre estas e as causativas somente se dá quando esse primeiro argumento se constrói com AFET [X]. Processos como os expressos em (226-b) e (227-b), podem entrar em construções mais complexas em que entra a relação CAUSE:

(228) a - As águas do Atibaia baixaram por causa da seca
b - A seca demorada baixou as águas do Atibaia

que, no plano da representação relacional semântica, não se distinguem:

(229) CAUSE [(AFET <baixar>)] <águas>] <seca>
[QUAL]

Esses elementos constituem as condições semânticas fundamentais da relação - estados > processos > causações (ou vice-versa, pois seria difícil falar em uma "orientação" nesse plano abstrato) e da correlação entre as construções ergativas e causativas.

Quero lembrar, porém, a observação já feita (p. 69) de que, embora condição necessária e preliminar, essa não é uma condição suficiente. De fato, em um exemplo como (113), que reproduzo abaixo,

(113) a - Os vinhateiros podavam os brotos das videiras

[CAUSE [(AFET (podar)) (brotos)] (vinhateiros)
[ACT]

o objeto direto em (a), "brotos das videiras" é um objeto afetado; entretanto, a construção intransitiva é agramatical:

(113) b - * Os brotos das videiras podavam

Duas soluções simples estariam à mão. Uma primeira, seria analisar (113-a) como simplesmente ativa, não causativa (ACT (AFET <x>)). Sigo, porém, a análise tradicional dessas orações como causativas, o que reforçará a hipótese que desenvolverei a seguir. Outra solução, seria estipular que as orações com ACT não admitem a ergativização. Isto é verdade, mas prefiro uma solução mais geral, com base no princípio semântico-discursivo da hierarquia das relações temáticas a que me referi nas páginas 19 e 34. Preciso detalhar agora esse princípio.

4.1.2 -

Dois critérios fundamentais presidem a atribuição das funções temáticas a uma ou outra posição sintática. A própria natureza e propriedades semânticas das relações temáticas envolvidas

(princípio da projeção) e um princípio hierárquico que ordena entre si essas relações. Quanto ao primeiro, basta lembrar que a estrutura X-barra reflete diretamente a estrutura relacional semântica, como se expôs em 1.3.

Quanto ao segundo, convém, lembrar que a "promoção à posição de sujeito" ou o alçamento de um argumento à posição de especificador de I', obedece a uma hierarquia, em muitos pontos similar a que propôs Fillmore (1968, 1971). Preciso, porém, retomá-la para compatibilizá-la com as inovações assumidas na teoria das funções temáticas.

Vou estudar essa hierarquia somente para as funções que me serão úteis, deixando abertas algumas questões ainda não bem resolvidas. Seguindo aqui Franchi (1987), distinguirei a hierarquia relativa à posição de sujeito (que Fillmore considera), da hierarquia relativa aos argumentos que permanecem internos à projeção verbal na sintaxe.

Em relação à primeira, considere-se que distingi algumas funções a que chamei específicas determinadas pelas relações ACT, BEN, EXP, AFET, OBJ, RES, LOC, ou sejam, o agente, o beneficiário, o experienciador, o paciente (ou objeto afetado), o objetivo e o resultativo. A hierarquia relativa a essas funções se baseia em um princípio geral relativo à função agentiva:

- (230) Se a estrutura temática de um verbo possui uma função agentiva inerente, o alçamento do argumento agentivo à posição de sujeito, é obrigatório, quando não há marcas sintático-morfológicas de alteração da diátese.

Quando, entretanto, seja por não haver uma relação ACT, seja por detematização (para usar um termo que logo abandonarei) o agente não estiver presente na estrutura temática, o alçamento

para a posição de sujeito toma como alvo funções específicas ou inerentes, o experienciador ou o paciente (esta, determinada pela relação AFET), ou o beneficiário, como em:

(231) a - Maria detesta cachorros

[EXP (OBJ <detestar>)] <cachorros> <maria>

b - O barco virou por causa do vento

CAUSE [(AFET <virar>) barco] vento
[LOC]

c - Maria recebeu a carta

[BEN (OBJ <receber>)] <carta> <maria>

Em (231-a) e em (231-c) o experienciador e o beneficiário ocupam a posição de sujeito, ficando o objetivo na posição de objeto direto. Em (231-b) o paciente ocupa a posição de sujeito (lembrando-se que CAUSE é uma relação periférica ou secundária a que voltarei). Até onde pude observar, os argumentos experienciador, beneficiário, e paciente são complementares, enquanto específicos, nas construções em que entram, quando um deles ocupa a posição de sujeito. Isso talvez se deva ao fato de que as relações BEN e EXP podem compor-se a AFET nas construções de mudança de estado ou de transferência de propriedade. Corresponderiam, assim, a uma mesma função a um nível mais abstrato, sendo vedada sua co-ocorrência pelo princípio das funções temáticas. O beneficiário ocorre, é claro, em construções com o paciente, como um caso não específico e não inerente, correspondendo ao benefactivo (segundo a observação de Franchi que aceitei à página 66):

(232) Pedro quebrou a noz para o filho

CAUSE [BEN (AFET <quebrar> <noz>)] <filho>] <pedro>
[ACT]

Casos em que o objetivo ocupa a posição de sujeito são bem mais raros. Ocorrem em orações descritivas, em que o objetivo (chamado objetivo estativo por Cook) aparece como argumento de QUAL, de direção e extensão, como argumentos de ORIENT e EXT (Jackendoff), e com uns poucos verbos que expressam aspectos de um evento com a exclusão, da perspectiva, das funções de agente, de beneficiário e de experienciador (portanto, construções estativas):

- (233) a - A pintura é nova (lá) em casa
 IN [(QUAL (n) (nova)) (pintura)] (casa)
- b - A estrada vai para o sul
 [TO (ORIENT (ir))] (estrada) (sul)
- c - O livro custou (alguns) cruzados
 [OBJ (VAL (custar))] (cruzados) (livro)

Raros, também, os exemplos em que se poderia falar de um resultativo nessa posição privilegiada. Seria a análise, embora discutível (por se poder tratar de uma relação OBJ), de orações "existenciais" como

- (234) Ocorrem acidentes
 RES (ocorrer) (acidentes)

Devem ter sido observado pelos exemplos acima, que todas as relações de lugar e tempo (aliás, como em Fillmore, 1971) se situam à margem da hierarquia dos argumentos internos, mesmo quando específicas. Resta-me, porém, tratar de duas funções, USE e CAUSE, que apresentam peculiaridades.

Lembre-se que vinculamos a relação USE à relação ACT, seguindo nisso Chafe (1970) (p. 69), ou a decomposição sugerida por Jackendoff (1983) (p. 90). Trata-se, pois, de uma relação depen-

dente que se constrói à margem da hierarquia acima. Por outro lado, CAUSE foi definida como uma relação entre um evento causado e um evento, processo ou estado causadores, mesmo quando este esteja indiciado somente por um argumento individual. CAUSE, embora por outras razões, também escapa à hierarquia acima.

Em ambos os casos, vale o princípio geral (230), dando primazia ao agentivo; mas, em relação às outras funções específicas, USE e CAUSE não se podem colocar na mesma linha hierárquica. Em outros termos, na ausência do agentivo, as funções de causa e de instrumento, alternam na posição de sujeito com o paciente e o experienciador (não tendo eu encontrado exemplos com o beneficiário). Alguns exemplos ilustrarão isto. As representações semânticas de (235) (a), (b), (c), podem ter respectivamente as realizações sintáticas (236), (237) e (238):

(235)

- a - USE (AFET <abrir> <porta>) <chave>
- b - CAUSA (AFET <virar> <barco>) <vento>
- c - CAUSA (AFET <abrir> <porta>) <guarda>
[ACT]

(236)

- a - A porta abriu com a chave
- b - A chave abriu a porta

(237)

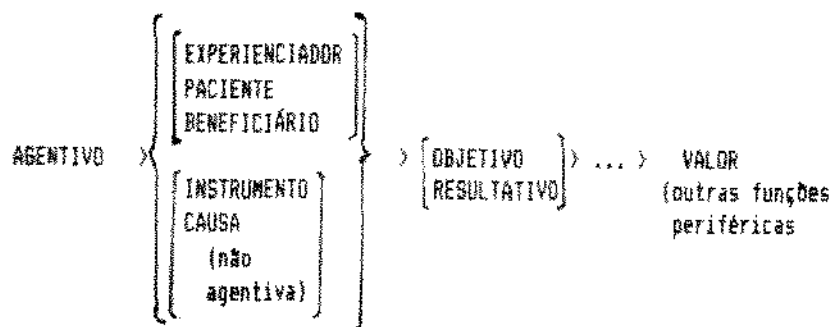
- a - O barco virou com o vento
- b - O vento virou o barco

(238)

- a - O guarda abriu a porta (com a chave)
- b - * A porta abriu pelo guarda (com a chave)

Os aspectos tratados por mim da hierarquia relativa à posição de sujeito (ou sejam, as condições discursivas de construção da perspectiva do evento com base na posição de especificador de I'), podem ser resumidos em

(239)



Chamarei a função temática que possui a primazia, em uma determinada estrutura, para o alçamento à posição de especificador de I'', de função temática primária.

Em relação aos argumentos internos, basta dizer que de um modo geral, se houver uma função inerente determinada pela relação AFET [X], esta se realiza na posição de objeto direto, salvo especificação em contrário no léxico (casos idiossincráticos) e marcas sintático-morfológicas de alteração da diátese verbal.

Entretanto, na posição nuclear e não nuclear, os argumentos alternam, embora em classes pequenas de verbos. Pode-se observar isso nos exemplos abaixo em que, na relação nuclear se encontra o objetivo, o beneficiário, e mesmo uma relação locativa:

- (240)
- a - O turista perguntou muitas coisas ao guia
 - b - O juiz interrogou o réu a respeito dos fatos
 - c - O assaltante invadiu os apartamentos
 - d - A via D. Pedro rodeia a cidade

De um modo geral, os princípios se sustentam e correspondem a uma antiga intuição de que, em línguas como o português, a posição do sujeito é reservada ao agentivo e a posição de objeto ao paciente (salvo explicitas indicações em contrário).

Posso, agora, definir com mais precisão o que ocorre nos casos de correlação entre ergativas e causativas. Um primeiro fato é que as relações não inerentes e periféricas (no sentido

semântico acima, como não incluídas na diátese especificadora do verbo) não são abrangidas pelo princípio da projeção que, como vi na introdução, se refere exclusivamente às funções inerentes ou específicas. Traduzo isto em um princípio geral, formulado como:

- (241) A não ser que seja especificado de algum modo em contrário, todas as funções temáticas periféricas podem deixar de ser saturadas, na sintaxe, em sintagmas nominais explícitos [*]. Todas as relações temáticas adicionadas à estrutura semântica da construção além, das determinadas pela diátese interna do verbo, são periféricas.

‡ Borer e Wexler formularam um princípio que possui alguma semelhança com este, embora em um quadro teórico em que o argumento externo (especificador de I') já aparece preenchido, na estrutura profunda, por um sintagma nominal-sujeito. Nesse sentido, os autores se referem a um argumento externo no sentido de Williams, na sintaxe:

"Unless otherwise specified, all arguments or Theta-roles which are added or deleted by a morphological operation are external. All added arguments are of the type 'agent'. (Borer e Wexler, 1987)

Para ilustrar esse princípio, no que diz respeito ao processo de "decausativização", considerem-se as orações abaixo em que a não explicitação do causador não se distingue da não explicitação de outras funções periféricas, inespecíficas:

- (242) a - A umidade embolorou as roupas no quintal em dias
b - As roupas emboloraram pela umidade, no quintal, em poucos dias

VIA [IN [CAUSE [(AFET <embolorar>) <roupa>] <umidade>] <quintal>] <dias>
<t> <l> [QUAL]

- c - A umidade embolorou as roupas no quintal
d - As roupas emboloraram pela umidade no quintal

IN [CAUSE [(AFET <embolorar>) <roupa>] <umidade>] <quintal>
<t> [QUAL]

- e - A umidade embolorou as roupas
f - As roupas emboloraram por causa da umidade

CAUSE [(AFET <embolorar>) <roupas>] <umidade>
[QUAL]

- g - As roupas emboloraram

(AFET <embolorar>) <roupas>

As alternativas a/b, c/d, e/f decorrem da alternativa estabelecida na hierarquia proposta para a promoção, no caso, seja do causador, seja do objeto afetado. O estudo da projeção sintática, sob o princípio da visibilidade, acrescentará em breve os detalhes destas construções.

O mesmo se verifica nos processos de "causativização" e inclusão de outros argumentos periféricos (como o benefactivo). Os exemplos abaixo podem ser comparados com os de (242):

(243) a - A cabeça doeu

OBJ <AFET <doer>> <cabeça>
[EXP]

b - Essa escova dói a cabeça (#)

CAUSE [OBJ <AFET <doer>> <cabeça>] <escova>
[EXP]

c - Me dói a cabeça

BEN [OBJ <AFET <doer>> <cabeça>] <eu>
[EXP]

d - Essa escova me dói a cabeça

CAUSE [BEN [OBJ <AFET <doer>> <cabeça>] <eu>] <escova>
[EXP]

O verbo "doer", tipicamente intransitivo, expressa um estado relativamente a um objetivo (parte do corpo humano) embora lexicalizando uma relação AFET [EXP]. Os exemplos (b) e (c) correspondem a expansões em que se adicionam, em um caso, a causa e, em outro, o benefactivo. Em (d), a expansão inclui ambas as relações.

Os processos de causativização e de decausativização não violam o princípio da projeção, tal como formulado, porque decorrem de princípios gerais que presidem a organização da represen-

tação semântica, tratada autonomamente nesta dissertação. Entretanto, deve-se precisar o que significa a expressão em (241): "a não ser que seja especificado de algum modo em contrário".

4.1.3 -

De acordo com a proposta acima, é desnecessário falar em detematização, o que, na verdade, não ocorre. Se se trata efetivamente da relação periférica CAUSE, o princípio geral (241) é suficiente. E quando a relação for ACT ou CAUSE [ACT], como no caso do exemplo (113) retomado acima?

A idéia de uma correlação entre uma oração transitivo-ativa e uma oração ergativa é só aparente. Lembre-se, inicialmente, o que foi dito na página 63, quando distingui claramente as relações CAUSE e ACT. Também, na página 105, acrescentei, com base em argumentos que me parecem sólidos, que a primeira não implica a segunda. Assim, CAUSE [ACT] é uma possibilidade entre outras composições de relação em que entra CAUSE.

Por outro lado, o princípio da hierarquia das relações temáticas, visto em 4.1.2, e o princípio (230) estabelecem que, na presença de um agentivo, a promoção deste à posição de especificador de I' se torna obrigatória. Por isso, não é possível construir uma ergativa com um agentivo periférico: porque, sendo o evento causador interpretado como uma ação, e existindo, consequentemente, na estrutura semântica, uma relação ACT, a perspectiva agentivo-ativa se impõe. Quando se diz "os galhos quebraram", na forma ergativa, já se supõe que a causa eventual exclui qualquer elemento agentivo da perspectiva do discurso.

Por isso, são agramaticais exemplos como (75), que retomo:

(75) b - * O barco virou pelo pescador

e mesmo orações em que uma diátese ativa, orientando-se a perspectiva para o agentivo, decorra de processos composicionais (p. 99) em que a função temática é determinada menos pelo verbo e mais pela expressão adverbial modificadora do verbo ou pela presença de um beneficiário ou de um propósito.

(76) a - * O barco virou intencionalmente

b - * A porta abriu por gosto

c - * O fogo apagou para a cozinheira

d - * A cadeira quebrou para o uso das peças em uma fogueira

Esse privilégio da função agentiva, impede o emprego de verbos em construções ergativas quando, por alguma razão, sua diátese possui uma orientação para o agentivo. Um primeiro grupo desses verbos corresponde ao daqueles que, por expressarem ações típicas de elementos humanos, ou pelo menos animados, incluem a relação ACT que seleciona essa categoria: os de atividades tais como "mastigar", "manipular", "olhar", "apalpar", etc.; os que expressam atos de fala, como os verbos de "dizer". Dentre estes destaquem-se os verbos que, por incorporarem o "instrumento" também implicam uma diátese ativa.

De um modo semelhante, se excluem todos os verbos que incluem uma relação BEN (ou AFET [POS]), independentemente de que esta se realize na posição de sujeito ("receber", "ganhar", "aproveitar", etc.) ou se realize na posição de objeto indireto ("dar", "oferecer", "entregar"), ou ainda se realize como nuclear ("ajudar", "auxiliar", "abençoar" etc.).

Estas observações me obrigam a examinar o papel do léxico no quadro geral de minha hipótese.

4.1.4 -

O léxico atual de uma língua natural (que, de certo modo, fixa os "usos" habituais dos itens lexicais) especializa os itens verbais para expressar uma diátese determinada e, pois, determinadas perspectivas. Desse modo, o léxico é mediador, um filtro, entre as inúmeras representações semânticas possíveis, selecionando projeções sintáticas determinadas. Justifica-se, na Gramática Gerativa, centrada na sintaxe, que a descrição do léxico tenha tido precedência sobre o estudo autônomo das representações semânticas.

No plano lexical, específico ao português, as formas verbais que expressam processos, isto é, manifestam uma diátese do tipo [(AFET <x>) <y>], empregam-se em construções causativas para manifestar uma diátese do tipo {CAUSE [(AFET <x>) <y>] <z>}. Eu vou tomar esta situação como a regra geral do português [*]. Em outros termos, poderia dizer que, no português, há um processo derivacional (no sentido em que a gramática tradicional fala de "derivação imprópria" como uma mudança no valor categorial ou funcional de uma mesma forma lexical) que associa dois diferentes empregos da mesma forma lexical, um deles em contextos semânticos que incluem a relação CAUSE (AFET) e outro limitando-se à relação AFET.

* Em muitas outras línguas, o processo é marcado gramatical e morfologicamente, havendo regras produtivas de "causativização" de radicais verbais ergativos e de "decausativização" de causativos. A tradução de orações do português como

- i - Bill morreu
- ii - John matou Bill
- daria, em turco
- iii- Bill öldü
- iv - John Bill-i öldürdü

em que o infixo '-dör-' (sujeito a harmonia vocálica) converte o intransitivo-ergativo 'öl' (morrer) em um tema transitivo-causativo 'öl-dör-' ('-dör' sendo a marca do passado) (Lyons, 1968).

Enquanto lexical, esse processo está sujeito a certas condições restritivas exteriores. Por exemplo, a utilização indiferente de uma forma como ergativa ou causativa, está sujeita a algo similar ao que Aronoff (1976, p. 43) chama de "bloqueio". Bloqueio, em termos mais estritos, é a não ocorrência de uma forma derivada, devida à simples existência de outro item em que se lexicalize a variação de sentido que a forma derivada está a destinada a expressar. A ocorrência paradigmática de uma forma verbal causativa incluída no léxico em contraposição a uma forma ergativa é motivo suficiente para, por um lado, bloquear a produtividade do emprego, em português, de um intransitivo como transitivo e vice-versa. Por isso, um certo grupo de verbos (tirar/sair, introduzir/entrar, trazer/vir, procurar/achar, etc.) se especializam lexicalmente na manifestação da causação em oposição ao processo. São normalmente consideradas "agramaticais" ou pelo menos "estranhas", orações como

- (244) a - ?? O diretor entrou todos os convidados no salão de festas
 b - ?? Os guardas da rainha saíram os intrusos do castelo

Na verdade, nada impediria, do ponto de vista semântico ou lógico, nem do ponto de vista sintático, construções como as que se encontram nos dados de aquisição de Attié-Figueira:

- (245) a - Olha, tirou o meu imalte (esmalte) [tirar/sair]
 b - Quem saiu esse esmalte do dedo? [sair/tirar]

e inúmeros outros que tenho anotado:

- (246) a - Eu vou sair o carro da garagem (#)
 b - Por que você não entra seu filho aqui? (#)
 c - Eu tou achando o "tchico" (um bichinho de pelúcia) pra você (#)
 b - Para completar, a empregada veio a filha dela hoje aqui (#)

e outros anotados por Bittencourt (1979) na fala mineira.

Esses exemplos mostram que a restrição lexical a que chamamos "bloqueio" não possui o mesmo caráter decisivo de condições de representação semântica e sintática, permitindo mais facilmente "violações". Em outros termos, expressam uma tendência, mesmo que forte, e não um princípio geral de natureza obrigatória. Observe-se que, na maioria dos exemplos acima, trata-se de verbos habitualmente intransitivos, expressando uma relação ((AFET <x>) <y>), construídos de acordo com a generalização que propus como causativos; um dos exemplos, um causativo construído como ergativo. A mal sentida anomalia tem a ver somente com o bloqueio de caráter lexical.

Borer e Wexler (1987), referindo-se a dados da aquisição, também observam que orações como

- (247) a - John giggled the doll (João riu a boneca)
b - Mary vanished the mouse (Maria desapareceu o rato)

são acessíveis aos adultos, ou seja, eles sabem o que significam, ao contrário de orações como

- (248) a - The cake eats (O bolo come)
b - The mouse banished (O rato desterrou)

que não são. Para eles isso indica que um resíduo de uma aplicação marcada (isto é, a construção causativa com um verbo intransitivo-ergativo) está de fato presente na gramática do adulto: embora altamente marcadas, as construções de (247) não são agramaticais.

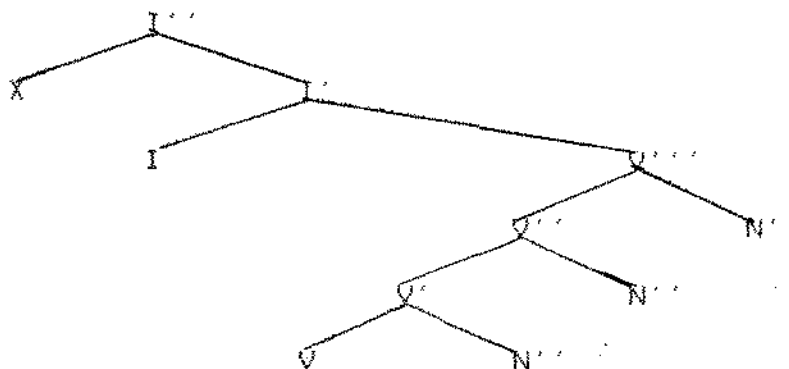
Eu diria que, no caso de (247), está em jogo somente um "bloqueio" de caráter lexical e, pois, mais facilmente superável. Ao contrário, em (248), estão em jogo regras mais gerais, particularmente a primazia da orientação agentiva de atividades tipi-

camente humanas ou que, no mínimo, selecionam uma categoria [+animado], o que torna a anomalia uma violação de princípios que presidem à representação semântica da gramática.

4.1.5 -

Vou, agora, estudar os problemas relativos à projeção sintática dessas estruturas relacionais. Assuma-se a hipótese de Fukui, com a modificação sugerida por Franchi (como fiz nas páginas 11 e sgs.). Neste caso uma estrutura sintática com vários argumentos teria a forma [*], na estrutura profunda:

(249)



* Na verdade, Fukui adota um sistema X-barra em que a projeção máxima é sempre X'', quando se realiza o especificador. Ela admite um número indefinido de categorias intermediárias (de zero a n) entre a projeção máxima e o núcleo da categoria-tipo. Não discutirei esse sistema, por ter usado o texto de Fukui somente para o problema da atribuição das funções temáticas.

A posição de especificador de I'' será preenchida como parte do processo de situar o evento descrito em uma determinada perspectiva discursiva. Assuma-se, ainda, que as funções temáticas são atribuídas pelo verbo ou, composicionalmente, pela projeção verbal ao sintagma nominal "irmão", saturando todas as funções temáticas determinadas pelas relações que compõem a diátese do verbo. Como vi, a atribuição de uma ou outra função temática a

uma ou outra posição sintática depende do princípio da projeção, e do princípio hierárquico que ordena entre si essas relações.

Para examinar esse processo, retomemos os exemplos

- (236) a - A chave abriu a porta
b - A porta abriu com a chave

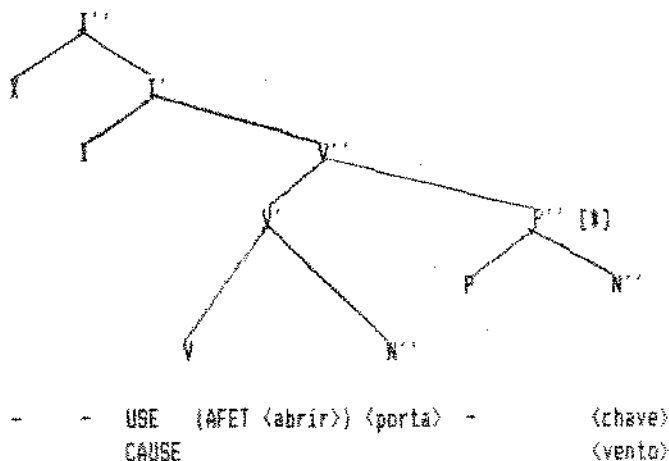
USE [(AFET <abrir>) <porta>] <chave>
[SIT]

- (237) a - O vento abriu a porta
b - A porta abriu com o vento

CAUSE [(AFET <abrir>) <porta>] <vento>
[SIT]

Em primeiro lugar, observe-se que a representação semântica é a mesma para (a) e (b). Temos em ambos os casos uma relação nuclear ((AFET <x>) <y>) e uma relação periférica CAUSE [...] <x> ou USE [...] <x>. Portanto, sua estrutura profunda é:

(250)



* Franchi sugere que as preposições resultem de um processo de inserção, dependendo da natureza da função temática atribuída e como consequência do princípio da visibilidade. Ele distingue certas preposições que especificam menos a relação ("vazias") como o "de" que pode expressar:

- i - agente: A crítica de Chomsky (a Fillmore)
- ii - paciente: A morte do gado
- iii - atributo: Casa de grande beleza
- iv - possuidor: Livro de Maria, etc.

de preposições que atribuem funções temáticas específicas como "através de", "contra", "durante", etc. As primeiras simplesmente transmitem (tornam visíveis) uma função temática atribuída pelo verbo (ou outra expressão "predicativa") e seriam inseridas na ES. As segundas seriam periféricas e engendradas na base. Não vou entrar nessa questão.

As construções alternativas (a) e (b) decorrem exclusivamente da hierarquia das relações que seleciona o argumento a ser "promovido" à posição de sujeito. Por ela, o causador, o instrumento, o paciente, na ausência do agentivo, podem um ou outro ser alçado à posição de especificador de I'':

(251)

a - [<porta> [I [[USE (AFET <abrir>) e] [P [<chave>]]]]]
 I'' i I' V'' [SIT] i P''

b - [<porta> [I [[CAUSE (AFET <abrir>) [e] [P [<vento>]]]]]
 I'' i I' V'' [SIT] i P''

c - [<chave> [I [[USE (AFET <abrir>) [<porta>]] [e]]]]
 I'' i I' V'' [SIT] N'' N'' i

d - [<vento> [I [[CAUSE (AFET <abrir>) [<porta>]] [e]]]]
 I'' i I' V'' [SIT] N'' N'' i

As duas primeiras, (251-a e b), representam a perspectiva das construções ergativas - uma diátese ergativa -, em que o argumento nuclear, determinado por AFET, é alçado para a posição de sujeito. Ai recebe o caso nominativo. Recorde-se que essa transformação já não se motiva pela generalização de Burzio, ou seja pela teoria dos casos, mas pelo princípio da projeção estendida como sugere Everett (p.56) e pela versão de Franchi (p.18). A terceira, (251-c) representa uma diátese instrumental e a quarta, (251-d) uma diátese causativa.

A projeção da representação semântica sobre essas estruturas sintáticas não deixa de ser mediada pelo léxico. Em 4.1.4, assumi uma regra lexical pela qual um item verbal ergativo está associado a um item causativo (salvo a interveniência de outros princípios, como o da primazia do agentivo, no plano semântico-discursivo, e um eventual "bloqueio" no sentido de Aronoff) :

(252) (AFET <x>) <y> <---> CAUSE [(AFET <x>) <y>] <z>
 [X] [X]

o que vale para o verbo ABRIR (e outros verbos que expressam uma relação nuclear AFET [SIT]).

Observe-se, enfim, que quando o argumento da relação nuclear, ou seja, o objeto direto, é movido, os argumentos instrumento e causador não podem receber seu caso do núcleo verbal pois a categoria vazia interrompe a adjacência estrita. Por isso, mesmo superficialmente adjacentes ao verbo, devem receber caso de preposições [*].

* A propósito das preposições, vale a pena examinar o exemplos

i - A estrada vai para o sul

ii - O leite vem da fazenda

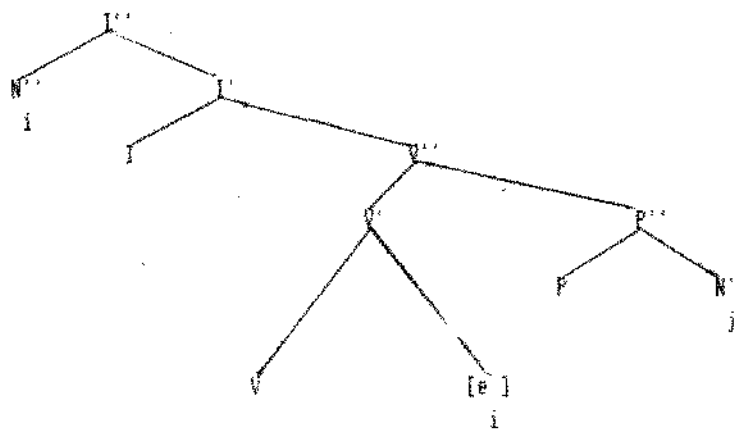
Uma estrutura profunda em que "estrada" ou "leite" já se engendrasses na posição de especificador de I', não explicaria a necessidade da preposição

iii - * A estrada vai sul

iv - * O leite vem fazenda

Note-se que, nos dois casos, trata-se de relações locativas inerentes ou específicas. Esse problema não me parece ter sido ainda levantado. Combinadas, porém, as propostas de Fukui e Franchi, uma explicação natural aparece. De fato, considerando a estrutura superficial, derivada de uma estrutura profunda em que todas as funções temáticas se atribuem sob V'

v -



(estrada) - (TO (ORIENT <ir>)) - (para) <sul>
 <leite> - (FROM (AFET <vir>)) - (da) <fazenda>
 [LOC]

o movimento de "estrada" e "leite" para a posição de sujeito, obedecendo à hierarquia que estabelece a precedência do objetivo sobre o locativo, deixa uma categoria vazia, cujo vestígio interrompe a adjacência aparente do sintagma nominal-locativo, exigindo a atribuição de caso via preposição.

4.2 - Verbos transitivos que não se correlacionam a construções intransitivo-ergativas.

A correlação entre construções causativas e ergativas foi vista como uma correlação entre AFET [X] e CAUSE [AFET [X]]. Se tomar, inicialmente, as construções transitivas, poderei excluir, portanto, dessa correlação todas as que instanciem relações semânticas em que, na posição de objeto direto (ou seja na relação nuclear), esteja uma função diferente de paciente, por exemplo, um objetivo, um resultativo, um valor ou mesmo um locativo.

Essa previsão se confirma.

4.2.1 -

Consideremos, inicialmente, alguns eventos e processos tipicamente humanos, que possuem, inclusive, um aspecto cultural e institucional, não envolvendo um objeto afetado ou paciente. Alguns exemplos [*] serão:

- (254) a - Os repórteres noticiaram ontem a morte do presidente
b - Estou justificando minha hipótese
c - Nesta época, todo mundo está poupando o dinheiro
d - O maestro orquestrou essa partitura
- (255) a - A prefeitura vai fiscalizar daqui em diante as contratações
b - Por causa do estudo do filho, os pais hipotecaram a casa
c - O senado homologou os contratos de empréstimo
d - O pianista conquistou o primeiro prêmio

* Arrola alguns verbos que entram nessa classe de construções. Atividades humanas em geral: anotar, assaltar (uma casa), assinar, assumir, autorizar, calcular, cobrar, combater, computar, contar (um a um), controlar, corrigir, cumprir, descrever, desempenhar, festejar, fundamentar, garantir, gastar (dinheiro), imitar, impor, ironizar, justificar, ler, lotear, noticiar, orçar, orquestrar, poder (estar autorizado), praticar, parodiar.

Com traços culturais e sociais mais evidentes: advogar, ajuizar (uma causa), bendizer, biografar, bonificar, cassar, celebrar, censurar, conquistar, contestar, custear, exportar, fiscalizar, graduar (conferir grau), hipotecar, homenagear, homologar, idolatrar, importar, impugnar, indeferir, lecionar, legislar.

Em todas essas orações, a representação semântica corresponde, nos aspectos relevantes, a

(256) [ACT (OBJ <x>)] <y> <z>

considerando-se que o objeto que entra na relação com o agentivo não é, de modo algum, afetado no processo. É fácil verificar que uma construção "ergativa", com exclusão do agente da perspectiva do discurso, torna agramaticais todas elas:

- (257)
- a - * Ontem, a morte do presidente noticiou
 - b - * Minha hipótese está justificando bem
 - c - * O dinheiro está poupando nesta época
 - d - * Essa partitura orquestrou
 - e - * Daqui em diante, as contratações vão fiscalizar
 - f - * A casa hipotecou por causa do estudo do filho
 - g - * Os contratos de empréstimo finalmente homologaram
 - h - * O primeiro prêmio conquistou nesse concurso

O mesmo ocorre quando o verbo associa a seu objeto uma função resultativa [*], como na representação e exemplos abaixo:

(258) [ACT (RES <x>)] <y> <z>

- (259)
- a - Os micos-leão do zoológico geraram um casalzinho
 - b - Vamos improvisar, nestas condições, um barraco
 - c - Posso escrever uma carta sobre esse problema
 - d - Essa alimentação pode causar doenças futuras

e que se tornam agramaticais na construção intransitivo-ergativa, na interpretação relevante:

- (260)
- a - * Um casalzinho gerou no zoológico
 - b - * Um barraco vai improvisar, nestas condições
 - c - * Uma carta pode escrever sobre esse problema
 - d - * Doenças futuras podem causar com essa alimentação

* Alguns verbos dessa classe (considerando como "resultativo" tanto o objeto constituído ou criado quanto o eliminado no processo): abolir, abstrair, cancelar, causar, cometer, compor, conceituar, construir, consumir, cultivar, dar (produzir), esboçar, escrever, esculturar, faturar, fazer, gerar, historiar, improvisar, inventariar, ocasionar, ordenar, organizar, originar, omitir, produzir, propor, realizar, redigir

Uma observação marginal: o meta-predicado CAUSE não se pode confundir com o verbo do português "causar". O primeiro, representando uma relação abstrata entre eventos, quando explicitado na língua por um verbo como "causar" ou "fazer" entram em uma relação RES com seu argumento causado ou feito o que faz das construções, em que entram, "construções não causativas" no sentido técnico utilizado nesta dissertação.

Uma observação importante é a de que, essa orientação do processo na perspectiva do agentivo está inscrita na lexicalização do verbo, fixando-o em uma diátese ativo-objetiva. É claro que se podem construir esses verbos na perspectiva do objeto. E, para isso, o português possui recursos que alteram a orientação básica da diátese verbal, como no caso da voz passiva analítica ou pronominal. Mas já vi que o agentivo, nesses casos, quando não se realiza, se interpreta sempre como implícito:

- (261) a - Foi noticiada, ontem, a morte do presidente
b - Ontem, noticiou-se a morte do presidente

Resta, ainda, em português, dar ao evento uma representação em termos de processo, como em

- (262) A morte do presidente virou, ontem, notícia.

o que mostra como não se trata de uma impossibilidade semântica mas uma questão de diátese lexical.

Vale a pena destacar, dentre esses verbos que expressam atividades humanas, duas classes que se distinguem por certas peculiaridades. A primeira delas é constituída por um pequeno grupo de verbos que incorporam justamente um "agentivo" ou como observei na página 113, o "modelo" do ator [*]. Obviamente, esses verbos possuem uma diátese estritamente agentiva, inclusive porque a lexicalizam no modelo incorporado. De fato, orações como

- (263) a - O comandante pilotou o Concorde com extrema perícia
b - O analista pirateou os programas do exterior

não admitem uma forma ergativa

- (264) a - * O Concorde pilotou com extrema perícia
b - * Os programas piratearam do exterior

* São dessa classe: bacharelar, cabritar, carpintear, galar, macaquear, mendigar, piratear, paroquiar, pilotar, poetar, pontificar, profetizar.

A outra classe é formada por numerosos verbos que expressam atos de fala, os chamados verbos "de dizer" [*]. Atos tipicamente humanos, também não afetam o seu objeto que, de um modo geral, corresponde a um resultativo, muitas vezes aparecendo como "exteriorização", em uma classe restrita, de relações incorporadas ao próprio verbo. A agramaticalidade das construções ergativas é consequência:

- (265) a - Você não deve dizer desaforos assim
b - * Desaforos assim não devem dizer
- (266) a - Aqui, todos manifestam abertamente sua opinião
b - * Aqui, a opinião de todos manifesta abertamente
- (267) a - A escola negou a matrícula aos retardatários
b - * A matrícula aos retardatários negou

* Entre esses verbos anota-se: acusar, afirmar, ameaçar, alertar, anunciar, avisar, antecipar (uma informação), apregoar, aconselhar, blasfemar, caluniar, comentar, comunicar, confessar, confirmar, consultar, implorar, indagar, inquirir, insinuar, interrogar, invocar, jurar, manifestar, murmurar, narrar, negar, omitir, pedir, perguntar, proclamar, prometer, pronunciar, questionar, rezar, suplicar.

4.2.2

Uma outra situação em que o objeto direto é claramente não afetado, determinado por uma relação OBJ, é o caso em que as construções não são ativas, promovendo-se à posição de sujeito seja o experienciador, seja o beneficiário [*], segundo a hierarquia que estabeleci. Representam-se, basicamente, como:

- (268) [EXP (OBJ <x>)] <y> <z>
[BEN (OBJ <x>)] <y> <z>

Estão no primeiro caso, orações como

- (269) a - O arquiteto idealizou nossa casa bem no alto
b - Qualquer brasileiro sabe a intenção do Sarney
c - Nós ouvimos com prazer a nona sinfonia
d - Daqui a gente vê até o parque Taquaral
e - Os sindicalistas odiaram o novo plano
f - Eu aprecio muito a paciência do Antônio Carlos

e no segundo caso

- (270)
- a - O Andrezinho achou o carrinho atrás do sofá
 - b - Eu consegui a bolsa da FAPESP
 - c - Os bancos estão lucrando horrores com esse plano

* Dentre os verbos experienciais, destaque-se

os epistêmicos: acreditar, adivinhar, analisar, aprender, arriscar (um palpite), assimilar, bolar (inventar), buscar (uma resposta), captar, compreender, comprovar, concluir, confirmar (uma hipótese), conhecer, considerar, constatar, criar, deduzir, entender, estudar, idealizar, identificar, ignorar, imaginar, inferir, inventar, investigar, meditar, memorizar, pesquisar, ponderar, prever, saber, tentar;

os de percepção: assistir, avistar, cheirar, degustar, experimentar, mirar, observar, olhar, ouvir, perceber, pressentir, sentir, ver,

os experienciais em sentido estrito: abominar, aborrecer, aguentar, amar, amargar (uma derrota), apreciar, arrepende, chorar (a morte), gozar, idolatrar, invejar, lamentar, lastimar, odiar, ousar, padecer, prezar, querer, sofrer.

Os benefactivos se ilustram em: aceitar, achar, alcançar, aproveitar, arranjar (conseguir), burlar (as leis), comprar, conseguir, escolher, gananciar, ganhar, furtar, herdar, lograr (um resultado), lucrar, mendigar, merecer, necessitar, obter, pagar, pechinchar, perder, possuir, precisar, procurar, surripiar

Alguns desses verbos incluem um componente ativo: [ACT (EXP) <x>] <y>, como "olhar", que se distingue nesse particular de "ver", ou [ACT (BEN) <x>] <y>, como "procurar", que se distingue nisso do resultativo "achar". Certos verbos experienciais se constroem com um "se" inerente (arrepende-se) a que voltarei adiante. Não vou entrar em particularidades como o fato de que "aborrecer", nesta lista, corresponde ao uso arcaico em orações como "O sacerdote aborrecia essas festas populares", ou que "aproveitar" pode, ao contrário, ter o experienciador na posição de complemento ("isso me aproveita"), entrando, assim, em uma classe de verbos que estudarei logo abaixo. Vários verbos possuem esse comportamento idiossincrático.

As construções intransitivo-ergativas são agramaticais:

- (271)
- a - * Nossa casa idealizou bem no alto
 - b - * O parque Taquaral vê daqui
 - c - * O novo plano odiou

O fato de que essa agramaticalidade depende da rede temática pode ver-se na comparação de algumas construções com verbos que possuem diferentes diáteses (e, pois, diferentes sentidos). Considerem, nesse caso, um verbo como "amargar" e "arranjar". Em uma estrutura experiencial ou benefactiva, como em (272), esses verbos não admitem a correlação com uma estrutura ergativa (273):

- (272)
- a - O aluno amargou uma segunda reprovação no vestibular
 - b - A Lilian arranhou um novo emprego

- (273) a - * Uma segunda reprovação no vestibular amargou
b - * Um novo emprego arranhou

ao contrário das versões em que os verbos expressam, seja uma mudança de qualidade, seja uma mudança de posição (AFET [QUAL]) ou (AFET [SIT]):

- (274) a - O açúcar mascavo amargou o meu café
b - O café amargou (com esse açúcar mascavo)
- (275) a - Eu arranhei as fichas em ordem alfabética
b - Nesta caixa, as fichas se arranjam em ordem alfabética

Alguns verbos experienciais [*] apresentam uma peculiaridade que desejo anotar de passagem. Embora a estrutura nuclear desses verbos normalmente determinem uma função objetiva, como em

- (276)
- | | | | | | | | | | | | |
|-----|-----------------|---|----|-----|---|---------------------|---------|---|---|---|------|
| [| <sindicalistas> | [| I | [| [| (EXP (OBJ <odiar>)) | <plano> |] | e |] |]]]] |
| I'' | | i | I' | V'' | V | | | i | | | |

há casos em que parece ocorrer o contrário.

* Alguns desses verbos: ansiar (por), antipatizar (com), arrepender (de), aspirar (a, por), enfatizar (de), gostar (de), optar (por), etc. Uma indicação de que, de fato, o experienciador está na relação nuclear, é o fato de que em muitos desses verbos aparece um pseudo-reflexivo inerente "se", que se entende como referido ao experienciador na posição de sujeito:

- i - Ele se arrependeu do pecado
ii - Ele se enfadou com isso

De fato, nas orações

- (277) a - O professor optou pelo adiamento das provas
b - Eu simpatizo com as idéias de Chomsky

o experienciador parece ter sido movido à posição de especificador de I'' a partir da posição de objeto, mais interna e nuclear:

- (278)
- | | | | | | | | | | | | | | |
|-----|-------------|---|----|-----|---|---------------------|---|---|-----|-----|---|-------------|-------|
| [| <professor> | [| I | [| [| (OBJ (EXP <optar>)) | e |] |] | P | [| <adiamento> |]]]]] |
| I'' | | i | I' | V'' | V | | | i | P'' | N'' | | | |

devendo o objetivo receber seu caso via preposição.

4.2.3 -

Considerarei, finalmente, neste parágrafo o caso mais raro de construções que envolvem as últimas funções temáticas na hierarquia proposta. Trata-se de uns poucos verbos que possuem um objetivo e um termo de referência, geralmente locativo e temporal. De um modo geral, o argumento objetivo é movido, ficando o termo de referência como argumento interno e preposicionado. Interessam-me, porém, alguns casos em que esse termo de referência, um valor, um locativo ou temporal, aparecem na estrutura superficial como um verdadeiro objeto direto. Neles, não se pode pensar em uma forma intransitiva correspondente. São exemplos:

- (279) a - O livro custou uma fortuna
b - * A fortuna custou
- (280) a - O deputado habita uma mansão no Nova Campinas
b - * Uma mansão habita na Nova Campinas
- (281) a - Os aprovados galgaram novas posições na escala
b - * Novas posições na escala galgaram
- (282) a - As festas duraram o ano inteiro
b - * O ano inteiro durou
- (283) a - A corrida demorou duas horas
b - * Duas horas demoraram na corrida

* Tomam um valor na posição de objeto direto, verbos como: alcançar (um preço), custar, demandar, exigir, valer.

Com um objeto locativo, anotem-se: acertar, atingir, beirar, circular, ocupar, cruzar, cursar, galgar, habitar, invadir. (Alguns destes, em uma classificação refinada pelas distinções de Jackendoff (1983), seriam verbos de extensão (EXT)).

Verbos que se realizam com um objeto temporal: custar, demandar, demorar, durar, exigir.

Alguns, dentre os verbos locativos, admitem uma forma com o pseudo-reflexivo "se", como nas construções ergativas. Na verdade, são construções estativas. Deixo, aqui, somente alguns

exemplos, já que deverei voltar as construções com "se" em um item a parte:

- (284) a - O bosque se rodeia de árvores centenárias
b - A cidade se circurda de um rio poluido

A previsão que se fez no início do capítulo parece, portanto, inteiramente confirmada. Posso passar agora a construções mais complexas em que aparece uma relação AFET.

4.3 - Classes de verbos transitivos com AFET [X]

Examinarei classes de verbos em que entra a relação AFET tornando possível a correlação ergativa/causativa.

4.3.1 -

Começo pelos verbos que expressam uma relação AFET [QUAL], grande parte dos quais "incorpora" um predicado estativo ou descritivo. São verbos como "amaciar", "bronzear", "fraquejar", "igualar", "limpar", "murchar", etc., ou do tipo "adoecer", "convalescer", "emagrecer", "empobrecer", "fortalecer", "obscurecer", "rejuvenescer", "verdecer", etc. [*]. Além dos exemplos abaixo, o leitor pode verificar que esses verbos se constroem como ergativos e como causativos, na longa lista que trouxe em nota.

- (285) a - O bolo amaciou com esse fermento
b - O rosto bronzeou no sol
c - As pernas fraquejaram diante da situação
d - O aluno quase igualou o professor nas respostas
e - O céu não limpou ainda
f - Todos os crisântemos murcharam nesse vaso
g - O John já abrasileirou de vez
h - O pão encruou

- (286) a - Esse fermento amaciou o bolo
b - O sol de Ilha Bela bronzeou o rosto
c - Essas situações fraquejam as pernas da gente
d - O tempo quase igualou o aluno ao professor
e - O vento limpou o céu

- (286) f - Esse vaso pequeno murchou todos os crisântemos
 g - A convivência conosco já abasileirou o John
 i - Abrir o forno toda hora encruou o pão

* Abaixar, abrandar, abasileirar, abreviar, aburguesar, acaboclar, acaipirar, achatar, acobrear, açucarar, adelgaçar, adensar, adoçar, adocitar, adoidar, adulterar, adinar, atoguesar, aforosugar, afrancesar, afrouxar, agigantar, agravar, aguçar, ajustar, alargar, aleijar, aliviar, alongar, alourar, alvejar, amaciar, amainar, amalucar, amansar, amarelar, amargar, amenizar, americanizar, amudar, ampliar, aplinar, aporuguesar, aprofundar, aquecer, aquietar, arrasar, arredondar, arroxear, atenuar, atordoar, avermelhar, avivar, azedar, azular, baixar, bambejar, baquear, baratear, branquear, branquejar, bronzear, cegar, clarear, condensar, continuar, curvar, debilitar, desentortar, dificultar, dilatar, diminuir, diversificar, dourar, efeminar, embaçar, embaciar, embasbacar, embebedar, encrespar, encruar, endireitar, endoidar, engordar, engrossar, enrijar, entibiar, entortar, equilibrar, escaldar, escassear, esfriar, esgarçar, estancar, estontear, estorricar, estreitar, expandir, falhar, findar, fixar, fraquejar, gastar, igualar, inglesar, limpar, melhorar, minguar, minorar, moderar, murchar, negrejar, ondular, paralisar, prolongar, rarear, redobrar, refrescar, relaxar, resfriar, rosar, sanear, serenar, sossegar, suavizar, tardar, triplicar, turvar, vergar, vermelhar.

Adoecer, adormecer, abastecer, amadurecer, amarelecer, amolecer, amortecer, apodrecer, aquecer, arrefecer, convalescer, desfalecer, emagrecer, embarbecer, embranquecer, embravecer, embrutecer, empalidecer, empobrecer, emudecer, encarecer, encrucescer, endoidar, endurecer, enegrecer, enfebrecer, enfraquecer, engrandecer, enlouquecer, enobrecer, enriquecer, enrouquecer, enrubescer, ensandecer, ensurdecer, entorpecer, entristecer, entumecer, envaidecer, envelhecer, enverdecer, envilecer, escurecer, esmaecer, esmorecer, estremecer, esvanecer, florescer, fortalecer, incandecer, loureecer, obscurecer, recrudescer, reilorecer, reifundecer, rejuvenescer, resplandecer, reverdecer, reviver, robustecer, verdecer, vermelhecer.

Podem-se acrescentar aos anteriores aqueles verbos que expressam a mesma mudança, lexicalizando, porém, o resultado, como nas orações:

- (287) a - O carro está brilhando com o novo polidor
 b - O doce de abóbora começou a cristalizar
 c - O Andrezinho, nesta semana, encorpou bastante
 d - A situação empepinou.
 e - O barbante enrolou na perna da mesa

- (288) a - Essa cera brilhou o fusca que nem novo (#)
 b - O excesso de açúcar cristalizou o doce de abóbora
 c - A comida da vovó está encorpando o Andrezinho
 d - A chegada desse povo todo empepinou a situação
 e - O Andrezinho enrolou o barbante na perna da mesa

e aqueles que indicam mudança de forma, incorporando o modelo [*]:

- (289) a - Toma cuidado que a estrada vai afunilando perto do túnel
 b - O asfalto, com a chuva e com o sol, abaulou na esquina
 c - O rio acotovela na altura de Piracicaba

- (290) a - Lá tem um desvio que afunilou a estrada
 b - A chuva e o sol abaularam o asfalto
 c - Uma rocha de pedra viva acotovelou o rio naquele ponto

† Dentre esses verbos anote-se: Abrasar, acolchoar, atadigar, algodoar, anarquizar, aperfeiçoar, aprimorar, brilhar, calejar, carnear, colorir, confeitar, congelar, cristalizar, degelar, defumar, desabotoar (desabrochar), descorar, descarnar, desfibrar, desmontar, embelezar, embonecar, espepinar, encarnar, encorpar, estarelar, enferrujar, enregelar, enrolar, enrugar, entroncar, enviuvar, embrasear, espaçar, espiralar, estilhaçar, estiolar, estragar, evaporar, florir, florescer, forrar, frondejar, gelar, lustrar, manchar, nublir, perfumar, render, requintar, trincar.

No segundo tipo: abaular, abemolar, abobadar, abolachar, acotovelar, afunilar, achinelar, coroar, encanudar, esquinar, soldar.

Há indicações de que essa causativização não depende do tipo de derivação lexical em jogo (a formação de verbos a partir de adjetivos ou a derivação com o sufixo incoativo "e(s)cer"), mas sim da estrutura temática em jogo. Considerem-se, entre outros, verbos como "falsear", "invalidar", "inocentar". O sentido deles inclui um traço cultural e humano: o falseamento de uma hipótese, a invalidação de um argumento, inocentar um acusado, o que implica, na rede temática, uma relação ACT: (ACT (AFET [QUAL] <x>)) <y>. Uma construção ergativa não ocorre.

- (291) a - O autor invalidou os argumentos anteriores
 b - Esses argumentos se invalidam em um texto recente
 c - * Esses argumentos invalidam em um texto recente
- (292) a - A comissão de inquérito inocentou o funcionário
 b - * O funcionário se inocentou na comissão de inquérito (com interpretação ergativa)
 c - * O funcionário inocentou na comissão de inquérito

Dentre os verbos com sufixo "e(s)cer", vários tomam claramente um argumento beneficiário, como "agradecer", "desfavorecer", "favorecer", "fornecer", "guarnecer", "oferecer". Como já observei em algumas passagens, a presença de uma relação BEN (assim como USE e PURP) orienta a diátese na perspectiva do agentivo. É de se esperar, pois, que esses verbos também tornem

agramaticais uma construção ergativa. De fato:

- (293) a - A namorada agradeceu o namorado pelas flores
b - A namorada agradeceu as flores ao namorado
c - * O namorado agradeceu pelas flores
d - * As flores agradeceram ao namorado
- (294) a - A empresa fornece cesta básica aos funcionários
b - * As cestas básicas fornecem aos funcionários

Ao contrário, alguns desses verbos chamados de processo ou incoativos, referem-se a fenômenos da natureza, metereológicos, ou tomam um argumento objetivo. No primeiro caso (alvorecer, amanhecer, entardecer, anoitecer), não tomam qualquer argumento e não se tem o que falar a respeito. No segundo (acontecer, aparecer, comparecer, crescer, desaparecer, nascer, permanecer, prevalecer, reaparecer, remanescer, renascer, transparecer), por não corresponderem a uma diátese com a relação AFET, geralmente não entram em processos de causativização:

- (295) a - A festa aconteceu ontem
b - As bolhas apareceram depois que ele comeu chocolate
- (296) a - * Alguém aconteceu a festa ontem
b - * O chocolate apareceu as bolhas

Quero observar, entretanto, que, às vezes, alguns desses verbos podem ser interpretados como incoativos, expressando mudança de estado (AFET); pude anotar alguns exemplos [*] de causativização, embora me pareçam bastante marcados

- (297) a - Foi ele que nasceu o filho da Carminha (falando de um médico) (#)
b - A Ju vai nascer dentes (dos dados de Attié-Figueira)
c - O rosto transparece a raiva dele

* Não se trata somente de um fato da linguagem coloquial. O professor R. Ilari me passou exemplos do texto de alunos universitários:

- (Russel lança mão de um tipo de estratégia) para desaparecer as expressões denotativas, a saber

.....

Também se foi dado por Ilari o exemplo (299-b).

Faço uma última observação sobre verbos que tomam dois objetos como argumentos, isto é, verbos como "igualar" em que, além de um eventual causador (exemplo (286-d)), estabelecem uma relação entre o objeto afetado e um termo de referência para o processo em que este está envolvido [*]. Alguns desses verbos, a que Franchi chama "associativos", se empregam mais habitualmente como estativos, como "equivaler" e "divergir". Entretanto, não é difícil encontrar construções causativas:

- (298) a - Esta expressão equivale a que obtivemos na derivação anterior
- b - Vou equivaler agora esta expressão à que obtivemos na derivação anterior (#)
- (299) a - Um autor diverge do outro no papel que atribuem ao contexto extralinguístico
- b - O que mais diverge um autor do outro é o papel do contexto extralinguístico (#)

o que mostra, como no caso dos verbos anteriores, que a causação não está restrita a uma "base ergativa", podendo tomar como argumento uma expressão estativa (p.63).

* Alguns desses verbos (aqui, não me limitando aos chamados descritivos) são: ajustar, ajuntar, combinar, comparar, compatibilizar, conciliar, concordar, confrontar, correlacionar, corresponder, correlacionar, divergir, diferenciar, equiparar, equivaler, agrupar, igualar, limitar, mesclar, misturar.

Por outro lado, vê-se claramente que a causativização não está restrita a uma relação entre transitivos e intransitivos, se tratamos esses termos como referidos exclusivamente ao número de argumentos específicos de um verbo. Basta comparar entre si os exemplos de (300) e (301):

- (300) a - Essa blusa combina muito bem com a saia rodada
- b - Ele compara comigo (falando da altura) (#)
- c - O óleo não mistura com a água
- d - A chave ajustou como luva na fechadura

- (301) a - A costureira combinou muito bem a blusa com a saia rodada
 b - Ninguém está comparando ele comigo
 c - Estou tentando misturar o óleo com a água
 d - O serralheiro ajustou a chave à fechadura

4.3.2 -

Estudarei, neste item, os verbos que incluem uma relação locativa, seja no sentido estrito, seja envolvendo um caminho (Path). Em primeiro lugar, devo considerar os verbos que, excepcionalmente, podem tomar como argumento nuclear a própria expressão do lugar (eventualmente do tempo), em vez do objeto locado ou "deslocado".

Para facilitar a exposição, vou considerar inicialmente verbos que expressam, tipicamente, uma direção, uma extensão, uma rota, no sentido de Jackendoff, seja estativos, seja de processo, que representamos, respectivamente por:

- (302)
$$\left[\begin{array}{l} \text{ORIENT (TO} \\ \text{AFET} \quad \quad \quad \text{(TO} \\ \quad \quad \quad \text{[ORIENT]} \end{array} \right. \quad \langle x \rangle \rangle \quad \langle y \rangle \quad \langle z \rangle$$

- (303)
$$\left[\begin{array}{l} \text{EXT (VIA} \\ \text{AFET} \quad \quad \quad \text{(VIA} \\ \quad \quad \quad \text{[EXT]} \end{array} \right. \quad \langle x \rangle \rangle \quad \langle y \rangle \quad \langle z \rangle$$

- (304)
$$\left[\begin{array}{l} \text{AFET} \quad \quad \quad \text{(VIA } \langle x \rangle \text{)} \end{array} \right] \quad \langle y \rangle \quad \langle z \rangle$$

 [LOC]

Todos esses verbos podem expressar estado, mudança de estado e entram em construções causativas. Neste particular, valem as observações que fiz sobre os verbos "associativos", no que diz respeito à não restrição da causativização aos verbos de processo (AFET), quanto a não restrição a verbos intransitivos.

A exemplificação abaixo (que poderá ser estendida aos verbos arrolados nas notas) mostra isso. No caso dos verbos de direção

[*], como "apontar" e "indicar" observem-se as orações estativas:

- (305) a - O foguete aponta (para) a lua
b - A seta estava indicando o centro

que podem ter uma interpretação de mudança de direção:

- (306) a - O foguete (movendo-se na plataforma) apontou para a lua
b - A agulha da bússola (movendo-se) indicou o norte

a que correspondem causativas como:

- (307) a - Os engenheiros da Nasa apontaram a lua com o foguete
b - Os engenheiros da Nasa apontaram o foguete para a lua
c - O guarda indicou o centro com o braço

com a representação semântica:

- (308) CAUSE [ACT] $\left[\begin{array}{l} [(ORIENT (TO \langle x \rangle)) \langle y \rangle \langle z \rangle] \langle w \rangle \\ [(TO (ORIENT \end{array} \right.$

* Como se vê nos exemplos (305-a) e (307-a e b), alguns verbos oscilam entre um argumento nuclear objetivo e um argumento nuclear locativo, como "apontar", refletindo duas representações:

- i: a - [ORIENT (TO <apontar>)] <lua> <foguete>
b - TO (ORIENT <apontar> <foguete>) <lua>

São poucos os verbos de orientação: apontar, indicar, mirar, nortear, orientar (usando-se, geralmente verbos de movimento). "Nortear" e "orientar" são interessantes por ilustrarem uma das poucas exceções à hierarquia que propus; por incorporarem a "direção", é o argumento que a explicita que se alça à posição de sujeito:

- i - A estrela nortea o viajante
ii - A teoria de Chowsky orientou minha pesquisa

com as causativas:

- iii - O capitão nortear o navio pelas estrelas
iv - Os pesquisadores orientaram sua investigação pela teoria de Chowsky.

Quanto à relação EXT, observe-se que, embora se trate de uma relação estativa, ela se expressa geralmente por uma extensão analógica, mediante verbos que expressam a relação AFET [LOC]. Como observou Jackendoff (p.83), os verbos que expressam mudança de lugar (notados pela relação GO) podem sempre expressar uma extensão (notada pela relação GO <Ext>). São exemplos:

(309) a - A fazenda vai/vem da estrada de ferro até a vila
 b - A linha do trem corre pelo vale
 Construções como estas incluem uma relação a termo TO e/ou
 FROM que logo estudarei.

No entanto, alguns verbos típicos [*] como "circundar",
 "margear", merecem estudo a parte. As orações

(310) a - Um fileira de hortências circunda o lago
 b - / floresta margeia a estrada

possuem as causativas correspondentes

(311) a - O jardineiro circundou o lago com uma fileira de
 hortências
 b - O IBDF margeou a estrada com florestas replantadas

com a representação semântica:

(312) CAUSE [(EXT (VIA <x>)) <y> <z>] <w>

† Anote-se os verbos: beirar, cercar, circundar, circular, ladear, margear, murar, rodear.

Há, porém, dois aspectos a salientar nessas construções.
 Primeiro, que se compõem com o locativo VIA. Segundo, que parecem
 levar, na forma causativa, a uma reinterpretação "instrumental"
 do objeto de EXT, aquilo que "se estende por", supondo manipulação [*].

† Neste particular, esses verbos se assemelham aos que incorporam ou lexicalizam o objeto de EXT, como "asfaltar", "atapetar" (aproximadamente, estender asfalto ou tapete sobre ou por uma superfície). O fato de incorporar o "objeto estendido" que funciona como um "instrumento", orienta fortemente para uma diátese ativo-causativa, quando implica manipulação pelo agente:

i: a - Joaquina atapetou o apartamento com um tapete muito peludo
 b - ?? O apartamento atapetou com um tapete peludo

ii: a - A Prefeitura asfaltou a estrada com um asfalto de péssima qualidade
 b - ? A estrada asfaltou com um asfalto de péssima qualidade

ao contrário de outros casos em que esse caráter instrumental (pela extensão do objeto, por exemplo) não fica evidente:

iii: a - O temporal alagou a cidade
 b - A cidade alagou (com o temporal)

São exemplos: alagar, asfaltar, atapetar, atijolar, azulejar, barrear, besuntar, cair, cimentar, empanar, empapelar, encerar, encourar, enfarinhar, esteirar, esmaltar, forrar, inundar, ladrilhar, olear, polvilhar, rebocar, untar.

- (317)
- a - O motorista atrasou o caminhão de entrega
 - b - A empregada adiantou o relógio para sair mais cedo
 - c - Capinando assim, você vai afundar cada vez mais a tiririca na terra
 - d - Os bilheteiros avançam a fila da balsa devagar
 - e - Eu afastei o carro da guia

* Estou tratando as relações temporais como extensões de relações espaciais, como sugere Jackendoff, para agrupar um número maior de verbos em cada passagem. Com a relação TOWARD ou FROM AWAY: Abaixar, abeirar, acabar, acertar, chegar, adiantar, adiar, afastar, antecipar, apartar, aproximar, atrasar, avançar, cessar, começar, findar, inclinar, iniciar, terminar.

Fecho este item com um outro grupo de verbos de mudança de posição (AFET [SIT]) mas que, por expressarem um movimento de objetos sobre si mesmos, dispensam a explicitação de relações do Path [*]. Todos admitem a correlação entre formas causativas e ergativas:

- (318)
- a - O guarda abriu a porta / A porta abriu
 - b - O garoto girou o peço / O peço girou
 - c - O pescador virou o barco / O barco virou
 - d - O surfista encalhou o carro / O carro encalhou

* Para ilustrar: abalar, abrir, afundar, agachar, ajoelhar, aportar, arriar, arribar, atolar, badalar, baixar, brecar, capotar, curvar, deitar, encalhar, erguer, encurvar, girar, fechar, içar, inclinar, levantar, mexer, mover, movimentar, parar, pender, reclinar, rolar, sacudir, vergar, vibrar, virar.

4.3.3 -

Ao contrário das relações locativas, que examinamos no item anterior, as relações de movimento "a termo" TO e FROM (a que Jackendoff chama "bounded paths") normalmente resistem a uma correlação entre formas causativas e formas ergativas. Em outros termos, esses itens lexicais se especializam no léxico para uma das duas diáteses.

Começarei por número pequeno de verbos possui uma relação nuclear TO e FROM, como "acertar", "atingir", "invadir" (IN TO)

é possível e, nesse caso, a causativa é perfeita:

- (325) a - Hortência acerta qualquer bola na cesta
b - Qualquer bola da Hortência acerta na cesta

* Há um grupo de verbos mais numeroso que, incorporando a relação locativa ou, com abuso de linguagem, o "argumento locativo", tomam a relação AFET [LOC], com o argumento paciente ou movido, como relação nuclear. Também neste caso, a correlação entre construções causativas e ergativas é possível

- i: a - Os escoteiros acamparam na fazenda
b - O chefe dos escoteiros os acampou na fazenda
ii: a - Os livros embarcaram pelo porto do Rio
b - O bolsista embarcou antes os livros pelo porto do Rio

Nas a tendência é pela agramaticalidade das ergativas, que resulta do fato de que quase todos esses verbos correspondem a atividades tipicamente humanas ou por interpretar-se o continente ou lugar como um objeto manipulável e, assim, instrumental. Como verei, os verbos que incorporam o instrumento expressam uma diátese causativo-ativa, com agente.

- iii: a - A polícia federal aprisionou os traficantes.
b - * Os traficantes aprisionaram
iv: a - Os traficantes enlataram a maçanha para o transporte
b - * A maçanha enlatou para o transporte

Dentre esses verbos, anote-se: Aprisionar, aquartelar, armazenar, arquivar, canalizar, catalogar, classificar, dicionarizar, engarrafar, enlatar, embalsar, embarcar, embolsar, embornalar, embotijar, embrulhar, encaixotar, encovar, engaiolar, engarrafar, enfornar, enfrascar, engravetar, enjaular, enlatar, ensacar, enclausurar, fichar, hospitalizar, tabelar

Vou me concentrar agora nos verbos em que a relação locativa não é nuclear, estando nessa relação o objeto afetado. Esses verbos, também, de um modo geral, não admitem a correlação ergativa/causativa. Na verdade, uma parte deles se especializa lexicalmente em uma diátese causativa, quando não causativo-ativa, e outra parte, em uma diátese ergativa. Jackendoff trata esses verbos como sendo inerentemente ativos: no plano temático (em sentido estrito), haveria a representação conceitual de um movimento TO IN, TO ou FROM, a que corresponderia, no plano da ação, a atividade de um elemento controlador do processo que se correlacionaria ao plano temático por um esquema temporal em que a ação se situaria no primeiro momento do tempo (P) do movimento descrito (ps. 86 e segs.).

Esse traço aspectual talvez explique a distinção radical

entre esses verbos e os que estudei no item anterior: os que expressam direção, orientação, mudança de posição, um movimento-rota, isto é, que incluem todos uma certa extensionalidade e alguns a relação VIA.

Vou somente exemplificar cada uma dessas classes de verbo. Dos transitivos, que incluem uma relação IN [*], representando-se pelo esquema

(326) CAUSE [(IN(TO) (AFET <x>)) <y> <z>] <w>
[ACT] [LOC]

considerem-se:

(327) a - A empregada colocou os papéis no lixo
b - * Os papéis colocaram no lixo

* Afincar, antepor, colocar, iapor, inserir, intercalar, interpor, introduzir, justapor, meter, por, pospor.

Os verbos que incluem uma relação FROM ou TO [*], da categoria Path, quando implicam uma análise no plano da ação, também não admitem uma forma ergativa:

(328) a - O Andrezinho tirou o selo do carro
b - * O selo do carro tirou

(329) a - A Renatinha já colheu todas as amoras maduras
b - * Todas as amoras maduras já colheram

(330) a - O atleta arremessou o dardo bem distante
b - * Nas olimpíadas, o dardo arremessou bem distante

(331) a - Os manifestantes tacaram pedras nas vitrines
b - * As pedras tacaram nas vitrines

* Com a relação FROM: apanhar, arrancar, arrebatrar, atrair, buscar, catar, colher, erguer, pegar, puxar, tirar, retirar, trazer

Com a relação TO: abismar, arremessar, (a)tacar, atirar, bater (um carro), disparar (um tiro), enviar, impelir, jogar, lançar, levar, mandar, precipitar, projetar, reometer.

Ainda: carregar, conduzir, guiar, transpor, transportar, transmitir.

Apesar de, geralmente, valer essa contraposição entre as

relações "a termo" e as outras relações locativas, anotei exemplos em contrário. Há um pequeno grupo de verbos de movimento "para" ou "de" em que se observa a correlação estudada [*];

- (332) a - O piloto decolou rapidamente o Boeing
b - O Boeing decolou rapidamente
- (333) a - Nessas dificuldades, o capitão emergiu o submarino
no meio da frota americana
b - O submarino emergiu no meio da frota americana

* Abicar, alunizar, arremeter, aterrizar, bater, decolar, emergir, immergir, submergir.

Alguns desses exemplos se somam a outros que me têm levado a falar na relevância de um certo "conhecimento enciclopédico", aquilo que se sabe a respeito das coisas e do mundo (sobretudo quando me referi a "atividades tipicamente humanas", "envolvendo aspectos institucionais"). De fato, os verbos desta classe admitem uma forma ergativa porque "se sabe" que o paciente (no sentido de objeto afetado pelo movimento) pode "mover-se sozinho".

Note-se que a resistência dos verbos de movimento a termo, com uma diátese causativa fixada no léxico, em admitir uma forma correspondente ergativa, não é um caso de incompatibilidade semântica ou lógica. Existem verbos de movimento, empregados habitualmente como intransitivos, que lexicalizam a diátese ergativa, como "ir", "sair", "andar", "subir", "chegar", "voltar".

Tanto é assim, que estes, às vezes, entram em construções causativas, sobretudo na modalidade coloquial:

- (334) a - Ele tá com muito sono. Eu andei ele a manhã inteira
no bosque (#)
b - Saia a Arini (nome de uma cachorra) da sala (#)
c - Chega o nenê mais perto (#)
d - O guarda correu a molecada do pátio
e - Você vai espirrar desta sala (#)

4.3.4 -

Vejamos, agora, uma outra grande classe de verbos que expressam uma alteração no estado psicológico, atribuindo uma função de experienciador ao objeto direto. Esses verbos causativo-experienciais [*] se contrapõem aos estritamente experienciais, em que o experienciador se promove à posição de sujeito. Sua representação semântica corresponde, no fundamental

(335) CAUSA [(AFET <x>) <y>] <z>
[EXP]

e se exemplificam em

- (336)
- a - O cachorro assustou o Andrezinho com seu latido
 - b - A mãe alegrou a criança com a brincadeira
 - c - O médico consolou a família com sua dedicação
 - d - Os policiais horrorizaram a população com sua agressividade
 - e - O Andrezinho me preocupa comendo tão pouco

* Acautelar, afetar, agradar, alarmar, alegrar, alvoroçar, amedrontar, amolar, animar, apavorar, apressar, arrasar, assonbrar, assustar, aterrorizar, atordoar, atormentar, atrapalhar, atraíçar, baratinar, cativar, conformar, confundir, conscientizar, convencer, consolar, culpar, desanimar, desesperar, desfalecer, encabular, enganar, enjoar, entontecer, espantar, estafar, fadigar, frustrar, hipnotizar, horrorizar, humilhar, importunar, impressionar, incomodar, incriminar, indignar, inquietar, intimidar, irritar, lembrar, magoar, ofuscar, oprimir, orgulhar, passar, penitenciar, preocupar, penalizar, perturbar, recordar, sossegar, sufocar, trair, zangar.

De um modo geral, admitem uma estrutura com sentido ergativo, embora predominem as construções com o pseudo-reflexivo "se", em um processo de decausativização:

- (337)
- a - O Andrezinho se assustou com o latido do cachorro
 - b - A criança alegrou-se com a brincadeira
 - c - A família se consolou com a dedicação do médico
 - d - A população horrorizou-se com a agressividade dos policiais
 - e - Eu me preocupo com o Andrezinho comendo tão pouco

Anote-se, de passagem, que essa preferência pela forma pseudo-reflexiva deve estar ligada ao traço categorial animado que é selecionado pela relação EXP e pela relação ACT. A forma ergati-

va, sem qualquer indicação de uma alteração da diátese, acaba por introduzir uma ambiguidade na interpretação, o que não ocorre no processo sintático de decausativização, em que essa alteração fica explícita, resolvendo a ambiguidade. De fato, Franchi me observou (como já referi na página 26), no sul do país, que, ao exemplificar as construções ergativas com a oração

(338) A criança assustou com o latido do cão

essa e outras construções semelhantes com experienciador foram rejeitadas (com uma pergunta, "a criança assustou quem?").

Apesar dessa observação marginal, pude anotar que, na minha modalidade coloquial, construções com AFET [EXP] admitem uma forma ergativa simples,

- (339) a - O Andrezinho assustou com o Acron (cachorro) (#)
b - Eu animei muito depois disso (#)
c - Minha cuca confundiu inteira (#)
d - A gente desespera com essa inflação
e - Na hora do assalto, ninguém apavorou (#)

embora alguns outros resistam:

- (340) a - ? A gente precisa conformar com isso
b - * O povo precisa conscientizar
c - * Maria magoou muito

se não há outras indicações contextuais que favoreçam a interpretação ergativa, contra uma interpretação ativa:

- (341) a - ? O povo precisa conscientizar que só vai conseguir
isso brigando
b - Maria magoou muito com o que lhe disse a colega

Os poucos verbos que possuem uma relação temática nuclear AFET [EXP], em que a experiência corresponde a uma percepção ou a um processo epistêmico ("alardear", "apresentar", "ensinar", "exibir", "mostrar", "ostentar", etc.) já não admitem a forma ergativa. Outra vez, devo observar que não se trata de uma impos-

sibilidade semântica ou lógica, pois o processo experiencial não causativo pode ser expresso diretamente por outras lexicalizações:

- (342) a - Eu mostrei o balão para o Andrezinho
b - O Andrezinho viu o balão
- (343) a - A dona da casa apresentou Maria pra mim
b - Eu fiquei conhecendo Maria
- (344) a - Eu ensinei a empregada a cozinhar
b - A empregada aprendeu a cozinhar

Tanto isso é verdade que alguns exemplos interessantes de uma correlação causativa/ergativa, foram anotados. Dois deles, se incluem entre os dados de Attié-Figueira (1985), observados no período de aquisição):

- (345) a - Eu vou conhecer (o boneco) pra todo mundo
(conhecer/apresentar)
b - O' minha boneca tocando piano. Eu aprendi ela
(aprender/ ensinar)

e eu mesma anotei, na fala de meu marido:

- (346) -- O André sabe abrir o guarda-chuva?
-- Sabe. O Gil aprendeu ele.

4.3.5 -

Existem, além dos casos já estudados, um grande número de verbos que expressam uma mudança de estado não especificada por uma relação temática particular. São verbos como "quebrar", "acender", "queimar", "lascar", etc. [*], construídos, muitas vezes, com um causador-agentivo determinado por CAUSE [ACT].

‡ Abalar, abater, acabar, acender, acordar, acumular, afogar, amontoar, anestesiá, apagar, apontar (o lápis), assar, arrebentar, bloquear, brocar, carear, cicatrizar, cozer, cozinhar, curar, demolir, destruir, derramar, derreter, derrubar, desabar, desabotoar, desafinar, desandar (o chantilly), desbotar, descascar, descongestionar, descosturar, desamarrar, desembulhar, desenrolar, desentupir, desfiar, desmoronar, dissolver, empilhar, encolher, entupir, estourar, estragar, ferver, furar, grelhar, grudar, lambuzar, lascar, lavar, ligar, machucar, manobrar, moer, molhar, operar, partir (quebrar), perfurar, quebrar, racher, rasgar, romper, sujar, torrar, trincar, verter.

Obviamente, a construção ergativa não pode correlacionar-se a uma construção causativo-ativa, caso em que a primazia do agentivo no processo de alçamento de um argumento à posição de sujeito é determinada pelo princípio (230), relativo à hierarquia das relações temáticas:

- (347) a - * O vaso quebrou pelo menino
b - * A lareira acendeu pelo Gil
c - * O bolo queimou pela empregada
d - * O mármore lascou pelo pedreiro

As formas ergativas somente são possíveis em uma interpretação causativa não ativa, como em

- (348) a - O janelas quebrou com a pedrada do garoto
b - A lareira acendeu com essa lenha mais seca
c - O bolo queimou por distração da empregada
d - O mármore lascou por descuido do pedreiro

Em três dessas orações pode-se inferir a precedência imediata de uma ação humana, mas o argumento não é agentivo (estando sintaticamente realizado dentro da projeção nominal do argumento causador).

Entretanto, há um numeroso grupo de verbos em que parece predominar a perspectiva causativo-ativa. Eles são muitas vezes semanticamente aparentados aos anteriores, mas apresentam maior restrição em relação às construções ergativas. Estou chamando esses verbos de quasi-instrumentais [*], porque a restrição parece mais clara quando tomam um objeto direto que pressupõe a manipulação de um instrumento, mesmo quando não explícito.

* Arrasar (uma barraca), atar, beliscar, bordar, caçar, calafetar, calçar, capinar, capturar, carpir, casear, cavar, cerzir, confeitar, cortar, coser, costurar, ferir, golpear, lavrar, malhar, manipular, moldar, montar (um quadro), obturar, obstruir, pendurar, pescar, picar, pintar, polir, raspar, recortar, regar, roçar, triturar, varrer, vedar.

Por um lado, não há dúvidas de que a representação dos es

verbos deve incluir uma relação AFET: o objeto é claramente um paciente. Entretanto, o processo em que esse objeto é afetado não se expressa facilmente por meio de uma construção ergativa, intransitivamente. Comparem-se:

- (349) a - A costureira bordou caprichosamente a barra do vestido
 b - O caseiro carpiu o terreno baldio ao lado
 c - O Andrezinho montou uma pilha de caixas
 d - O granjeiro triturou o osso de frango como farinha
 e - O dentista obturou o dente careado
- (350) a - * A barra do vestido bordou caprichosamente
 b - * O terreno baldio ao lado carpiu
 c - * Uma pilha de caixas montou
 d - * O osso de frango triturou como farinha
 e - * O dente careado obturou

A construção ergativa, com esses verbos, não é, porém, inteiramente impossível [*]. Pelo menos em alguns casos, essa possibilidade depende da significação do próprio objeto, na medida em que este leve a pressupor mais ou menos o caráter "instrumental" do processo envolvido. Tomem-se como exemplos os verbos "cortar" e "raspar". Em (351) e (353), a construção ergativa é muito menos aceitável que em (352) e (354): nas primeiras orações, o objeto "molde" e o objeto "verniz" levam a interpretar o processo como resultante de uma ação humana, ao contrário das segundas.

- (351) a - A costureira cortou o molde de acordo com revista
 b - * O molde cortou de acordo com a revista
- (352) a - O garoto cortou o dedo no arame farpado da cerca
 b - O arame farpado da cerca cortou o dedo do garoto
 c - O dedo do garoto cortou na cerca
- (353) a - O pintor raspou antes todo verniz do móvel
 b - * Todo verniz do móvel raspou antes
- (354) a - O barbeiro raspou a calota inteira na sargeta
 b - A calota raspou inteira na sargeta

i: a - O Andrezinho recortou os bichinhos da revista
b - Os bichinhos da revista recortaram

ii: a - A empregada redobrou os jornais para guardá-los
b - Os jornais redobram

iii: a - A barraca desamou com o vento
b - O sapato desamarrou
c - A sala descosturou
d - O carrinho desmontou
e - Somente as dez horas da noite a estrada desobstruiu

Resta-me falar das classes de verbos transitivos em que uma construção ergativa correspondente é extremamente excepcional. A primeira, inclui verbos que, embora se construam com um paciente, selecionam uma categoria [+ animado], agentivo [*]. Sua representação possui, pois, uma relação ACT. São exemplos:

- Assim, esses verbos, em relação ao que é xerocado, fotografado, ... seriam verbos de processo.

Uma segunda classe é formada pelos verbos instrumentais que, diferentemente dos quasi-instrumentais referidos logo acima, incorporam ou lexicalizam o instrumento, orientando a diátese fortemente em uma perspectiva agentiva. São exemplos:

- (358) a - A moleque alfinetava todo dia o colega da frente
b - * O colega da frente alfinetava todo dia
- (359) a - O carpinteiro martelava os pregos um a um
b - * Os pregos, um a um, martelavam
- (360) a - Os funcionários carimbam papéis o dia inteiro
b - * Os papéis carimbam o dia inteiro na repartição

* Abanar, abocanhar, abraçar, açoiar, acorrentar, acotovelar, afivelar, agarrar, agazalhar, agulhar, alfinetar, alinhar, algemar, amarrar, apalpar, apedrejar, arar, arborizar, assinalar, balancear, bicar, brocar, balizar, batucar, badalar, cabecear, calibrar, carimbar, cimentar, chicotear, flajelar, flechar, foçar, garfar, guilhotinhar, laçar, lacrar, limar, licher, manipular, manusear, martelar, palitar, parafusar, pentear, pedalar, peneirar, remar, serrar, soldar, telefonar, tesourar, unhar, vacinar.

Há pouquíssimas exceções:

- (361) a - A babá abotoou a roupa da criança
b - A blusa abotoa nas costas
- (362) a - O guarda trancou a porta com uma barra de ferro
b - Não posso entrar porque a porta trancou

É preciso também notar que o "argumento incorporado" em vez de ter um caráter instrumental pode corresponder ao modelo (p. 113) do paciente explícito. Assim, "abanar", "badalar", "balançar", "martelar", podem corresponder a uma paráfrase instrumental - "fazer o que se faz com x", ou a uma paráfrase - "fazer como x faz". E, nestes casos, a construção ergativa é perfeita:

- (363) a - * O rosto abanava com o jornal
b - O rabo do cachorro abanava de alegria
- (364) a - * As substâncias balançavam na feitura das rações
b - O quadro balançava na parede
- (365) a - * O prego martelava na madeira dura
b - Minha cabeça martelava

Esses fatos mostram, outra vez, a dependência da relação instrumental à relação ativa ACT, com as consequências que já verifiquei. O mesmo ocorre com a relação BEN e com a função beneficiário [*]. Já apontei (comentando (76)) que essa função também orienta a diátese verbal na perspectiva do agentivo; como é de se esperar, nenhum dos verbos que determinam essa função se encontra em uma construção ergativa, seja no caso de verbos como "ajudar", "auxiliar", "calotear", etc., em que a relação BEN é nuclear (realizando-se o beneficiário na posição de objeto direto), seja nos casos que envolvem AFET [POS], isto é, uma transferência de posse ou propriedade, em que o beneficiário se realiza como objeto indireto. Por isso, na interpretação relevante, as formas ergativas em (b) são agramaticais:

- (366) a - Os colegas ajudaram Maria na prova
 b - * Maria ajudou muito na prova
- (367) a - Você não deveria calotear um amigo
 b - * O seu amigo não deveria calotear
- (368) a - Eu mandei o presente para os noivos
 b - * O presente mandou para o noivo
- (369) a - O aluno me pagou as aulas particulares
 b - * As aulas particulares me pagaram

* Dentre os verbos benefactivos, anotem-se: abençoar, brigar, acalantar, acariciar, acautelar, acolher, acudir, adotar, agredir, ajudar, alertar, apoiar, alimentar, apadrinhar, apoiar, assaltar, assessorar, assistir (ao doente), atender, autorizar, auxiliar, avisar, batizar, beijar, beneficiar, benzer, brindar, bonificar, burlar, calotear, caluniar, capacitar, castigar, catequizar, condenar, convidar, convocar, cortejar, crismar, criticar, cutucar, cumprimentar, defender, disciplinar, elogiar, enganar, estimular, empregar, iludir, impedir, influenciar, inibir, indenizar, informar, inocentar, interessar, instruir, favorecer, glorificar, gratificar, honrar, hospedar, libertar, licenciar, louvar, maltratar, martirizar, motivar, multar, namorar, nomear, noticiar, nutrir, ofender, orientar, patrocinar, perdoar, permitir, precaver, premiar, prejudicar, presentear, prestigiar, prevenir, processar (um réu), proteger, promover, provocar, punir, repreender, proibir, remunerar, recompensar, socar, socorrer, tapear, torturar, trapacear, viciar, visitar, vitimar.

Dentre os verbos de transferência de propriedade, são exemplos: alhear, alugar, atribuir, comprar, contratar, dar, doar, emprestar, entregar, leiloar, locar, oferecer, permutar, trocar, vender.

Alguns desses verbos, que significam troca ou transferência de propriedade, entram em construções correlacionadas em que também existe uma mudança de orientação da diátese, envolvendo o agentivo-fonte e o benecificiário-meta. Assim, encontram-se:

- (370) a - Eu aluguei a casa a Maria
b - Maria alugou a casa
- (371) a - O orientador empreitou seus livros à orientanda
b - A orientanda empreitou os livros do orientador

quando essas diferentes diáteses não estão lexicalizadas em itens distintos (dar/receber; vender/comprar). Neste caso, não está envolvido o paciente, como ocorre nas construções ergativas.

Encontrei somente algumas poucas exceções:

- (372) a - O sacerdote confessava as crianças para a primeira comunhão
b - As crianças confessavam para a primeira comunhão
- (373) a - Padre Joaquim comungava os doentes do hospital
b - Os doentes do hospital comungavam diariamente
- (374) a - Os missionários converteram muita gente
b - Muita gente converteu naquela missão

mas estão incluídas em um campo semântico bastante restrito.

Termino este parágrafo relembando uma observação que já fiz. A de que a presença de um benefactivo ou mesmo de uma finalidade ou propósito, mesmo que não se trate de funções inerentes ao verbo, torna difícil aceitação das construções ergativas, mesmo no caso de verbos que normalmente as admitem. Retomo alguns exemplos:

- (375) a - O barco virou
b - * O barco virou para os pescadores
c - * O barco virou para poder pegar os peixes
- (376) a - O pasto verdejou
b - * O pasto verdejou para os agricultores
c - ?? O pasto verdejou para os bois pastarem.

Esse fato reforça a hipótese que adotei de uma atribuição composicional das funções temáticas.

No sentido contrário, deve-se observar que vários desses verbos aparecem em construções intransitivas a que Fiengo chamou "mediais". Trata-se de construções com significação genérica, "descritiva", muitas vezes modalizadas por um advérbio ou negação, ou que respondem a um contexto negativo:

- (377) a - Esses livros estão vendendo muito
 b - Uma casa tão boa e barata aluga fácil

Mas estas construções se estendem a outras classes de verbos que não admitem normalmente uma construção ergativa, como os quasi-instrumentais. Comparem-se os exemplos abaixo com os trazidos em

(349) a (353):

- (378) a - A barra do vestido borda mais fácil com bastidor
 b - Esse mato alto carpe melhor com enxadão
 c - Essa barraca não monta
 d - Uma cárie desse tamanho não obtura sem dor
 e - Até que enfim o pano cortou
 f - O verniz raspa mais depressa usando lixa grossa

! Não estudarei o mecanismo semântico e sintático envolvido nestas construções. De qualquer modo, observo que prefiro distinguir claramente as construções ergativas das mediais. Os argumentos em Keyser e Roeper (1984) parecem bem sólidos, como observa Jo Napoli (1988), apesar de Hale e Keyser (1986, 1987) terem procurado mostrar que ambos os processos são gramaticalmente a mesma coisa: as construções mediais e ergativas seriam subclasses de um grupo maior usando um único mecanismo gramatical. Note-se que as construções mediais não envolvem tão fortemente a caracterização da diátese verbal; envolvem, ao contrário, certos contextos modais e disposicionais específicos, em que os processos ativos ou não em que entra um objeto, se tomam como elementos de "qualificação" ou "descrição" desse objeto.

4.4 - As construções ergativas com "se"

As línguas românicas, e o português de um modo particular, empregam o clítico "se" em diferentes construções. Como vi, Burzio (p. 42) e Everett (48 e sgs.) distinguem um se-reflexivo,

um se-impessoal ou apassivador, um se-ergativo. Um dos exercícios tradicionais da gramática escolar consiste em identificar, pelo menos, entre esses diferentes empregos

- um "se" reflexivo ou recíproco, objeto direto ou indireto,
- um "se" apassivador,
- um "se" indeterminador do sujeito,
- um "se", índice de espontaneidade na ação,
- um se "pseudo-reflexivo" inerente,
- um "se" "pseudo-reflexivo" expletivo.

Costuma-se dar como exemplos desses "se"'s, respectivamente

- (379) a - Pedro se feriu
 b - Pedro se deu o trabalho de verificar as caixas
 c - Os colegas se encontraram na praça
- (380) a - Venderam-se todos os livros da edição
 b - Vendeu-se todos os livros da edição
- (390) Corre-se muito bem aqui
- (391) O mensageiro já se foi
- (392) A gente se arrependeu de ter vindo
- (393) A porta (se) abriu

Interessa-me diretamente aqui o chamado "se expletivo" ou "se-ergativo" que aparece sistematicamente nas construções que estudei, embora o entendimento de seu papel na sintaxe do português deva passar pelo entendimento dos outros. De fato, uma das críticas que fiz a Burzio (p.57) foi a de ter ele distinguido radicalmente cada um desses empregos não somente do ponto de vista de sua função sintática, mas do ponto de vista da teoria das funções temáticas e da teoria dos casos. Everett consegue unificá-los no léxico, mediante um sistema de traços (p.48), mas os engendra em diferentes posições e o torna um operador duplo,

no léxico e na sintaxe.

Examinarei alguns fatos relativos ao se-ergativo e a seguir proporei uma análise alternativa dos vários "se"'s, dentro do quadro de hipóteses que assumi na tese. Este estudo tem um caráter bastante especulativo e deixa algumas questões em aberto (não mais do que deixam as soluções anteriores consideradas).

4.4.1 -

Se percorrermos a análise das diferentes classes de verbo no parágrafo anterior, observaremos um comportamento complementar do "se", em um sentido que devo tornar mais preciso no desenvolvimento destas notas.

Uma construção ergativa complexa (para usar a distinção de Everett), com-"se", não é possível nos casos em que não é possível a construção ergativa simples, com verbos em que isso ocorre, em virtude de imposições de sua própria rede temática (ou seja, quando não se reproduzem as condições semânticas iniciais de 4.1.1). Assim se excluem, de uma construção com sentido ergativo, os verbos que expressam uma diátese ativa ou causativo-ativa. Comparem-se com os exemplos de (257):

- (394) a - * A morte do presidente se noticiou
 b - * Minha hipótese se justificou
 c - * O dinheiro se poupou
 d - * A partitura se orquestrou

ou com os exemplos (260), (264) e (267) de verbos resultativos, verbos que incorporam o "agentivo" e verbos de "dizer", que expressam a mesma diátese ativa:

- (395) a - * Os filhotes se geraram no zoológico
 b - * Nestas condições, o barraco se improvisou
 c - * O Concorde se pilotou
 d - * A matrícula se negou aos retardatários

Também se excluem os verbos experienciais, que realizam o experienciador na posição de sujeito, e todos os verbos com beneficiário (sujeito, objeto direto e objeto indireto) que se arrolaram nas páginas 30 e 55:

- (396) a - * O novo plano se odeia
 b - * O parque Taquaral se vê daqui
- (397) a - * O dinheiro se conseguiu a tempo
 b - * Os garotos se auxiliam na escola
 c - * A casa se vendeu para Maria

Claro que essas construções são gramaticais, mas entendendo-se como construções a tópico e mantendo-se implícitos os agentivos. Em outros termos, como gramaticais devem ser interpretadas com um "se" apassivador (para usar o termo tradicional). De fato, nesse sentido, todas permitem o controle de um PRO em uma infinitiva final (p.28):

- (398) a - A morte do presidente se noticiou, para facilitar o início de um quebra-quebra geral
 b - A partitura se orquestrou de um modo simples, para fazer o ensaio com o pessoal mais jovem
 c - A matrícula se negou aos retardatários, para castigá-los
 etc.

Mais ilustrativo para o meu propósito é o caso dos verbos em cuja diátese inclui somente um objetivo e um locativo ou temporal (com um papel de "range" no sentido de Halliday (p.70). Nestes, dado o seu caráter não ativo e dado que não se realizam as condições semânticas da ergatividade, a construção com "se" é agramatical em qualquer sentido imaginável:

- (399) a - O livro custou uma fortuna
 b - * O livro se custou
 c - * Uma fortuna se custou
- (400) a - As festas duraram o ano inteiro
 b - * As festas se duraram
 c - * O ano inteiro se durou

Ao contrário, a construção ergativa com "se", ocorre, em um primeiro caso, como forma alternativa das construções ergativas simples, de um modo geral, nas mesmas condições semânticas e lexicais. É o caso dos verbos que incluem a relação AFET [QUAL]

- (401)
- a - O rosto bronzeou-se no sol
 - b - O céu não se limpou ainda
 - c - O doce se cristalizou
 - d - A situação se empeninou
 - e - O asfalto se abaulou com a chuva e com o sol
 - f - Um cara se equivale ao outro nessa história (#)
 - g - O sítio se limita com a reserva florestal

ou de verbos que incluem AFET [EXT] e (AFET [LOC] (VIA...))

- (402)
- a - O lago se rodeia de hortências
 - b - A chácara se cerca de pinheirinhos
 - c - A tiririca se esparramou pela grama
 - d - O caminhão se atravessou na estrada

ou uma relação AFET [SIT]

- (403)
- a - O caminhão de entregas se atrasou
 - b - O carro se afastou da guia
 - c - A porta se abriu
 - d - O navio se encalhou no banco de areia
 - e - A terra se moveu no Rio Grande de Norte
 - f - As lojas se fecharam para balanço

Um segundo caso é quando a construção ergativa com "se" predomina em virtude de certas condições especiais. Vi isso, quando examinei a classe de verbos que incluem a relação AFET [EXP] (p. 48, ex. (337)), e associei o fato à categoria animada selecionada por esses verbos experienciais (com experienciador na relação nuclear).

Há algumas dificuldades com essas constatações mais gerais. Alguns poucos verbos, embora se construam na forma ergativa e causativa, parecem preferir uma diátese causativo-ativa, resistindo à construção com o "se" ergativo. Verbos como "apontar" e "indicar", nas construções em que possuem somente o objetivo e o termo de referência da orientação, não admitem a construção

ergativa, pela mesma razão que vimos em (399):

- (405) a - A seta aponta/indica o centro
 b - * O centro se indica/aponta

embora (405) possa ser interpretada como correlata de uma causativo-ativa ("A prefeitura aponta/indica o centro com a seta" com um valor instrumental) e, pois, como apassivação.

Também verbos como "passar", "continuar", que podem expressar tanto um processo (AFET [LOC] (VIA...)) (vejam-se os exemplos 313-a e c), como uma causação (CAUSE [AFET...]) (exemplos 314-a e c) não me parecem aceitar a construção ergativa complexa

- (406) a - * O ônibus se passa por aqui
 b - * A viagem se continua pela estrada

Outra vez se torna importante considerar o papel do léxico. Isso indica que, independentemente das condições e princípios mais gerais que determinam a correlação em estudo, deve-se passar pela mediação do léxico nos casos em que os itens verbais se especializam para uma determinada diátese.

Isto me permite examinar um conjunto de verbos que, especializados no léxico como intransitivos e ergativos, resistem a uma construção com "se", mesmo quando admitam, excepcionalmente e de forma marcada, uma construção causativa correspondente. Alguns casos, que referi, no parágrafo anterior mostram isso:

- (407) a - Vamos almoçar o Andrezinho, depois almoçamos
 b - * O Andrezinho se almoça primeiro
 c - * Nós nos almoçamos depois (excluída a interpretação benefactiva de "nos")
- (408) a - Foi ele que nasceu o filho da Carminha
 b - * O filho da Carminha se nasceu
- (409) a - Eu andei ele a manhã inteira no bosque
 b - * Ele se andou a manhã inteira no bosque

- (410) a - O pai chegou o nenê mais perto
 b - O nenê se chegou mais perto (excluída a interpretação reflexiva)

Não se devem considerar, entretanto, esses casos como contra-exemplos aos princípios e condições estabelecidos. Em suma, não acompanho Jo Napoli na cata de contra-exemplos. Sem abandonar a tentativa de formular uma teoria geral, em vez de abandonar uma tentativa de sistematização por entender como idiossincrática toda questão da correlação entre ergativas e causativas, procuro isolar como idiossincrática essa minoria de casos em relação aos princípios e condições gerais propostos.

A partir das notas acima, vou tentar entender melhor as construções ergativas com "se":

a - Essas construções correspondem a um processo de "decausativização", dentro da função geral do "se" em português como recurso expressivo de alteração da diátese verbal. Tendo admitido, como norma geral, a existência de um emprego causativo (por uma espécie de derivação imprópria) das formas intransitivo-ergativas, assumo agora um processo segundo de "decausativização" mediante o clítico "se".

Desse processo estão excluídos os mesmos verbos que, por condições semânticas básicas, foram excluídos da correlação geral proposta, como os verbos ativos, causativo-ativos, experienciais, os que incluem um beneficiário, os verbos de movimento "a termo", os que em geral não possuem em sua diátese uma relação AFET.

b - A preferência, com os verbos causativo-experienciais, pela forma ergativa complexa, com "se", deve explicar-se mediante hipótese auxiliar, envolvendo a categoria semântica selecionada

pela função experienciador e a ambiguidade decorrente com a função agentiva.

c - Se um item verbal se especializa, no léxico, como intransitivo-ergativo, a construção com "se" ergativo será normalmente rejeitada. Se um item verbal se especializa como verbo causativo, a construção com "se" será preferida.

Uma pesquisa mais cuidadosa poderá colocar mais a prova essas hipóteses.

4.4.2 -

Neste item se acentua o caráter especulativo que já atribuí a este parágrafo. Não pude aprofundar suficientemente a análise, para examinar todas as suas consequências [*]. Trata-se de conciliar as hipóteses descritivas do item anterior com a projeção sintática das construções com o "se" ergativo.

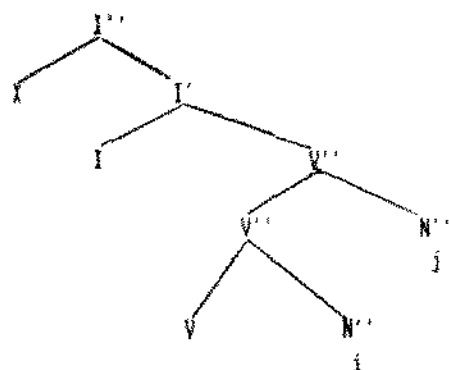
* Chomsky (1986) é o primeiro a advertir que qualquer modificação na teoria gerativa hoje, baseada na complexa interrelação de diferentes princípios abstratos, tem consequências que são difíceis de delimitar: "Because of the sometimes intricate connections among the various subtheories, small changes in the formulation of some principle or notion may have large-scale and wide-ranging consequences" [p.2].

A adoção de um sistema similar ao de Fukui no que diz respeito aos modos de atribuição das funções temáticas e rejeição da generalização de Burzio têm uma série de implicações no estudo desses casos em que, em virtude de uma explícita marca sintático-morfológica, se modifica a estrutura relacional da oração.

Início com uma breve observação sobre a construção passiva. A morfologia passiva tem simplesmente o papel de alterar a diátese verbal em um aspecto específico: inverte, nas construções causativas, a orientação da diátese, de modo a privilegiar, para

a promoção a posição de Especificador de I'', o argumento determinado pela relação nuclear, em lugar do agentivo. Em outros termos, modifica a hierarquia das funções temáticas. Assim, em uma estrutura como

(411)



CAUSE (AFET (x)) (y) (z)

se o verbo "<x>" for alterado pela afixação da passiva, o que ocorre é a promoção do argumento nuclear à posição de sujeito, com a consequência de se deixar periférico e dependendo de preposição para a atribuição de caso o elemento causador-agentivo.

A estrutura superficial de uma oração como

(412) O vaso foi quebrado (pelo menino)

com a representação semântica

(413)

CAUSE [(AFET <quebrar>) <vaso>] <menino>
[ACT]

seria:

(414)

[<vaso> [I [[CAUSE (AFET <quebrar> [[e]]] [P [<menino>]]]]]
I'' j I' V'' V'' N'' j P'' N'' i

Para não me estender nisto, observe-se somente que a posição periférica do argumento-agentivo explica sua opcionalidade pelo mesmo princípio geral (241). E o uso de uma forma marcada especi-

ficamente para excluir o agentivo de seu privilégio como tópico discursivo, explica que construções passivas sem o agentivo explícito predominem: trata-se de uma construção em que se põe o evento na perspectiva do objeto afetado ou do processo.

Essa idéia básica pode estender-se ao estudo das construções com o clítico "se". Em primeiro lugar, anote-se que a partir de uma função reflexiva (em que o "se" é realmente um "pronomine clítico"), houve (historicamente ?) uma continua perda do valor pronominal referencial: o "se" se comporta como um verdadeiro "afixo" verbal entrando nas várias construções exemplificadas de (379) a (393).

A primeira observação que se deve fazer é que, em todos os casos, o "se" se comporta como um recurso morfológico que expressa uma alteração da diátese, particularmente pela supressão de um dos argumentos nominais. Poder-se-ia dizer, utilizando uma expressão comum na Gramática gerativa atual, que o "se" absorve uma função temática da diátese verbal. Que função temática?

Costuma-se falar do "se" como indeterminador de um agentivo. Mas os exemplos abaixo contradizem diretamente uma solução tão simples:

- (415) a - Recebeu-se a carta aberta
 b - Ganhou-se uma gratificação extra no natal
 c - Gosta-se mais de passear do que de estudar
 d - Aprecia-se mais, no Brasil, o vinho suave

em que a função temática "absorvida" é a de beneficiário em (a) e (b) e de experienciador em (c) e (d). Observe-se, mesmo, que essas orações, semanticamente, não expressam uma diátese ativa mas estativa (apesar de se considerarem esses exemplos, com exceção de (c) como casos de "passiva").

O mesmo se dá com os exemplos de indeterminação como

- (416) a - Corre-se bem aqui
 b - Sofre-se muito no período de elaboração de tese
 c - Vai-se de cá para lá como peteca

em que temos, respectivamente, um agentivo, um experienciador e um objeto afetado como indeterminados.

Mas a evidência mais forte me vem de um "se" que aparece em uma construção passiva (inclusive com agentivo explícito):

- (417) a - Foi-se obrigado pelos chefes a fazer horas extras
 para terminar o trabalho
 b - Com sua lábia, se é levado a admitir até que o
 quadrado é redondo

Nesses exemplos, houve inicialmente uma alteração da diátese, tornando o paciente o argumento primário para o alçamento à posição de sujeito e é esse argumento que se indetermina.

A intuição da gramática tradicional de que o "se", nesses casos "indetermina o sujeito" está mais próxima da verdade. Formulo isto (Franchi, (1987)) no quadro teórico que assumi:

- (418) O clítico "se" reduz um argumento na diátese verbal [*] incorporando a função temática primária, ou seja, a função temática que possui a primazia para a promoção à posição de especificador de I'.

[*] Essa redução é o caso geral dos clíticos se adotamos (como adoto) a teoria dos clíticos em que esses elementos se engendram na base adjunto ao núcleo verbal, vinculando uma posição vazia argumental. (Borer, 1981; Chomsky, 1981). O que caracteriza o papel do "se" é o fato de absorver a função temática primária. Esta regra se pode estender sem problemas ao caso do pronome reflexivo sobre o qual não me estenderei aqui. Por outro lado, evito o termo "absorver" e o substituo por "incorporar".

Uma segunda questão diz respeito ao caso. Seguindo em parte Everett e considerando sua própria forma que o distingue de outros clíticos, deve-se admitir que o clítico "se" recebe o caso acusativo. Vou experimentar aqui a hipótese que me obrigue ao menor número possível de estipulações específicas (como fizeram

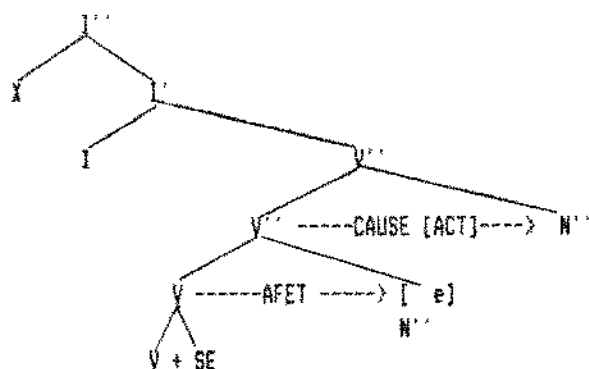
Burzio e Everett para dar conta dos vários tipos de "se"). Assim, vou assumir que, como o caso acusativo se atribui a posição de objeto direto, o "se" vincula sempre essa posição.

Vejamos como essas decisões se aplicam em construções com o clítico "se". Começo pela construção reflexiva; uma oração como:

(419) O doido se matou

corresponderia a uma estrutura sintática profunda

(420)



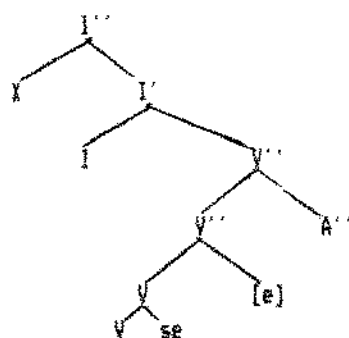
O "se" absorve a função temática primária determinada por CAUSE [ACT] e satura a função temática determinada por AFET em seu argumento explícito. A função temática agentiva, entretanto, pode ser atribuída composicionalmente, na medida em que foi incorporada ao núcleo verbal, pelo mesmo processo em que funções temáticas de modificadores dos verbos podem atribuir composicionalmente uma segunda função temática ao argumento desses verbos. Veja-se a propósito o que se disse sobre esse processo composicional, sugerido por Franchi, e necessário por outras razões, na página 99.

Essa atribuição composicional, entretanto, não está vinculada à relação de irmandade (por razões óbvias). Por isso, se vier a ser atribuída, o será ao argumento movido para a posição de

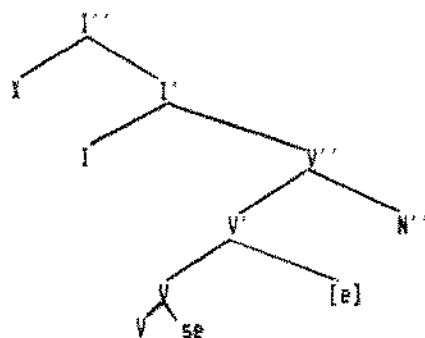
especificador de I''. Lembre-se que o processo composicional depende da compatibilidade semântica do argumento que entra nessa relação, ou seja, deve pertencer à categoria semântica selecionada pela relação.

Caso mais simples é o do "se" impessoal (no sentido de Burzio) que abrange os casos chamados tradicionalmente de "se" apassivador e "se" indeterminador. Considerem-se as duas estruturas profundas abaixo:

(421)



ACT<correr> - bea



CAUSE (AFET<cortar>) <fita>
[ACT]

Na primeira estrutura não há o que acrescentar. Não existe argumento explícito a ser movido para a posição de sujeito, na medida em que o "se" opera a redução justamente desse argumento na diátese verbal. Na segunda estrutura, formulo a hipótese de que, em português, nestes casos, não se dá qualquer movimento para a posição do sujeito, sobretudo quando não se faz a concordância verbal [*].

* Nos casos em que se dá a concordância, deve-se pensar em alçamento do sujeito seguido de adjunção a V', como no tratamento habitual dos "sujeitos pospostos".

Não se trata de uma hipótese "ad hoc". Vi já inúmeras construções em português em que, mantendo-se o enunciado na perspec-

tiva do processo, o alçamento para a posição de especificador de I' não se realiza. Há várias construções aparentadas com as ergativas, mas "sem sujeito": não se explicita o agente e não se privilegia qualquer outro argumento tematizado. Retomo aqui alguns exemplos que utilizamos para criticar a generalização de Burzio:

- (422) a - Ahhh que pena! estourou a bexiga
b - Que troga! Cortou a luz outra vez
c - (Você viu se) está gravando direito aí?
d - Desse jeito vai quebrar os carrinho(s)

que não me parecem casos de posposição do sujeito: considerando-se que não se faz a concordância do verbo com esse argumento posposto singular, não ocorre o alçamento para a posição de sujeito. Isso não está em desacordo com outras construções do português, "sem sujeito", como as que expressam fenômenos meteorológicos.

Quanto a atribuição das funções temáticas, considere-se que o "se" incorpora a função temática determinada por CAUSE [ACT], primária no sentido de (418), alterando a orientação ou perspectiva da diátese verbal. Essa função temática, entretanto, continua disponível e implícita na medida em que ainda se relaciona com o especificador vazio de I'. Isso lhe permite operar nos casos de controle examinados. Quanto à função temática nuclear determinada por AFET, esta se satura no argumento nominal explícito.

Fica o problema da atribuição de caso (acusativo?) a esse sintagma nominal não movido para a posição de sujeito. Deixo aberta esta questão, mas relembro que Franchi e Ilari (1986) mostram como, pelo menos no piemontês, os clíticos não "absorvem"

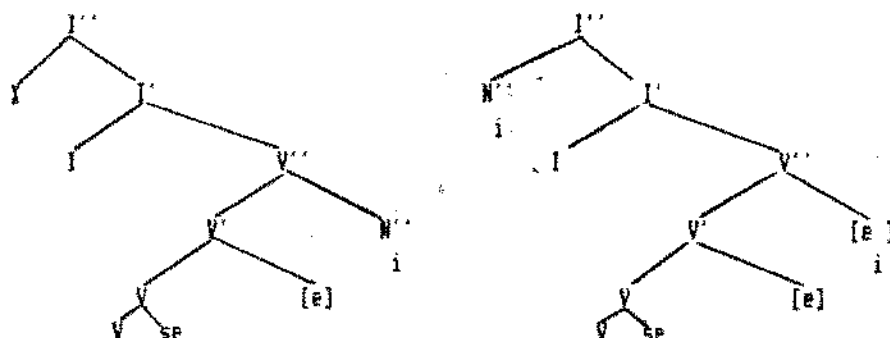
o caso no sentido de Jaeggli (citado pelos autores) mas o transmite aos argumentos. E isso ocorre, justamente quando funcionam como recursos expressivos para exibir a diátese verbal como é o caso particular do clítico "se" em português.

Enfim, chego às construções ergativas complexas. Se tenho razão, todas elas mostram um processo de decausativização, operando sobre as estruturas causativas correlatas das ergativas simples. Assim, as estruturas profunda e superficial de

(423) A porta se abriu

corresponderiam a

(424)



CAUSE (AFET <abrir> <porta> <porta> CAUSE (AFET <abrir>
[SIT])

A interpretação dessas estruturas continua no mesmo tom. A função temática primária é incorporada. A função temática nuclear é atribuída a argumento nominal explícito. Observe-se, entretanto, que não se pode falar de uma atribuição composicional da função determinada por CAUSE ao argumento <porta> por incompatibilidade semântica. Quanto à ausência do agente implícito, isto não se discute neste plano: já insisti em que é aparente a correlação ergativas/causativo-ativas e desnecessária uma regra de detematização. Uma das condições das construções ergativas é a inexistência de uma relação ACT.

O "se" absorve o caso acusativo e o sintagma nominal movido recebe seu caso na posição de especificador de I'.

Talvez deva dizer que esta linha de pesquisa tem uma série grande de vantagens. Uniformiza o tratamento do "se" e faz corresponder as estruturas teóricas aos fatos do português. Entretanto, percebo claramente o caráter provisório, quase de "exercício com a teoria", que, aliás, já é assumido por Fukui (que fala também em "especulação"). Mas é exatamente por meio desse procedimento que a teoria gerativa tem avançado. Como diria Chomsky, citado por Lobato (1986), estas hipóteses são "provavelmente falsas", mas são as que me parecem mais corresponder ao "estado atual de nossa ignorância" em relação aos processos envolvidos na construção e interpretação das expressões linguísticas.

CONCLUSÕES

Parece-me ter sido mostrado, nesta dissertação, como a teoria das relações temáticas, já considerada fundamental em outros pontos da teoria gramatical, é relevante para a descrição e explicação estruturas linguísticas. De um modo mais forte, parece ter sido posto em evidência o interesse de uma descrição autônoma das representações semânticas, com elementos, processos, operações e princípios próprios e de colocá-las como base das projeções sintáticas.

Vi ainda que uma sintaxe autônoma, também com categorias, operações e princípios próprios, se mantém: é a interação desses diferentes sistemas (ou a "convergência" dos fatores neles existentes) que determinam a forma das expressões possíveis e sua interpretação possível.

No caso particular das construções ergativas, essa relevância da teoria das relações temáticas se mostrou em diferentes situações. Vimos, por exemplo, em 4.1.1, que os verbos excluídos, por princípio, da correlação entre ergativas e causativas, são os que não atribuem uma função de paciente ou objeto afetado. Assim, os que tomam como argumento na relação nuclear o objetivo ou o resultativo (ps.143 e segs.), os verbos tipicamente humanos que expressam uma relação ACT (p.142, 144), os que possuem uma relação primária determinando uma função de beneficiário ou experien-

ciador (em 4.2.2), os que possuem uma relação nuclear locativa (em 4.2.3). Por outro lado, a caracterização das ergativas como projetando uma relação AFET e a distinção cuidadosa das relações ACT e CAUSE, permitiram uma delimitação mais adequada dessas construções e de suas propriedades.

Devo observar, entretanto, que o resultado dessas análises e construções teóricas dependeram em grande parte de um refinamento da teoria (no que me servi sobretudo de Jackendoff e Franchi): uma redefinição do estatuto das funções temáticas, um inventário e redefinição das relações semânticas (como no caso das relações locativas), a busca de uma notação adequada, um esforço de reclassificação (embora ainda parcial) dos verbos.

Alguns princípios como o "grammatical constraint" de Jackendoff, utilizado inclusive contra ele, combinados com a recente teoria da X-barra e da atribuição das funções temáticas, facilitaram grandemente e simplificaram os processos pelos quais essas estruturas semânticas se projetam sobre as estruturas sintáticas.

No campo ainda da semântica, fiz reviver uma antiga intuição da gramática de casos (particularmente de Fillmore): a idéia de uma hierarquia estabelecida entre as funções temáticas determinando a "escolha" pragmático-discursiva do sujeito. Isso me permitiu estabelecer alguns princípios gerais, ainda ao nível da representação semântica, como o da primazia do agentivo e os que envolveram as relações nuclear e periférica, mostrando que, também no domínio da semântica, se pode utilizar com interesse a metodologia geral da gramática chomskyana. Quero destacar particularmente o fato de que esses princípios me permitiram evitar uma multiplicação de especificações ao nível das estruturas se-

mânticas: uma mesma estrutura semântica se projeta em diferentes estruturas sintáticas superficiais na medida em que se fazem vigorar esses princípios.

Cada componente, com seus princípios próprios atua no sentido de explicar por que uma expressão aparece como ela é e significa o que ela significa. Além dos princípios relativos à representação semântica, a que aludi acima, a sintaxe comparece com o princípio da projeção, o princípio das funções temáticas, o princípio da visibilidade no processo de avaliação das expressões resultantes de procedimentos gerais, excluindo as agramaticais.

Entre esses dois componentes, o sintático e o semântico, penso ter deixado mais claro o papel do léxico, como um inventário de usos atuais: por aí passa uma pista interessante de pesquisa, na medida em que as alterações ou variações que se vão produzindo nesses usos parecem situar-se exatamente sobre os aspectos que, resultando de um emprego sistemático, não correspondem entretanto a nenhuma exigência semântico-gramatical.

Marginalmente, pude examinar o interesse de algumas hipóteses mais específicas como as relativas à estrutura X-Barra proposta por Fukui (com as modificações incorporadas de trabalhos anteriores de Franchi), as relativas ao processo composicional de atribuição das funções temáticas, etc.

Concluo esta dissertação como iniciei: eu a considero como parte de um processo de formação (e por isso talvez o seu aspecto de "aplicação" e o peso das resenhas). Um passo importante, espero, se não para a pesquisa linguística, pelo menos, para a minha futura pesquisa em linguística.

BIBLIOGRAFIA

Textos que abordam diretamente o tema e questões da pesquisa:

- Attie-Figueira, R. (1985) - Causatividade: um Estudo Longitudinal de suas Principais Manifestações no Processo de Aquisição do Português por uma Criança. Tese de doutorado. IEL-Unicamp.
- Burzio, L. (1981) - Intransitive Verbs in Italian Auxiliaries. Tese de doutorado. MIT.
- Everett, D. (1986-a) - On Romance "Se". Manuscrito. IEL-Unicamp.
- (1986-b) - Possessor Raising and Ergative Structures in Brazilian Portuguese. Manuscrito. IEL-Unicamp.
- Fiengo, R. (1980) - Surface Structure: the Interface of Autonomous Component. Harvard: Harvard Univ. Press.
- Jo Napoli, D. (1988) - Review of 'Italian Syntax' by L. Burzio. Language, 64.1; 130-142.
- Keyser, S. J. e T. Roeper (1984) - On the Middle and Ergative Constructions in English. Linguistic Inquiry, 15.3.
- Rizzi, L. (1976) - La Montée du Sujet, le si impersonnel et une règle de restructuration dans la syntaxe Italienne. Recherches Linguistiques, 4; 158-184.
- Roeper, T. (1983) - Implicit Thematic Roles in the Lexicon and Syntax. Manuscrito.
- (1987) - Implicit Arguments and the Head Complement Relation. Linguistic Inquiry, 18.2.
- Marantz, A. (1984) - On the Nature of Grammatical Relations. Cambridge: MIT Press.
- Shibatani, M. (1975) - A Linguistic Study of Causative Constructions. Tese de doutorado. S.U. of California (Berkeley).

Textos estudados para formulação do quadro teórico gerativo e transformacional

- Aoun, J. e D. Sportiche (1983) - On the Formal Theory of Government. The Linguistic Review, 3.
- Chomsky, N. (1981) - Lectures on Government and Binding. Dordrecht: Foris.
- (1986-a) - Knowledge of Language. N. York: Praeger.
- Galves, C. (1988) - Objeto nulo e Predicação: Elementos para uma Caracterização da Sintaxe do Português Brasileiro. Delta, 4.2.
- Higginbotham, J. (1985) - On Semantics. Linguistic Inquiry, 16.4.
- Jackendoff, R. (1976) - Toward an Explanatory Semantic Representation. Linguistic Inquiry, 7.1.
- (1987) - The Status of Thematic Relations in Linguistic Theory. Linguistic Inquiry, 18.3.
- Lasnik, H. e J. Uriagereka (1988) - A Course in GB-Syntax. Cambridge: MIT Press.
- Radford, A. (1981) - Transformational Syntax. Cambridge: Univ. Press.
- Riemsdijk, H. van e E. Williams (1986) - Introduction to the Theory of Grammar. Cambridge: MIT Press.
- Williams, E. (1980) - Predication. Linguistic Inquiry, 11.1.
- (1984) - Grammatical Relations. Linguistic Inquiry, 15.4; 639-673.
- Wasow, T. (1977) - Transformations and the Lexicon. Em Culicover, Wasow e Akeadjan (eds): Formal Syntax. Cambridge: Academic Press.

Textos consultados (ou de que se leu uma parte ou capítulo indicado) sobre pontos específicos do quadro teórico gerativo e transformacional

- Aoun, J. (1981) - The Formal Nature of Anaphoric Relations. Tese de doutorado. MIT.
- Aronoff, M. (1976) - Word Formation in Generative Grammar. Cambridge: MIT Press.
- Borer, H. (1981) - Parametric Variations in Clitic Constructions. Tese de doutorado. MIT.
- (1984) - Parametric Syntax. Dordrecht: Foris.
- Bouchard, D. (1984) - On the Content of Empty Categories. Dordrecht: Foris.
- Chomsky, N. (1957) - Syntactic Structures. Maia: Mouton.
- (1965) - Aspects of the Theory of Syntax. Cambridge: MIT Press.
- (1972) - Studies on Semantics in Generative Grammar. The Hague: Mouton.
- (1982) - Some Concepts and Consequences of the Theory of Government and Binding. Cambridge: MIT Press.
- (1986-b) - Barriers. Cambridge: MIT Press.
- Chomsky, N. e H. Lasnik (1977) - Filters and Control. Linguistic Inquiry, 8.3.
- Culicover, P. e W. Wilkins (1984) - Locality in Linguistic Theory. N. York: Academic Press.
- Fukui, M. (1986) - A Theory of Category Projection and its Applications. Tese de doutorado. MIT.
- Franchi, C. e R. Ilari (1986) - Clíticos Nominativos e Inversão do sujeito em Rielês. Delta, 2.1; 77-126.
- Jackendoff, R. (1972) - Semantic Interpretation in Generative Grammar. Cambridge: MIT Press.
- (1983) - Semantics and Cognition. Cambridge: MIT Press.
- Jaeggli, O. (1982) - Topics in Romance Syntax. Dordrecht: Foris.
- Lobato, L. M. P. (1986) - Sintaxe Gerativa do Português. Belo Horizonte: Vigília.
- Manzini, M. R. (1983-a) - On Control and Control Theory. Linguistic Inquiry, 14.3.
- (1983-b) - Restructuring and Reanalysis. Tese de doutorado. MIT.
- Pesetsky, D. (1983) - Paths and Categories. Tese de doutorado. MIT.
- Reinhart, T. (1976) - The Syntactic Domain of Anaphora. Tese de doutorado. MIT.
- Rothstein, S. (1983) - The Syntactic Form of Predication. Tese de doutorado. MIT.
- Ruwet, N. (1972) - Theorie Syntaxique et Syntaxe du Français. Paris: Seuil.
- Stowell, T. (1981) - Origins of Phrase Structure. Tese de doutorado. MIT.
- Wexler, K. e P. W. Culicover (1980) - Formal Principles of Language Acquisition. Cambridge: MIT Press.

Textos utilizados no estudo da teoria das funções temáticas, a gramática de casos, e processos de análise lexical.

- Anderson, J. M. (1971) - The Grammar of Case: towards a Localistic Theory. Cambridge: Cambridge Univ. Press.
- (1977) - On Case Grammar. London: Croom Helm.
- Bierwisch, M. (1969) - On Certain Problems of Semantic Representation. Foundations of Language, 5, 2.
- (1970) - On Classifying Semantic Features. Em Steinberg, D. D. e L.A. Jakobovits (eds); Semantics. An interdisciplinary Reader in Philosophy, Linguistics and Psychology. Cambridge: Cambridge Univ. Press.
- Bogacki, C. (1988) - Les verbes a Argument Incorporé en Français. Langages, 89; 7-26.
- Chafe, W. L. (1970) - Meaning and the Structure of Language. Chicago: Chicago Univ. Press.
- Cook, W. A. (1972) - A Case Grammar Matrix. Georgetown Univ. Papers on Languages and Linguistics, 6.
- (1973) - Verb Classification in Case Grammar. University of Michigan Papers in Linguistics, 1.2.
- (1979) - Case Grammar: Development of the Matrix Model. Washington: Georgetown Univ. Press.
- Dowty, D. (1979) - Word Meaning and Montague Grammar. Dordrecht: D. Reidel.

- Fillmore, C. J. (1966) - Toward a Modern Theory of Case. Project on Linguistic Analysis Report, 13. Columbus: Ohio State University Research Foundation.
- (1968) - The Case for Case. Em Bach e Haras (eds) - Universals in Linguistic Theory. N. York: Bach & Haras.
- (1971) - Some Problems for Case Grammar. Em Monograph Series on Language and Linguistics, 24.
- (1972) - Subjects Speakers and Roles. Em Davidson e Harman (eds). Semantics of Natural Language. Dordrecht: Reidel P.C.
- (1977) - The Case for Case Reopened. Em Syntax and Semantics, 8 - Grammatical Relations. N. York: Academic Press.
- Franchi, C. (1975) - Hipoteses para uma Teoria Funcional da Linguagem. Tese de doutorado. IEL-Unicamp.
- (1987) - Descricao Autonoma das Funcoes Tematicas. Manuscrito.
- Gruber, J. (1966) - Studies in Lexical Relations. Tese de doutorado. MIT
- Halliday, M. A. K. (1967) - Notes on Transitivity and Theme in English. Journal of Linguistics, 2 e 3.
- McCawley, J. (1968) - Lexical Insertion in a Transformational Grammar without Deep Structure. CLS, 4.

Outros Textos:

- Bendix, E. H. (1970) - Analyse Componentielle du Vocabulaire Général. Langages, 20; 101-128.
- Bittencourt, V. de O. (1984) - Sobre as Estruturas Causativas Sinteticas no Português. Tese de doutorado. UFMG
- Borer, H. e K. Wexler (1987) - The Maturation of Syntax. Em Roeper e Willians (eds.), 123-172.
- Fodor, J. A. (1975) - The Language of Thought. Cambridge: Harvard Univ. Press.
- Grimshaw, J. (1982) - "On the Lexical Representation of Romance Reflexive Clitics". Em Bresnan, J. (ed): The Mental Representation of Grammatical Relations. Cambridge: MIT Press; 1982, 87-148
- Hyman, M. (1987) - The Theory of Parameters and Syntactic Development. Em Roeper e Willians (eds.)
- Lyons, J. (1968) - Introduction to Theoretical Linguistics. Cambridge: University Press.
- Roeper, T. e E. Willians (1987) - eds. - Parameter Setting. Dordrecht: Reidel.

Dicionários de regência:

- Borba, F. S. e outros (1988) - Dicionário Gramatical de verbos do Português Contemporâneo do Brasil. UNESP - Araraquara.
- Fernandes, F. (1942) - Dicionario de Verbos e Regimes. Rio: Globo.